



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 206

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4626
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4626

TAQUIGRAFIA

ATA DA 47ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E DISCUTIR SOBRE A SAÚDE E VIOLÊNCIA À MULHER.

Em 19 de outubro de 2015.

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 25 minutos é aberta a sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia. A assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do excelentíssimo Sr. deputado estadual Lazineho da Fetagro, que aqui está representado pela senhora Vera e o excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Jesuino Boabaid, realiza Audiência Pública para debater sobre saúde e violência contra a mulher.

Convidamos para compor a Mesa o excelentíssimo Sr. Deputado Jesuino Boabaid. excelentíssimo Sr. Guilherme Luis, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Convidamos também Onete Maciel Alves, Gerente de Políticas Para Mulheres do Estado de Rondônia, representando a SEAS. Marta Duarte, enfermeira e Diretora Executiva de Regionalização da Saúde, representando o Secretário Estadual de Saúde. Excelentíssimo Sr. Solano de Souza Ferreira, Secretário Municipal de Ação Social – SEMAS. Dra. Janaína

Xander, Delegada da Delegacia de Defesa da Mulher. Aline Vilela, representando a SEMUSA. Coronel PM Ana Júlia, Diretora de Saúde, representando a Polícia Militar. Sr. Raimundo Nonato Soares, Presidente do Conselho Estadual de Saúde. Queremos crer que estejam todos contemplados e o Deputado muito bem sabe, Deputado Jesuino Boabaid que vai presidir essa Audiência Pública da Mesa bem composta e bem representada pelos segmentos que aqui estão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro aberta essa Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a saúde e violência contra a mulher.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Gostaria de registrar aqui com a sua permissão a presença da senhora Betânia, vice-presidente do Conselho Municipal da Mulher; senhoras Assistentes Sociais do Estado de Rondônia. Mais uma vez a Vera Regina Pereira, assessora e representante do Deputado Lazineho da Fetagro, que encontra-se em Jaru, numa reunião também sobre assuntos da Assembleia Legislativa e Itaci Ferreira, representando o Departamento de Vigilância e Saúde da SEMUSA. Caio César Marin, Presidente do SINDSAÚDE. Vânia Fraga, representante do Fórum de Enfrentamento Contra a Mulher do Campo e da Floresta. Iglair Régis, assessora do Senador Valdir Raupp de Matos. Sra. Iara Ortiz, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher. Francisco Carlos Moraes, representante da EMATER. Cel. Santos, representando aqui a Polícia Militar do Estado de Rondônia. Vanusa Machado, Coordenadora de Coordenadorias de Mulheres. Sra. Almerinda Ribeiro, Conselheira da Comissão Intersetorial de Convivência Familiar. Valdirene de Oliveira, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Sra. Maria Valdenice Pereira, representando o Centro de Referência da Saúde da Mulher. Maria Valdenira, representando o Centro de Referência de Atendimento a Mulher Vitima de Violência Doméstica. Senhora Irisvone Magalhães, representando a deputada federal Marinha Raupp. Clenilda Aparecida, Coordenadora da Saúde da Mulher, representando a SESAU.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Senhor Pompílio de Brito, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova. Dioneida Castoldi, representante da CUT/Sintero. Registrada as presenças, dentre de instantes estaremos nomeando as demais pessoas que irão participar dessa Audiência Pública com a fala e a condução desta Audiência por sua Excelência o senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

Ouviremos o Hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Melo e Silva.

(EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA)

Senhoras e senhores muito obrigado e mais uma vez nossas escusas ao Deputado Jesuíno e o objetivo dessa Audiência, proposta pelo Deputado Jesuíno Boabaid e Lazinho da Fetagro é debater sobre a saúde e violência contra a Mulher. Obrigado.

Antes da fala de vossa excelência também registrar aqui a justificativa do Ministério Público do Estado de Rondônia, do Doutor Héverton Alves de Aguiar que não pode comparecer: "a par de cumprimentá-lo de ordem acuso o recebimento do convite para participação do senhor Procurador Geral de Justiça na Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a Saúde e a Violência contra Mulher, a ocorrer no dia 19 de outubro. Ao tempo em que informo não ser possível a presença do Doutor Airton Pedro Marin Filho, em razão de compromisso institucional. Informo ainda que o convite foi direcionado aos Promotores de Justiça com atuação na área da violência doméstica. Doutores Héverton Alves de Aguiar, Tânia Garcia Santiago, Rosângela Massaro Protti e Luciana Nicolau de Almeida. Andréia Damascena, Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral".

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos que eu vou fazer o cumprimento à composição da Mesa, Exm^o. Sr. Guilherme Luis, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia; a Sra. Onete Maciel Alves, Gerente de Política para as Mulheres do Estado, representante da SEAS; Sra. Marta Duarte, Enfermeira Diretora Executiva de Regionalização da Saúde, representando a Secretaria de Saúde; Exm^o. Sr. Solano de Souza Ferreira, Secretário Municipal de Ação Social – SEMAS; Aline Vilela, representante da SEMUSA; Dra. Janaína Xander, Delegada da Delegacia da Mulher; Exm^o. Sr. Raimundo Nonato Soares, Presidente do Conselho Estadual de Saúde; a Cel. PM Ana Júlia, Diretora de Saúde; Cel. Santos, também que se encontra presente; a Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Direitos da Mulher; e aqui também eu quero justificar a ausência do Deputado Lazinho da Fetagro, que também é proponente desta Mesa, o Deputado também propôs esta Audiência e a Sra. Vera Regina vai fazer aqui a justificativa, ela vai fazer a fala inicial. Então é isso, quero cumprimentar a todos os presentes na Galeria, todos os jornalistas, a todas as pessoas que hoje vieram participar desta Audiência Pública.

Eu vou passar primeiro a palavra a pedido da Sra. Iara Ortiz, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

A SRA. IARA ORTIZ – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Jesuíno, eu cumprimento toda a Mesa; em nome do Deputado Lazinho, também, que nos proporcionou esse 1º debate, uma tarde de debate em favor da Saúde da Mulher e também da Defesa dos Direitos e da Segurança da Mulher.

Em nome também da Sra. Onete Maciel eu quero cumprimentar todas as mulheres aqui presente.

Bom, o meu nome é Iara como o Deputado falou, represento, estou como Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher e em Porto Velho eu represento uma Organização Internacional que é o Rotary Clube Internacional e aqui em Porto Velho o Rotary Clube Porto Velho Rio Madeira, por isso temos uma cadeira no Conselho Municipal.

No começo assim da minha fala, eu gostaria de agradecer a oportunidade e porque que nós chegamos aqui, e porque que nós, Deputado, conseguimos chegar a esta Casa e porque já viemos direto para esta Casa, porque das nossas solicitações e reivindicações. Nós, no final do mês de setembro numa reunião lá no Espaço Mulher, quando nós discutíamos agenda do Outubro Rosa com algumas entidades e alguns representantes ali e alguns parceiros surgiu essa fala e eu vim toda paramentada, eu vim de lacinho, eu vim de encharpe cor de rosa, representando um mês bonito, mas, um mês que traz muita tristeza, um mês que mostra para nós uma realidade nua e crua, a mulher morrendo de câncer, a mulher com problemas de saúde, não só de câncer de mama, outros tipos, outras doenças e a violência, que também através da violência acaba caindo lá na saúde, lá na SEMUSA, nos órgãos dirigidos pela SEMUSA, pela SESAU que são os órgãos de saúde, através da violência e às vezes uma pancada mal dada, gera e vem acarretar uma consequência que às vezes, muitas vezes até pode se virar um câncer. E aí a gente veste o lacinho rosa, coloca a cidade bonita, toda enfeitada de rosa, e isso chamou a nossa atenção e a nossa indignação, sabe Deputado, por quê? Porque será que nesse mês de toda essa campanha que se faz, essa divulgação para prevenção, para prevenir, para a mulher se cuidar, será que depois ela é atendida? Será que nós temos recursos para isso? Foi aonde nós levantamos a ideia: "vamos iniciar uma fala, lá na nossa Casa, das Leis, a Casa de Leis", para quê? Para que os recursos sejam garantidos. Então, a nossa vinda aqui, Deputado, e autoridades presentes, são para que os recursos possam estar à disposição das nossas Secretarias, tanto Estadual como Municipal, garantidas, para que essas mulheres tenham esse tratamento.

Não adianta nós vestirmos o nosso lacinho rosa, quando nós temos, pode ser que eu esteja enganada, mas aqui no nosso Município, acho que um ou dois mamógrafos para fazer mamografia. Às vezes, demora até seis meses, para fazer um exame de prevenção e muitas vezes quando faz, demoram dias e às vezes até meses para conseguir o resultado e às vezes quando sai, já é tarde, porque aquela pessoa já morreu. O câncer, ele vem à surdina, como outras doenças, como diabetes, como outras doenças, ele vem à surdina e quando é se descobre, já é tarde. Pessoas da saúde estão aqui presentes e vão poder falar e se aprofundar mais. Nós temos pouco conhecimento na área da saúde, mas, o que a gente pode estudar e ver e tem de conhecimento é que muito rápido as nossas mulheres são levadas, são abatidas por essa doença.

E não só mulheres; quando nós falamos lá na abertura do Outubro Rosa, no Espaço Mulher, num evento muito bonito que teve dia 1º, nós falamos, que é importante não só a mulher se prevenir, mas o homem, que está do lado da sua rosa, que é o caule, é o sustentador, é importante ele ter esse

conhecimento, sabe Deputado, de que ele precisa estar junto nessa prevenção e prevenir e ajudar a sua auxiliadora a combater e a se prevenir e fazer os preventivos necessários, é muito importante. É muito importante nós hasteamos uma bandeira no Outubro Rosa, mas depois dessa bandeira hasteada, nós temos recursos para poder desenvolver os projetos e as Secretarias executando o que é necessário para dar continuidade nessa Campanha. A prevenção é importante, mas, a perseverança é também, porque se nós não perseverarmos nessa luta, tudo isso acaba dia 31, tudo isso acaba no dia 31. Eu venho de uma instituição que eu sou muito orgulhosa de falar, que ela luta, e muitos já devem conhecer, ela vem lutando há muito tempo, mundialmente, inclusive, em parceria com a ONU, que é a poliomielite. E é, e nós faltamos muito pouco para erradicar, somente dois países, até o ano passado eram três países, era a Nigéria, Afeganistão e Paquistão. Esse ano, já foi erradicado e agora já foram definitivamente completados dois anos de completa erradicação na Nigéria. E aí, nós temos só dois países para erradicar a pólio. Nós não estamos aqui falando, da erradicação do câncer, talvez seja possível, é impossível, mas que a prevenção possa atingir a todos, que nós, com a perseverança que o Rotary teve contra a pólio, que nós podemos, essa sementinha nessa Audiência Pública possamos sensibilizar as autoridades e os nossos Poderes Executivos de fazer com que a política pública para a mulher, consiga atingir um grau máximo, e é por isso que nós estamos aqui, reivindicando que seja contemplado no PPA do Estado. Ai me dizem, mas por que uma Conselheira Municipal vem reivindicar primeiro aqui na Assembleia Legislativa, por quê? Porque se o nosso Estado não se mobilizar para que todos os municípios entrem nessa luta, não adianta Porto Velho sozinho. Por que não adianta Porto Velho sozinho? Porque vai inchar de pessoas de outros municípios precisando vir fazer tratamento aqui. Então a busca nossa, Deputado, é que seja contemplado um orçamento, uma parte orçamentária para políticas da saúde da mulher, mas que tenha recurso para isso, estadual, que possa contemplar os municípios. É por isso que nós estamos aqui. Como eu disse, hastear a bandeira é fácil, no dia 1º de outubro, mas dar perseverança a essa luta e a essa campanha é isso que nós estamos proclamando aqui. Eu gostaria, assim, de finalizar minha fala. Nós temos índices, somos conhecedores de um índice muito grande de mulheres vitimizadas por essa doença e aí, então, nós falamos, todas as mulheres em nosso município, em nosso Estado, nosso país tem que ser conhecedor, que essa campanha possa atingir todas as mulheres, para que nenhuma delas deixe de estar se prevenindo contra essa doença, mas nós precisamos ter recurso para quando ela detectar, ela tenha cobertura das áreas de saúde para poder ser tratada e não ser mandada para outro Estado ou mesmo ficar sem o recurso de fazer os seus exames de prevenção. Eu quero agradecer a oportunidade, Deputado, por ter proposto esta Audiência Pública, de ter nos atendido e a todos aqui.

Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado Jesuino Boabaid, registrar a presença da senhora Giovana Barros, representante da Secretaria da Mulher, do SINDUR e Secretaria Nacional da Mulher da FNM; senhora Jeane Cândido, Coordenadora do Projeto RAABE.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passar a palavra agora à senhora Vera Regina Nunes Pereira.

A SRA. VERA REGINA NUNES PEREIRA – Boa tarde a todos.

Cumprimentar a Mesa aqui, em nome da minha companheira Onete Maciel, aqui representando o Conselho Estadual das Mulheres; Deputado Jesuino e demais autoridades. Também não poderia deixar de agradecer a todas as instituições que estão aqui presentes, as nossas colegas, companheiras do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, mulher do campo, da cidade e da floresta. A todas as instituições que se fazem presentes aqui nesta tarde de hoje. Quero também assim justificar a ausência do Deputado, que já foi falado aqui, mas, mais uma vez preciso dizer que ele, infelizmente não pode estar nesta tarde aqui com a gente e me deixou, claro, nessa responsabilidade, até porque eu trabalho com ele essa demanda, que são as políticas para as mulheres, as mulheres do campo, da cidade e da floresta.

Então, assim, eu também, como a lara fez, fiz uma fala aqui, um recorte, na realidade, trazendo à tona, claro, a questão da saúde da mulher, mas também as questões de gênero. Então, as mulheres são a maioria da população brasileira e as principais usuárias do Sistema Único de Saúde. Frequentam o serviço de saúde para o seu próprio atendimento, sobretudo, acompanhando crianças e outros familiares, pessoas idosas e com deficiências e a gente sabe, nós mulheres sabemos que é bem assim mesmo, não é? Nós procuramos os serviços para a gente, para ajudar o outro ou um familiar. São também cuidadoras e nós somos mesmo. Nós cuidamos dos nossos familiares, dos nossos pais, dos nossos amigos e vizinhos. A situação da saúde envolve diversos aspectos da vida, com uma relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda. No caso das mulheres, os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico. Outras variáveis também, como raça, etnia e situação de pobreza, realçam ainda mais essa desigualdade.

As mulheres vivem mais do que os homens, é verdade, mas, porém, adoecemos com mais frequência também. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está tão relacionada à situação da discriminação na sociedade quanto aos fatores biológicos. Assim levando em consideração que as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam num forte impacto nas condições de saúde, principalmente das mulheres; as questões de gênero devem ser consideradas como um fator determinante da saúde na formulação de políticas públicas. Da mesma forma que diferentes populações estão expostas a variados tipos de risco, mulheres e homens em função da organização social das relações de gênero, também estão expostas a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte, e aqui, eu estou falando também da diversidade das nossas mulheres. Quando eu citei aqui o Fórum Permanente de Enfrentamento as mulheres vítimas de violência da cidade, do campo, da floresta e das águas, então, nós temos uma diversidade de mulheres que devem ser consideradas também na hora da formulação das políticas públicas principalmente de saúde. Partindo desse pressuposto, é imprescindível a incorporação da perspectiva de gênero e das especificidades regionais na análise do perfil

epidemiológico e no planejamento das ações de saúde, que tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher, que é um pouco o objetivo da nossa audiência aqui nessa tarde. Por fim, reconhecemos os avanços obtidos e alcançados nos últimos anos no Brasil, seja com aparelhamento das instituições de órgãos de saúde, seja com as inúmeras legislações pertinentes a regulamentação dos serviços e protocolos para a melhoria da saúde da mulher. Mas também não podemos comemorar o mês de Outubro Rosa, com a nossa saúde no vermelho, quando ainda temos que aguardar sessenta dias ou mais para realizar um exame, quando a doença que a gente foi fazer, relacionada a esse exame, ela mata em quinze dias, como é o caso de câncer de mama. E aí para finalizar, quando a gente não consegue trabalhar em Rede, que é o nosso grande desafio aqui, trazer as instituições para discutir e para debater, mas acima de tudo realizar um trabalho em Rede, por que essa complexidade das políticas para as mulheres, dessa discussão, dessa demanda requer o envolvimento de todos. Então, por isso a gente está aqui, espero que a gente tenha uma boa tarde, uma boa discussão, muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou agora, na composição da Mesa, a fala a senhora Onete Maciel Alves, Gerente de Políticas para Mulheres no Estado, representando a SEAS.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Boa tarde a todos, me desculpe um pouco à voz que quase não sai, eu estive esse final de semana com a garganta infeccionada, mas vamos tentar passar aqui o nosso recado. Primeiramente, quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Jesuíno; cumprimentar a Coronel PM Ana Júlia, em nome das mulheres da Mesa também; cumprimentar Coronel Santos, nosso parceiro de trabalho, em nome de todos os homens que estão aqui presentes e nossa companheira Irisvone, da Emater, que também é membro do Conselho e do Fórum também da Mulher, cumprimento todas as mulheres aqui presentes. Trago aqui a saudação da nossa Secretária Valdenice, que nesse momento está em outra agenda, também não pode se fazer presente, mas que estou aqui representando também. Quero aqui nesse momento, fazer uma breve apresentação, uma apresentação minha, até porque ele me colocou como gerente de política para mulheres, mas assim, tem algumas outras atribuições que a gente também não pode deixar de registrar. Eu sou Assistente Social, amo verdadeiramente a minha profissão, então, assim, antes de ser gerente ou presidente de qualquer coisa, eu sou Assistente Social, trabalho para defender e garantir os direitos dos cidadãos enfim, não só das mulheres, mas de todas as pessoas. Estou gerente de Políticas Públicas para Mulheres na SEAS, estou Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Rondônia, estou Presidente do Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher do Campo, da Floresta e das Águas, e agora, nós também queremos chamar nossas mulheres ribeirinhas também, não só das águas, mas também as ribeirinhas. Estou Gestora do Pacto pelo Enfretamento a Violência Contra a Mulher, inclusive, estarei indo logo mais a noite à Brasília onde juntamente com a nossa Secretária Valdenice, onde vou participar de uma

reunião amanhã cedo com a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, para tratarmos justamente da semana pela paz no lar. Também teremos reunião na SPM, onde vamos construir agenda da Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulheres que começa, vocês sabem que é uma campanha mundial, que ela normalmente começa no dia 25 de novembro, mas aqui no Brasil em especial nós começamos dia 20 justamente pelo dia da Consciência Negra, enfatizando, colocando a mulher, a mulher negra no topo da pirâmide, ainda nas questões sociais. Então, a gente inicia essa campanha no dia 20 e vai até o dia 10 de dezembro. Também lá em Brasília vamos ter uma reunião na SPM, também para tratamos da construção da Casa da Mulher Brasileira, que nós já adquirimos o terreno através da União que nos cedeu o terreno e agora nós estamos em fase de contratação, enfim, para fazer o trâmite de legalização dos documentos da terra para que possa começar a construir e assim, a nossa perspectiva de que até em março, a casa esteja construída, essa é a ideia. Também sou professora, no curso de Serviço Social na FIMCA, sou Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social, membro do Conselho Fiscal, Presidente da Comissão Permanente de Ética Profissional, membro também do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Estado de Rondônia, nesse momento também está acontecendo uma reunião, a minha suplente está lá participando também das ações. Mas, assim, eu digo que a minha maior função, de todas essas que eu expus aqui, é a de ser “pão”: eu sou mãe e pai. Há 11 anos eu me separei e de lá para cá eu costumo dizer assim, que muitas das vezes o homem quando ele separa da mulher, ele separa dos filhos também, ele muitas das vezes, ele passa ser o pai do presente e não o pai presente. E eu hoje assumo essa responsabilidade há 11 anos, mais eu tenho um orgulho enorme de dizer, eu sou pão, porque eu sei lidar, soube criar os meus filhos, estou dando educação que realmente eu acredito que eles mereçam. Então, assim, só para poder fazer essa fala inicial, falar um pouquinho de mim, mais aqui a gente vai falar também agora da nossa função enquanto gestora de uma política, enquanto estamos a frente de alguns organismos de políticas para mulheres. Estamos aqui para falar em nome da SEAS, do Conselho Estadual de Direito da Mulher, do Fórum como já falei e o que estão realizando em prol de nós mulheres guerreiras de Rondônia. A gerência, ela foi instituída na nova Reforma Administrativa do Governo, que aconteceu recentemente há dois meses, o que para nós representa um pequeno passo para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres. E neste momento, eu quero deixar claro o meu posicionamento enquanto profissional Assistente Social; Gestora do Pacto, Presidente do Conselho e do Fórum; não queremos somente uma gerência para que possamos ter no mínimo de autonomia, Deputado, para trabalharmos o Enfrentamento à violência contra a mulher, nós precisamos pensar grande e esse pensar grande é dizer que nós queremos uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, se não tivermos essa Secretaria, uma Superintendência e se porventura ainda não conseguir essa Superintendência que tenhamos uma Coordenadoria de Políticas para Mulheres, porque uma gerência não tem autonomia nenhuma, nós nos sentimos de braços amarrados, embora tenhamos força e coragem e vontade para

trabalhar, muitas das vezes nós não temos condições por não termos orçamento próprio. Então, eu quero deixar aqui registrado e pedir para que realmente tenha um olhar diferenciado para a política da mulher voltada realmente para o orçamento para que a gente possa trabalhar e ter autonomia. Quero registrar que a política para mulheres, ela é uma política transversal, e aqui eu destaco as premissas do Pacto de Enfrentamento à Violência e aqui a primeira premissa, ela nos traz a transversalidade de gênero, que ela visa garantir que a questão de violência contra as mulheres e de gênero, ela perpassa as mais diversas políticas públicas setoriais. Aí chamamos a atenção mais uma vez para a questão orçamentária; todos os órgãos públicos devem destinar em seus orçamentos, recursos para trabalhar políticas públicas para mulheres, inclusive, a recomendação da SPM, é que em cada órgão deve haver um setor específico para trabalhar as políticas para as mulheres. E abro aqui um parêntese para destacar que na SEAS, nós somos 294 servidores e servidoras, sendo 190 mulheres e 104 homens, somos maioria, com certeza em todos os órgãos e instituições não é diferente, nós somos maioria. Pontua ainda que 90% são cargos comissionados, não temos estabilidade nenhuma para trabalhar, precisamos urgente de concurso público para garantirmos trabalho digno, seguro e contínuo, porque política pública só se faz com continuidade. Quando a gente trabalha somente na esfera que você está numa situação de cargo público, exercendo um cargo comissionado, termina este Governo, você vai embora, a política para, inicia tudo novamente. Que eu posso dizer aqui com toda certeza que já estive a frente de algumas políticas para mulheres no município de Porto Velho, na outra gestão, na gestão passada e aqui, Secretário, ainda a pouco estive conversando com o senhor e quero ressaltar novamente a importância de se trabalhar em parceria, porque quando eu estava trabalhando no município, tanto na SEMAS como na Coordenadoria de Mulheres e também fui a primeira gestora, a primeira diretora da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, nós brigávamos, lutávamos para que o Estado se envolvesse com as políticas para mulheres e nós nunca tivemos êxito em nada, todas as políticas que foram desenvolvidas para mulheres aqui em nível de Porto Velho, foi pela gestão, pela vontade política e de técnica de quem estava a frente da política naquele momento. E nós vimos que houve um retrocesso muito grande, muito grande, hoje eu estou do outro lado, estou aqui do lado do Estado, mas, eu preciso dessa parceria porque quando nós fazemos uma política, tentamos elaborar algumas políticas, algumas ações para que sejam desenvolvidas em conjunto, em parceria, aí tem alguém que diz: "a minha agenda está pronta, eu não tenho mais como abrir espaço". Então, se nós estamos querendo falar de políticas para mulheres em nível de Estado, nós não podemos pensar em nível de Porto Velho, em nível de Cacoal, em nível de qualquer uma cidade sozinha, isolada, porque sozinhos nós não somos nada. Nós precisamos sim trabalhar em parceria e aqui quero nesse momento, parabenizar, dizer para o senhor olhar, não parabenizar, mas dar as boas vindas, sei que o senhor terá uma grande tarefa pela frente, serão 14 meses de muito trabalho, mas eu posso dizer aqui; a SEAS está parceira e pode contar conosco para todos os trabalhos que forem desenvolvidos na área de assistência social do município, não somente para políticas para

mulheres. E voltando ainda para o segundo pilar, foi apenas um desabafo, gente, porque a gente precisa falar certas coisas que muitas das vezes fica engasgado e a gente precisa colocar para fora, porque esses são os momentos e esses são os espaços. Eu falo para as minhas alunas na faculdade, para os meus alunos; nós temos hoje uma Constituição Cidadã que nos dá o poder de estarmos a frente participando de Congresso, participando das Conferências, participando das Audiências Públicas, é esse o espaço que nós precisamos vir aqui, reivindicar e colocar, vamos dizer, a nossa boca no mundo mesmo, é disso que a gente precisa. Então, assim, voltando aqui ainda para o que eu havia preparado, falando da segunda premissa do pacto, é a intersectorialidade que compreende ações em duas dimensões; uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de Governo: Ministério, Secretarias, Coordenadorias etc. E a outra ela implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas, sendo na saúde, na educação, no trabalho, na segurança pública, enfim, em vários setores. E por último, o terceiro pilar é a capilaridade, sendo essa uma proposta de execução de uma política nacional de Enfretamento a violência contra as mulheres, até nos níveis locais de Governo, ou seja, devendo chegar em todos os lugares. E aqui agora, quero fazer, ressaltar um pouco em relação aos três meses de gestão que eu acabei de falar da política que nós estamos numa gerência há três meses, nesses três meses nós reformulamos o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, vocês sabem que a Lei anterior, ela considerou, ela foi considerada inconstitucional por ter sido de iniciativa do Legislativo e também porque ela trazia em um dos seus artigos que: "homem não poderia fazer parte do Conselho". E aqui, é um posicionamento meu, eu vejo que é uma visão sexista e excludente. Quando nós queremos trabalhar política para mulher nós precisamos trabalhar com os homens também, porque não se constrói, nada se constrói sozinho.

Então, se nós queremos igualdade, nós precisamos também trabalhar com os homens, não é isso? Participamos de Conferências Regionais de Políticas para Mulheres, vocês sabem que esse é o ano das Conferências e nós enquanto gestora da política, enquanto Presidente do Conselho, estivemos em várias cidades do Estado de Rondônia participando efetivamente das Conferências, palestrando, falando da importância realmente da participação da mulher na elaboração e na implementação das políticas. Estamos agora organizando a 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, que será realizada no dia 07 e 08 de dezembro. Estamos trazendo a Dra. Rose Correa, que é a 1ª delegada da 1ª Delegacia de Mulher do Brasil, há 30 anos; igual a nossa delegacia também que este ano também está completando 30 anos. E aqui eu vou deixar para vocês, assim vou fazer um questionamento; como é que está o funcionamento da nossa delegacia hoje depois de 30 anos? Quantas horas ela trabalha por dia? Quantas horas de funcionamento, está a nossa delegacia? Queria que alguém da SESDEC estivesse aqui para que pudesse também nos ajudar nesse debate. E ai eu deixo para que vocês possam responder isso. Também ainda falando da Conferência, nós estamos em contato com a SPM também, através da SPM para que na nossa Conferência nós possamos trazer a Sra. Maria da Penha; é também outra novidade que a gente está tentando trazer e se tudo der certo realmente ela virá, mas para isso

nós precisamos também das parcerias, que é aquilo que eu acabei de falar, nós não podemos trabalhar sozinhas, as políticas elas são intersetoriais. Então, os outros órgãos que são envolvidos que são parceiros também precisam estar atentos e trabalhar também para que isso possa acontecer.

Iniciamos também o Outubro Rosa, eu já me sinto totalmente contemplada com a fala da Iara, eu acredito que não tem mais nem o que a gente falar em relação a Outubro Rosa, só para enfatizar que nós aqui no Palácio Rio Madeira, nós fizemos um ato de abertura a esse evento no dia 13, encerraremos no dia 29, a princípio está programado para ser no Teatro das Artes, ali nós faremos o encerramento e abertura do Novembro Azul que aí chamamos a atenção para a prevenção dos homens para o câncer de próstata.

Então assim, estamos já nos organizando com os parceiros para que também possamos realizar isso.

Quero aqui também falar da Unidade Móvel que a Vera falou aqui em relação ao trabalho com a mulher do campo, da floresta, das águas, e o que é isso? Eu não sei se vocês já viram por aí um ônibus lilás circulando pela cidade, mas, que na verdade ele não é nem para circular na cidade porque ele é do campo e da floresta, na verdade é para o atendimento das mulheres, aquelas mulheres que não tem acesso ao Centro de Referência, aquelas mulheres que não tem acesso a uma Delegacia, e aí nós estamos levando esse atendimento já desde o início do ano de 2014 o nosso ônibus está atuando em todos os municípios e para isso, para essas viagens acontecerem nós temos o Fórum. Então, quem faz a deliberação para as agendas, aonde o ônibus vai, é o Fórum; que aqui nós temos algumas representantes do Fórum, inclusive, no próximo dia 28 nós teremos reuniões para deliberarmos as ações do mês de novembro e dezembro.

Colocar aqui que também é um grande desafio trabalharmos com nossas mulheres presidiárias, esse é um dos que está nos meus planos, que está nos projetos que nós estamos elaborando dentro da Secretaria para que nós possamos ficar mais próximas dessas mulheres, com nossas mulheres artesãs, com nossas pescadoras, com trabalhadoras da construção civil, enfim, com todos os segmentos e para isso precisamos ter um organismo de política para mulheres em total funcionamento como já mencionei acima, anteriormente, ou uma Secretaria ou uma Superintendência ou no mínimo uma Coordenadoria, não uma Gerência, porque enquanto Gerência nós não temos autonomia nenhuma para trabalhar e eu quero que isso fique registrado. Aos poucos estamos dando visibilidade às políticas para mulheres, porém, precisamos que todos atores se engajem nesta luta Executivo, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil, e aqui ainda também, já estava até quase esquecendo eu quero informar que no mês de novembro nós receberemos aqui a Caravana do Siga Bem Caminhoneiro. Este ano a primeira vez que eles vão estar em Rondônia e eles vêm com a temática do Siga Bem Mulher. Então assim, todas as ações deles são voltadas para as mulheres e nós enquanto gestores, enquanto também sociedade civil, enfim, todos nós somos chamados a participar desse grandioso trabalho, juntarmos as forças, e realmente dar visibilidade a esse trabalho maravilhoso que vem sendo realizado em todo o País. São duas caravanas, chamada Caravana Sul e Caravana Norte, a nossa é a Caravana Sul que vai está aqui no dia 10 e 11 de

novembro; ali no Posto Carga Pesada, ali próximo da FIMCA, nos dias 13 e 14 em Ariquemes e 18 e 19 em Vilhena.

Então esta é a única passagem que eles vão estar aqui em Rondônia nessa Caravana que vem agora e nós precisamos nos juntar, todos os parceiros, os atores, e aqui eu não quero dizer assim, eu sou Estado, ou o fulano é município. Não. Eu quero conclamar a todos para que nós possamos realmente da visibilidade a esse trabalho e trazer nossas mulheres do campo, da floresta, das águas, das cidades, das comunidades de todos os lugares para que elas possam também participar desse grandioso evento que vai ter especialmente para as mulheres.

Eu gostaria muito de falar muito mais aqui, mas infelizmente, o tempo aqui que me foi concedido eu acredito que já está expirando e aí tem muitas outras pessoas também que precisam falar e aí como daqui a pouco eu preciso viajar também eu tenho que arrumar a mala. Mas é isso que eu queria dizer. Infelizmente, que a gente tem que obedecer o tempo que foi concedido, mas eu quero dizer a vocês: "vamos juntas trabalhar por mais direitos, mais participação e mais poder para nós mulheres, pois somos do Norte e somos mulheres fortes". Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Eu vou agora passar a palavra para a Sra. Marta Duarte, Enfermeira e Diretora Executiva da Regionalização da Saúde, representando a Secretaria Estadual de Saúde.

A SRA. MARTA DUARTE – Boa tarde a todos. Senhores e senhoras, estamos aqui representando o nosso Secretário de Saúde o Dr. Williams Pimentel que também teve uma agenda, mas sauda a todos e envia um grande abraço. Viemos em uma equipe, gostaríamos de saudar a Mesa, cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno Boabaid, e nós teremos uma apresentação, que a enfermeira Clenilda será convidada daqui a pouquinho. A gente só vai fazer uma pequena introdução, enfatizando para vocês que, a nossa linha de trabalho, a Secretaria de Saúde do Estado, ela tem um compromisso de trabalhar, de implementar a política pública, voltada para a saúde da mulher. E dentro deste nosso sistema amplo e inclusivo, que se chama SUS, nós trabalhamos com algumas linhas de cuidados prioritários, apenas para introduzir a apresentação. Clenilda, você já pode se dirigir aqui. Nós trabalhamos com a atenção obstétrica às mulheres, nós trabalhamos com a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência sexual, e também a vigilância em saúde; temos a nossa colega de trabalho da AGEVISA, que está aqui presente. Trabalhamos com a atenção integral a saúde, às mulheres em sua vida sexual e reprodutiva também, e um ponto focal nosso aqui hoje, é a redução de morbimortalidade por câncer. Então, já foi falado aqui há pouco na Mesa, sobre o Outubro Rosa, uma grande campanha de sensibilização que está em vigor agora este mês, e que também não é só para outubro, é um trabalho que a gente pretende, e temos o dever de continuar, é um trabalho contínuo. Dizer para vocês também, que a saúde da mulher, ela é uma área transversal, ela perpassa várias políticas de saúde, dentro do Sistema Único de Saúde. Quando a gente fala que o Estado, que através da Secretaria de Saúde e de todos os órgãos envolvidos, nós

estamos estruturando as Redes de atenção a saúde aqui no Estado de Rondônia. A Rede Cegonha, que trabalha com a saúde da mulher e da criança, em todo o seu ciclo biológico, a Rede de Atenção aos Portadores de Doenças Crônicas e aí claro, incluindo o câncer, a Rede de Atenção às Pessoas com Deficiências, a Rede de Urgência e Emergência. Então, quando falamos em estruturar essas Redes de Atenção, elas perpassam a saúde da mulher em todo o seu ciclo de vida, desde o nascimento, aquele recém-nato feminino, até a sua fase final da vida. Então, passando aí pela adolescência, pela vida reprodutiva e pela fase também, da terceira idade, que todas, principalmente aquelas que não foram embora, digamos, como a colega a pouco falava das nossas mortes prematuras de mulheres que estão ainda terminando o seu ciclo de vida e para finalizar e passar a palavra para a enfermeira Clenilda, gostaríamos de enfatizar também, todo o nosso compromisso junto aos municípios. O Estado trabalha através de uma Rede chamada, uma Rede de um Pacto Interfederativo com os municípios, que eles também são executores dessa política de saúde da mulher. Então, nós estamos diversas vezes, sistematicamente compactuando atividades, compromissos. Nós temos um pacto de indicadores e metas que se chama Sispacto, e cada ano a gente avalia as metas que foram realizadas e cumpridas ou não cumpridas no ano anterior e pactuamos as metas do ano vigente, e neste Sispacto, neste Sistema de Pactuação, nós temos indicadores vários, que envolve a saúde da mulher e temos um indicador específico que trata sobre a violência contra a mulher. Ele é o indicador número 12, os senhores podem ter acesso no sistema, no Portal do Ministério da Saúde, chama-se Sispacto, ele diz assim: “número de unidades de saúde com serviço de notificação, de violência doméstica, sexual e outras violências implantadas”. Esse indicador, ele sensibiliza o gestor, a transformar aquela unidade de saúde, em um ponto de referência, de notificação. E na nossa apresentação, a gente vai colocar para vocês um pouco deste desafio, que é transformar esta unidade de saúde num ponto de referência, onde aquela mulher que sofreu uma violência possa registrar e notificar aquele ato e dar seguimento ao cuidado dela, não só ao cuidado físico, da integridade física, mas também mental e orientação, aconselhamento, acompanhamento a família. Então, eu vou passar à palavra a enfermeira Clenilda, coordenadora da saúde da mulher, na Secretaria de Estado da Saúde.

A SRA. CLENILDA APARECIDA – Boa tarde a todos. Vou iniciar a apresentação, em relação como que é a política voltada para a saúde da mulher, no Estado de Rondônia. Aí nós colocamos algumas linhas prioritárias de cuidados, dentre elas nós podemos visualizar a atenção obstétrica. Hoje nós temos a questão da Rede Cegonha no Estado, que ela está implantada e os atendimentos estão ocorrendo no Estado. Além desta área prioritária, nós temos a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência sexual. A outra área prioritária, a atenção integral a saúde da mulher no climatério, período este que antecede a menopausa. Nós temos também a saúde sexual e reprodutiva, mulheres e adolescentes, ações como promoção, prevenção e tratamento das infecções sexuais transmissíveis, entre elas, AIDS e claro a redução da morbimortalidade também causada pelo câncer. Bom, nós sabemos que a incidência, a

prevalência do câncer aumentou no mundo todo, dentre elas, nas últimas décadas mais de sete mil óbitos a cada ano, cerca de 13% de todas as causas de morte, segundo o INCA 2014.

Bom, colocamos algumas atribuições comuns, dentre as esferas, tanto estadual, municipal e também da União, que nós temos dois indicadores da saúde da mulher que é a razão dos exames citopatológicos realizados em mulheres de 25 aos 64 anos de idade e também a razão de exames de mulheres que realizaram a mamografia na faixa etária de rastreamento, que é considerada pelo INCA e pelo Ministério da Saúde, que é entre a idade de 50 a 69 anos de idade. Só um retrato do que acontece hoje em relação ao Tratamento Fora do Domicílio, o TFD, nós podemos visualizar que em 2015, o primeiro quadrimestre do ano ocorreu 86 atendimentos ginecológicos que foram realizados fora do Estado. Outro que nós podemos visualizar também relacionado à saúde da mulher, é em relação à mastologia; que foram encaminhadas 144 mulheres para Tratamento Fora do Domicílio. Aí, só uma estimativa de câncer em relação ao Estado e a Capital no ano de 2014, dados estes retirados pelo INCA, podemos visualizar que em 2014 estava previsto para que ocorressem mais duzentos novos casos no Estado de Rondônia, dentre eles, na Capital, Porto Velho, 80 novos casos. E a gente vê que esse número é um número agravante para a gente, nós mulheres sabendo que iam ocorrer mais duzentos novos casos, não é? Aí outro que fica em 2º lugar ali, é o colo de útero, onde aparecem os novos casos, 110 e 60 para o nosso município de Porto Velho. Este quadro apresenta o número de mortes, tanto na região norte, no Estado de Rondônia no período de 2010/2013. Esse levantamento, onde nós temos que na região norte ocorreu 1.865. No Estado de Rondônia 178 e no município de Porto Velho 66. E aí, é claro, foi falado pela Iara, a questão dos mamógrafos. Eu gostaria de apresentar que não somente dois; como foi citado aqui, Iara, eu estou colocando aqui a nossa realidade, quanto ao Estado, nós temos hoje, na gestão estadual, 04 serviços prestando atendimento. Dentre eles, nós temos a Clínica Infinita, que é localizada no município de Porto Velho; nós temos também o Samuel Castiel, também localizada no município de Porto Velho; outro, nós temos a Fundação Pio XII, que nós temos a carreta, que é a unidade móvel e nós temos a unidade fixa, que se localiza dentro da Policlínica Oswaldo Cruz – POC, e também o Mega Imagem, que é localizado no município de Vilhena, é um contrato estadual. E claro, nós colocamos aqui outros mamógrafos, porém, de gestão municipal. Dentre eles, nós temos o CEM que fica localizado em Porto Velho, o Centro de Referência de Saúde da Mulher, setor V em Ariquemes; Centro de Saúde da Mulher Ceci Cunha, em Ji-Paraná; Jaru também no Centro de Referência de Saúde da Mulher e Vilhena o Centro de Referência de Saúde da Mulher e Criança. Então, para vocês terem uma ideia, nós temos muitos mamógrafos no Estado de Rondônia. Pela Portaria 1101, seria um mamógrafo para 240 mil habitantes. Então, se nós fizermos o cálculo, nós temos muito mais do que o previsto pela Portaria no Estado. Bom, nessa imagem aí nós colocamos a localização dos mamógrafos, aos quais eu acabei de citar. Aí, só para vocês terem uma ideia, a Clínica Infinita, localizada no município de Porto Velho, além de atender, ela atende toda essa área de abrangência que está em verde, só um exemplo. E aí nós colocamos a disponibilidade de cada mamógrafo. Bom, como

eu acabei de dizer, a carreta, que é a unidade móvel aqui, que está localizada em Porto Velho, ela tem disponibilidade de 50 mamografias/dia. Ela perpassa em todas as unidades de saúde. O agente comunitário de saúde faz o levantamento das mulheres na faixa etária de idade e feito esse agendamento, é só encaminhar essas mulheres para fazer a mamografia na unidade móvel que fica localizada em frente à unidade de saúde. Aí nós temos também a unidade fixa de Barretinho que fica dentro da Policlínica Oswaldo Cruz, que tem disponibilidade de 40 mamografias/dia. O Samuel Castiel que fica também localizado em Porto Velho, que tem disponibilidade de 115 mamografias/mês. O Infinita também localizado em Porto Velho, 115 mamografias por mês. E o Mega Imagem com disponibilidade de 115 por mês. Isso fora os mamógrafos, que são cinco, localizados nos municípios, os quais eu acabei de falar também. E aí são fluxogramas de como que é o atendimento do exame citopatológico. Aí a distribuição de neoplasias em questão da mama e colo de útero no Hospital de Base, nós temos ali que o primeiro atendimento consta como a mama, com 240 casos atendidos lá. Em segundo lugar, nós temos o colo de útero com 122. A produção de mamografia no ano de 2014, nós podemos visualizar ali que foram feitas, 11.596 mamografias no ano passado. Dentre elas, a faixa etária prioritária pelo INCA e pelo Ministério da Saúde, e podemos visualizar na faixa etária de 40 a 49 anos de idade, onde muitas pessoas ainda falam que as mulheres não realizam mamografia, mas, ela está realizando. E mais para frente, eu vou está mostrando que nós recebemos uma notificação do INCA em relação a essa faixa etária de idade. Bom, como eu falei com vocês, nós recebemos um relatório do INCA onde constava a seguinte questão: "chama atenção que a Região Norte é onde há a menor proporção de exames na faixa etária alvo". Qual é a faixa etária alvo? É 50 a 69 anos de idade, que é a prioritária pelo INCA e pelo Ministério da Saúde, eles colocam essa observação aí no relatório: "Apesar do discreto aumento de mamografias realizadas na faixa etária alvo no país, ainda há uma proporção elevada de mamografias de rastreamento em mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos". E claro o que mostra a necessidade e a capacitação dos profissionais da atenção primária e a orientação da população feminina quanto às recomendações do Ministério da Saúde. E aí o excesso de exames anuais em uma mesma população de mulheres falseia os resultados de cobertura do rastreamento, aumenta a exposição às mulheres à radiação, dificulta a busca de mulheres que nunca realizaram exames e eleva gastos desnecessários ao SUS. E aí, saiu uma Portaria agora em 01 de outubro de 2014, onde coloca exatamente no artigo 1º, onde ele coloca: "fica decidida a não ampliação do uso de mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas, com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada, que é de 50 a 69 anos de idade no âmbito do SUS". Eles elencaram isso devido às várias mamografias sendo feitas fora da faixa etária prioritária. E nós temos, claro, fiz um levantamento para mostrar para vocês, que mesmo com esses quatro mamógrafos em Porto Velho, está aqui a nossa realidade. Muitas vezes a mulher realiza o exame, ou ela não vai buscar, ou ela agenda o exame e não vai à unidade de saúde fazer. Temos aí, só elenquei essa região de saúde que é a Madeira-Mamoré, onde alguns municípios apresentam aqui,

por exemplo, às vezes agendam a mamografia, como o Candeias ali, agendou quatro mamografias no Samuel Castiel, faltou um, ok. Mas às vezes, gente, a gente vê um resultado tão exorbitante, que às vezes tem cinquenta mamografias agendadas e trinta mulheres faltaram. Isso eu tenho na minha relação de relatório que eu elaborei. E aí, voltando para questão obstétrica, nós colocamos aí o Hospital de Base como nossa referência estadual em assistência aos partos. Esse levantamento foi em 2014, o número de partos que foram realizados no Estado de Rondônia. E aí, nós temos em relação à atenção as mulheres adolescentes em relação à situação de violência sexual, e ainda, infelizmente, a nossa Rede é incipiente. Isso nós sabemos, infelizmente. Têm acontecido realmente algumas reuniões e discussões em relação para a implantação da Rede de Atenção ao Enfrentamento à Violência. E nós elencamos alguns parceiros em relação a essas reuniões que estão acontecendo. A questão da saúde sexual e reprodutiva de mulheres, nós apoiamos e também a articulação intersetorial em relação à promoção, a prevenção, tratamento das IECTS, a AGEVISA É uma parceira nossa em relação a isso. Porque muitas vezes os testes, hoje nós temos os testes rápidos, disponíveis em algumas unidades de saúde e os técnicos que foram preparados para fazer o exame do teste rápido. E aí nós temos o apoio institucional aos municípios e, claro, a distribuição de contraceptivos aos municípios oriundos do Ministério da Saúde, são tanto os injetáveis quanto os orais. A Policlínica Oswaldo Cruz é nossa referência em relação ao exame que é colposcopia. Nós elencamos ali alguns municípios que realizam esse procedimento, demais municípios que não têm, por exemplo, aí nós colocamos Guajará-Mirim que não tem o serviço de colposcopia. Ele encaminha para a nossa referência que é a Policlínica Oswaldo Cruz e a nossa médica de referência é Dra. Márcia Meira, o laboratório que presta essas avaliações em relação ao material é o Laboratório São Luiz. E nós temos como parceiro em relação à oncologia, que nós também estamos já em fase quase de término do nosso Plano da Oncologia e também da implantação da Rede no Estado, e nós contamos com alguns parceiros também em relação ao serviço que é o Pio XII, que é do Hospital de Barretos, com investimento mensal do Estado, de um milhão e oitocentos mil, o que dá um total anual de mais de vinte e um milhões em relação ao serviço prestado. O São Pelegrino também é um parceiro nosso, é um investimento mais ou menos de setecentos mil por mês e investimento anual de mais de oito milhões; o Daniel Comboni que faz parte da região de Cacoal e nós temos lá também um serviço da UNACON, que é uma Unidade de Alta Complexidade de Oncologia, nossa referência, segunda referência no Estado, que a primeira é em Porto Velho no Hospital de Base e a segunda nós temos lá em Cacoal, um investimento mensal de aproximadamente trezentos mil, o investimento anual de mais de três milhões. Então, nós podemos ver que o nosso investimento em relação à oncologia, é um valor até considerável. E aí nós temos também o CETAS que realiza alguns cursos e aí são vários cursos que estão programados ainda para ocorrer, que já ocorreram e está acontecendo ainda esse ano dentre eles nós temos um curso que vai iniciar agora aos Técnicos de Enfermagem, voltado para saúde da mulher. Bom, não foi colocado aqui em questão da notificação da violência contra a mulher, que mais ou menos

em 2015 foi mais ou menos 371 casos notificados e de 2007 a 2014, foram 1.822 casos notificados, ou seja, verifique esse quantitativo que é baixo, a gente sabe que muitas unidades de saúde que deveriam fazer a notificação, a gente tem ciência disso, que cabe atenção primária, realizar essa ação, a gente do Estado apoiar e orientar também essa questão da notificação e a gente vê também essa questão das unidades de saúde que às vezes não ocorre, muitas vezes também devido ao fato do próprio profissional às vezes ter medo da notificação. Mas, nós temos ciência dessa questão também em relação à Rede de Enfrentamento a violência contra a mulher. Gente, é isso que eu tinha para falar com vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhora Aline Vilela, representante da SEMUSA. Que ela tem uma apresentação.

A SRA. ALINE VILELA – Boa tarde, é um prazer estarmos aqui falando da saúde da mulher que é um assunto que eu tanto gosto, tenho trabalhado alguns anos nessa área e digo que é realmente, talvez seja o momento histórico estarmos realizando uma Audiência Pública para falar de saúde da mulher, no mês que a gente se propõe a cuidar das mulheres, mesmo com tantas dificuldades que o SUS enfrenta. Então, gostaria de cumprimentar à Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno; gostaria também de cumprimentar a plateia na pessoa da Delci, minha eterna chefe, sempre chefe, prazer revê-la sempre. A Secretaria Municipal de Saúde tem desenvolvido algumas ações com relação à saúde da mulher e ela começa na estratégia de saúde da família com 78 equipes que atendem a parte de pré-natal, planejamento familiar, atende as mulheres vítimas de violência e por vezes numa questão secundária. A Itaci que é uma parceira que sempre está muito a frente nesta área, está aqui presente, agradeço, colega, o apoio. E a gente tem identificado, por exemplo, num atendimento em que a gente se propõe a fazer um exame clínico da mama, a gente acaba detectando que esta mulher também é vítima de violência doméstica, porque ela não chega na unidade gritando, dizendo que ela foi vítima de violência, às vezes ela tenta esconder e é assim que a gente tem conseguido através desses outros atendimentos, captar essas mulheres também vítimas de violência na atenção básica, que é a porta de entrada do serviço, que deveria ser a Coordenadora do Projeto Terapêutico de Saúde das Mulheres e principalmente das nossas famílias. E para dar suporte a essa atenção básica, a gente tem o Centro de Referência em Saúde da Mulher, que fica ao lado da maternidade, o Espaço Rosa, é um espaço relativamente novo que tem atendido as mulheres na situação de pré-natal de alto risco, na situação de planejamento familiar definitivo ou mesmo inserção de DIU, serviço de mamografia e prevenção do câncer de colo de útero, já que se propõe a tratar as lesões precursoras do câncer de colo de útero. Isso falando no Centro de Referência da Mulher que embora tenha ganhado espaço novo e maior do que era antes quando era na Rafael Vaz e Silva; já começa dar sinais de que aquela estrutura é pouca, a gente não consegue colocar mais profissionais por deficiência, inclusive, de sala, embora saibamos que os profissionais que estão lá, como a Heide, assistente social que está lá fora nos ouvindo; uma grande guerreira, uma grande parceira nesse SUS, sabe que a gente precisa fortalecer aquela unidade,

inclusive, com mais recursos humanos para que a gente consiga atender as mulheres como elas precisam na totalidade e não somente com um peito ou um colo de útero doente. O Centro de Especialidades Médicas, o CEM, é onde o Município de Porto Velho tem um Mamógrafo, é um Mamógrafo que já está há bastante tempo servindo ao Município, tem realizado grande quantidade de mamografias em torno de 200 mamografias, atende agendamentos, a gente não faz o atendimento lá não, é via regulação, embora a gente tenha tido muitas ausências nos nossos agendamentos em decorrência, inclusive, das Mulheres já terem realizado a mamografia em unidades, em outras unidades, inclusive, na unidade móvel como a Clenilda muito bem apresentou aqui. Além do serviço de Ginecologia geral, porque no Centro de Referência da Mulher onde há especialidade a gente tem algumas áreas que nos são prioridades. Mas assim, a gente sabe que essas prioridades nem sempre as nossas mulheres se encaixam nessas prioridades, então no CEM, Centro de Especialidades Médicas nós também dispomos de um serviço de Ginecologia geral para atender as mulheres que tem algum transtorno, mas, que estão fora, por exemplo, elas não têm um câncer de colo de útero, mas elas precisam ser atendidas. E a gente tem a Maternidade, é a única Maternidade de risco habitual do Estado, exclusivamente Maternidade, nos outros municípios a maioria tem um Hospital que atende maternidade, mas também atende as outras clínicas básicas. Tem realizado uma média de 9.000 partos por ano, e tem se aproximado mais das diretrizes da Rede Cegonha, garantindo acompanhantes nas 24 horas do dia e em todas as fases do pré-parto, parto e pós-parto. Dando preferência, inclusive, para o acompanhante principalmente no pré-parto e parto, seu companheiro ou então o pai do bebê, fortalecendo vínculo como preconiza a Organização Mundial de Saúde que acredita que, inclusive, isso mudará essa sociedade tão violenta, tão desvinculada das coisas, tão desapegada das coisas como a gente tem hoje. É a única instituição amiga da criança do Estado, é referência para parto de risco habitual, não só para Porto Velho, mas, para outros Municípios, como Candeias, Itapuã que vem nascer aqui. É também referência para o planejamento familiar definitivo, então, as mulheres que desejam fazer laqueadura e mesmo os homens que desejam fazer vasectomia o fazem através do Centro de Referência da Mulher, mas, o procedimento a cirurgia em si é realizada na Maternidade Mãe Esperança. Com um grande aumento da vasectomia nos últimos dois anos a produção já tem quase dobrado em termos de número, o que indica que os homens estão mais sensíveis ao planejamento familiar, deixando de ser uma coisa somente de mulheres e passando a ser uma coisa de família, de projeto de vida, mesmo. É também referência para o abortamento legal e é a única Maternidade que tem esse serviço estruturado no nosso Estado, e a gente atende as Mulheres que tem direito a fazer o abortamento como as meninas, as mulheres vítimas de violência que a gente tem atendido muito lá. Mas aquelas mulheres que tem problemas, com bebezinho que tem graves problemas também tem atendido a essas necessidades, não é uma tarefa muito fácil, já que estamos falando de um Município que tem tido um grande crescimento populacional e rápido. E a nós, serviços públicos, nem sempre temos essa rapidez toda para acompanhar esse crescimento porque precisamos seguir

trâmites legais e burocráticos. É importante lembrar que talvez campanhas; não estejamos falando da melhor estratégia, quando a gente está falando de campanha nós geralmente estamos falando de rastreio nas mesmas mulheres. A Dona Maria que já é conscientizada de fazer a mamografia porque ela já está na faixa etária, ou a Dona Sebastiana de fazer o exame Papanicolau porque ela já está conscientizada e nós temos pouquíssimo captado novas mulheres, mulheres que nunca fizeram exame Papanicolau, que nunca fizeram uma mamografia nessas campanhas. Então neste ano de 2015 o investimento em campanhas por parte da SEMUSA foi deveras discreto, justamente pelos dados apresentarem de que talvez essa já não nos seja uma estratégia viável em oferta de procedimentos. A ideia é fortalecimento dos serviços das Unidades Básicas de Saúde, do Centro de Referência da Mulher ao longo de todo o ano, para que essa Mulher consiga ter essa porta sempre aberta, para que ela possa ser atendida; e atendidas todas as suas necessidades, justamente para que a gente possa desmistificar de que nós Mulheres somos somente um peito, ou somos somente um colo de útero. Quando precisamos de atendimento, precisamos que nos atendam na nossa totalidade, não só enxergando o exame, aquela coisa pontual, como a Lara muito bem colocou na sua fala inicial, demoramos meses para receber, quando o recebemos. Em algumas oportunidades nós temos mulheres do Outubro Rosa do ano passado que hoje nós estamos no Outubro Rosa de 2015 e ainda não receberam seus exames do ano passado. Embora as campanhas sejam uma ótima estratégia para a mobilização social, para conscientização, para divulgação para informação, mas não necessariamente para oferta de exames já que estamos sempre captando exatamente as mesmas mulheres.

Acho que para o Município Itaci, falei tudo? Nas mulheres vítimas de violência sexual a maternidade é a referência a Maternidade Municipal. Então além de acolher as gestantes, as mulheres em trabalho de parto e parto também acolhem as mulheres vítimas de violência no atendimento agudo, para fazer a medicação, para fazer os exames nas 24 horas do dia nos 07 dias da semana. É isso, obrigada é um prazer falar, espero que falemos mais, principalmente em 2016 que há de ser um excelente ano. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Sr. Raimundo Nonato Soares, Presidente do Conselho Estadual de Saúde.

O SR. RAIMUNDO NONATO SOARES – Queria cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Jesuíno, agradecer o convite, mas eu queria debater política sobre saúde com o gestor, com a gestão, porque a gestão é que executa as políticas públicas de saúde, discutir com técnico você vai discutir questões técnicas, mas não é ele que executa. E o nosso Estado, cada dia que passa a gente observa, Deputado, e aí eu vou dá um dado aqui, que é o dado do Conselho Nacional de Saúde que nos preocupa porque para eu discutir a política tem que ter o dinheiro, porque se não tiver o dinheiro ela não será executada. E um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Saúde em 2014 a gente perdeu 3.8 bilhões da área da saúde que não foi executado. Em 2015, a estimativa está de seis bilhões e 2016, se a gente deixar aprovar o Orçamento que se encontra hoje

no Congresso Nacional hoje são de dezesseis bilhões. E como é que você vai executar Políticas Públicas de Saúde nessa condição? O cofre maior diminui, subentende que o Estado vai ter que diminuir, subentende que o município vai diminuir, e quando o Estado não executa as políticas, que terceiriza para o terceiro executar fica mais complicado, porque todas essas políticas que foram colocadas aqui, elas passam pelo crivo do Conselho Estadual de Saúde porque somos nós que aprovamos o Plano de Saúde Estadual para 4 anos e somos nós que aprovamos o PAS que é a programação anual, onde está definido todas as políticas públicas. Então nós temos essa preocupação, do sentido de dizer assim: “qual é o percentual ideal para executar as políticas públicas de saúde”. Então, e tem mais um agravante quando não troca de gestor de 20 em 24 horas, Deputado, que tem município aí que troca de gestor como nós trocamos de roupa, isso é ruim para o Sistema Público de Saúde. Você tem o PSF que é o Programa de Saúde da Família ou o Programa de Estratégia da Saúde da Família, que tem município que não tem a cobertura 100%. Porto Velho é um exemplo disso, inclusive, eu queria discutir isso com o Dr. Mauro, eu queria que ele estivesse aqui, o Prefeito do Município, eu queria discutir isso com o Domingos, que é o Secretário de Saúde do Município, eu queria que a gestão estivesse aqui para a gente poder fazer esse debate, porque eles que são os responsáveis para executar as políticas públicas de saúde, principalmente, quando se fala da saúde da mulher. E aí fora as denúncias que você recebe dos maus tratos que existem nas maternidades, criança que some, que morre, o parto que não é feito na hora vários outros problemas que tem que é violência também. Então a gente precisa discutir isso com muita tranquilidade, mas, do ponto de vista e nós temos o poder de aprovar, nós somos construtivos e somo deliberativos e monitorar a execução dessas políticas públicas. E aí eu gostaria, Deputado, de deixar uma coisa clara aqui, que a gente quer ter uma parceria com a Assembleia, a gente quer saber também o que é que a Comissão de Saúde desta Casa está fazendo com relação às políticas públicas de saúde. Eu sei que Vossa Excelência não faz parte, mas eu sei que tem Deputado médico que faz parte. Então a gente precisa fazer esse debate até para saber qual é o papel do Poder Legislativo nesse processo e qual é o papel de nós, do controle social desse processo todo, porque se nós não conseguirmos reverter o quadro que hoje está desenhado em nível nacional com relação ao Orçamento da Saúde para o ano que vem, a gente vai ter um corte violento na área da saúde e esse corte ele vai atingir quem? Vai atingir todas as políticas públicas de saúde. Então a gente precisa ter esse entendimento aqui e vamos aproveitar o Paim que vai estar aqui na quinta-feira, apesar, que ele vem discutir a terceirização também, que é outro processo, mas, cobrar também dele, por que ele é um Senador e cobrar dele também a posição dele com relação ao Orçamento da Saúde Pública hoje no País. Nós colhemos assinatura pessoal nesse País todo, porque já é decisão de duas conferências da XI e da XII que nós queríamos que a União investisse na saúde pública da população 10% da sua receita corrente bruta, nós não conseguimos isso por parte do Governo Federal e por parte do Congresso Nacional o que eles fizeram? Colocaram as emendas impositivas. Sabe o que significa dizer isso? “Eu vou negociar com o Prefeito, para

onde eu vou mandar a emenda". E aí, todo mundo sabe como é que funciona o esquema de emenda parlamentar, ou alguém tem dúvida disso? A gente sabe por que a gente fiscaliza e a gente consegue identificar como é que isso funciona. Isso não traz benefício nenhum para nós, que moramos em um País, aonde as emendas são impositivas. Se vocês fizerem um levantamento hoje, no Estado de Rondônia, o que tem de equipamento comprado, mofando nos almoxarifados aí do interior do Estado, tem um monte, tudo através de emendas parlamentares. Qual foi o benefício que a população do Estado de Rondônia teve sobre essas emendas? E a maioria é de Deputado Federal e Senador. Porque o interesse é deles, não do conjunto da sociedade. Isso aqui não é acusação não, isso aqui é uma afirmação que a gente está fazendo, é só fazer os dados, o levantamento desses dados, que vocês vão encontrar. A Folha de São Paulo recentemente publicou esses dados. Então eu me preocupo, e aqui, o Conselho Estadual de Saúde é parceiro para nós fazermos esse debate, agora, eu quero fazer esse debate com a gestão, com o gestor, eu não quero sacrificar nenhum técnico não, porque eu sei qual é a capacidade dos técnicos, agora a gestão sim, o Secretário, eu quero discutir com ele. Eu quero discutir com o Prefeito, eu quero discutir com o Governador, porque eles têm o poder de decisão. O Prefeito é quem manda no Secretário de Saúde, o Governador é que determina ao Secretário de Saúde do Estado, para fazer as políticas públicas de saúde. Então, a gente precisa ter esse entendimento, Deputado, para a gente poder fazer com que o sistema público de saúde do nosso Estado, funcione corretamente. Nós vamos ter um congresso agora, sexta-feira, do COSEMS, que deveriam ter mandado um convite para o Conselho de Secretários Municipais estar aqui também, para a gente poder debater com esse pessoal, para eles não ficarem escondidos, saber qual é a política que eles estão implementando lá no Município deles com relação às mulheres, entendeu? Então, assim, fica aqui a nossa fala com relação a isso, nós estamos abertos, nós temos o poder de decisão, mas o nosso poder de decisão também é limitado, entendeu, diante dessas políticas públicas. Agora, eu gostaria de fazer um debate sim, mas com a gestão. Com o Secretário de Saúde do Estado, com o Secretário Municipal de Saúde, com o Prefeito, com o Governador, porque eles têm o poder de decisão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Audiência Pública foi proposta e, a gente vai passar à tarde todinha aqui, jogando conversa fora. Ao final das falas, a gente tem que chegar com alguns encaminhamentos. Era para estar aqui sim. Foram todos convidados, foram todos oficializados, mas, infelizmente não é qualquer um que vem para um enfrentamento desses. A gente sabe que vem com muita conversa, com muito discurso, com muita lorota, então, é difícil. Quanto à questão do Deputado Neidson, eu sou suplente da questão da Comissão de Saúde, mas todos os pleitos que foram encaminhados lá, eles estão tomando as medidas, estão realmente correndo. Então, eu vou levar até essa discussão, esses fatos que foram que estão sendo relatados aqui ao final, para remeter, tudo o que fora, esse vídeo, toda a documentação que está sendo apresentada aqui, e encaminhar para a Comissão, porque como eu digo as legislaturas passadas a gente não pode falar o que ocorreu e como ocorreu. Eu posso falar dessa, desde fevereiro, a qual

nós tomamos posse, é uma nova legislatura. A prova tanto que, na data de hoje são mais de duzentos e sessenta e oito requerimentos, mais de cem Audiências Públicas, todas com encaminhamentos positivos, algumas outras, a gente está até reiterando, já estão aqui discutindo, não só eu, o Deputado Lazineiro que tem muitas audiências que ele é proponente. Então, afinal a gente quer isso, inclusive eu delimito em dez minutos a fala, porque a maioria sabe por que já está aqui até saturado o que realmente necessita. O que nós precisamos é a efetivação. Esse é um poder, é o Poder Legislativo, e temos o Poder Executivo o qual é o executor, e temos também o Judiciário que é, na ausência, ele já entra no caso de efetivar, de uma forma mais coercitiva. Então eu vou com certeza ouvir de vocês, o pleito de vocês, o PPA vai ser aprovado amanhã, porque amanhã é dia de Sessão, eu acredito que seja aprovado amanhã, se algum de vocês tiver interesse, são três volumes, acredito que vocês passaram por todos os Conselhos, a questão ou não, essa discussão não passou então? Porque o PPA tem que ter Audiência Pública, não passou então? Então quer dizer, é preocupante. Então para que é que servem os Conselhos então? Eu vou pedir então que tire, a cópia é um volume muito grande, mas acredito que deva ter política sim. Teve Audiência Pública, não teve? É, tem que ter Audiência Pública para se discutir. Eu vou passar a palavra aqui para a Cel. PM Ana Júlia, Diretora de Saúde, representante do Comando Geral.

A SRA. CEL. PM ANA JÚLIA – Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, Excelentíssimo Senhor Guilherme Luis, Senhora Onete Maciel Alves, Senhora Marta Duarte, senhor Solano de Souza Ferreira, senhora Aline Vilela, Dra. Janaína Xander, senhor Raimundo Nonato; na pessoa da senhora Gerente do GPES da SESAU, Dona Delcy, eu quero dar boa tarde a todos os presentes. Neste momento que se discute a saúde da mulher; e eu conversava aqui com o senhor Raimundo Nonato, é um tema assim tão abrangente, porque falar sobre mulher, violência, saúde; só violência, só saúde, a assistência da mulher na violência. Então, assim, eu vejo que é muito abrangente o tema. Então, falando da Polícia Militar, qual é a participação da Polícia Militar nesse processo, dentro do que foi colocado das premissas dessa política de Enfrentamento? Dentro da premissa intersetorialidade, é onde a Polícia já começou a trabalhar também um pouquinho. Desde 2013, eu tenho a satisfação de dizer que a Diretoria de Saúde junto com a AGEVISA, a DEAM, na época era a Dra. Edna, nós começamos a promover a capacitação de policiais dentro da Lei Maria da Penha. Então eu vejo que é interessante isso aqui, porque a Polícia não só prende. Mas o que é que a Polícia está fazendo também? Ela também está se capacitando para ela ter uma melhor atuação. E isso eu venho assim, com muita felicidade, dizer a vocês que nós começamos a fazer também. Então, vários, bastante policiais já foram capacitados dentro da Lei Maria da Penha junto com os Policiais Civis, inclusive. Nós tivemos, em 2013, tivemos em 2014. Estamos esperando que nos convidem de novo para participar, porque a gente sabe que existe uma verba para ser trabalhada, já que nós não temos, o que a Diretoria de Saúde e a Polícia faz é trabalhar com o financiamento que já tem e tocar essa política. Essa é a nossa participação. Então, são as nuances da Lei Maria da Penha, e o policial, nessa capacitação, ele discute mais a Lei e

vê que as mulheres, durante a ocorrência, ele pode garantir algum direito da mulher ali. Então essa é a nossa participação. E dentro da saúde da mulher ainda, com vistas à diminuição da violência, o que é que a Diretoria de Saúde tem feito? Participado também, através da AGEVISA, nós capacitamos os nossos oficiais de saúde e nós estamos prestando serviços às instituições que nos acionam. Inclusive, a Escola do Legislativo já nos acionou e a gente tem trabalhado, fazendo testes rápidos na medida do possível. E quero, Deputado, neste momento, configurar o nosso agradecimento ao apoio que o senhor tem dado a nossa Diretoria de Saúde. Já estamos prestes a receber alguns equipamentos, fruto de emendas que o senhor destinou e é isso. Não sei se o Coronel Santos tem alguma coisa a acrescentar ainda a respeito da participação da Polícia, nesse processo de Enfrentamento à violência contra a mulher.

O SR. CEL. CORONEL SANTOS – Agradeço a Deus por estar aqui neste momento, Deputado Jesuíno, meu boa tarde. Demais integrantes da Mesa, a Onete Maciel, em nome da qual eu cumprimento todas as mulheres. Bom, falar Enfrentamento da violência sem falar numa Delegacia para a mulher, que abre às 07:30, e olhe lá se abre, e fecha às 13:30 horas, é difícil demais você falar, entendeu? Eu não pergunto se aqui tem Juiz, tem Promotor ou se tem Delegado, eu estou falando a realidade.

Então, eu vou sair daqui com a minha consciência tranquila. Eu sei que vai ser discutido em outra oportunidade e eu gostaria de usar a palavra nessa oportunidade que vai ser falado sobre de violência contra a mulher. Não adianta se falar de violência contra a mulher e se falar só em números e outras coisas. Tem que falar a realidade que a mulher realmente enfrenta. Quando você chega para atender uma ocorrência, e a criança vem falar, já determinada pelo pai que está tudo bem, e o policial, muitas vezes, ele não é treinado para realmente perceber que está tudo bem e não está tudo bem. Uma mulher chegar à Central de Polícia é diferente de chegar numa Delegacia para a Mulher. Então não adianta, para mim falar coisa que eu não vou aceitar, entendeu? Então, se eu for falar tudo o que tem que falar, aí vai ter gente que vai dizer assim: “Coronel, você tem razão”. E eu prefiro ficar calado até. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só para colaborar eu tenho uma audiência já aprovada para o dia 9 de novembro e eu queria que a SESDEC estivesse aqui, já que está todo mundo aqui, eu já ia trazer esse assunto quanto as Delegacias 24 horas, inclusive, eu fiz um estudo, eu junto com a minha assessoria, eu entrar em mérito mesmo que a Lei 11.340, que dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Então, eu ia entrar bem profundo nessa matéria, mas como não existe, e se tem algum, o dia 9 então, eu vou deixar para o dia 9, porque aqui não tem o representante da SESDEC. E aí eu vou fazer questão, eu vou oficializar, se for necessário, vou aprovar um requerimento convocando através desta Casa, o Secretário de Segurança, para está presente aqui. Porque, infelizmente, era para ter encaminhado aqui um representante, mas quem pode falar em nome do Secretário, eu acho que deve ser só o sub, mas é prioritariamente, a gente precisa discutir essa questão da violência doméstica, eu tenho um dado aqui que é alarmante.

O SR. CEL. SANTOS – Deputado, por favor, mais um minuto.

A viatura que vai atender ocorrência da mulher, ela tem que ser caracterizada para que seja reconhecida. E a ocorrência como a mulher, ela não para na delegacia, o Juiz depois determina para os policiais militares, de preferência policiais femininas, na sua maioria que retornem e realmente verifique se está tudo bem mesmo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Olha só.

Isso está extraído das ocorrências policiais registradas até o dia 19 de janeiro, até outubro, total de boletins, 4.147; 2014/2015 5.019, ocorrência registrada na Delegacia da Mulher, de janeiro 2013/2014, 5.368; 2012/2013, 5.066. Então, são ocorrências que realmente estiveram registradas na Delegacia da Mulher. Então, a Lei, ela é bem específica, eu entendo que está sendo descumprida, está sendo desrespeitada, então, tem que ter sim, eu não estou preocupado, o Estado não venha com essa balela para mim que não têm efetivos, porque ele deve sim colocar, efetivar, contratar mais delegados, fazer contratação de policiais civis, e não é da minha responsabilidade. A gente está aqui, se vier para cá uma matéria em remanejamento orçamentário em que haja no PPA, que já existe uma previsão orçamentária para contratação desses efetivos, vai haver. Agora, a gente não pode aceitar que as mulheres fiquem a mercê por conta: “não tem efetivo”.

Isso para mim, não é desculpa mais aceitável. Então, eu vou pedir apoio para vocês, eu vou manter essa Audiência para o dia 09, e já faço o convite aqui para está presente, que a gente precisa sair com uma decisão realmente efetiva, que seja 24 horas. Não pode uma mulher que tem exemplo, uma ocorrência já envolvendo Maria da Penha, ficar na Central de polícia a Deus dará, porque ninguém sabe, porque são várias demandas, que horas ela vai sair dali? Entendeu, têm requisitos que são totalmente, aí a Doutora que está aí presente, ela vai poder falar com mais prioridade. Então, mais lendo a Lei, está sendo descumprida, e não podemos aceitar, e aqui como parlamento, como Legislativo, como fiscal, a qual, eu represento a Comissão de Segurança Pública, Presidente dessa Comissão e dentro das atribuições legais e regimentais, ela me dá essa competência, essa prerrogativa em controlar e fiscalizar, se for necessário também eu vou abrir um procedimento através de Ofício encaminhar a Presidência apenas para a gente já dá um procedimento e ao final encaminhar para os órgãos competentes e aqui eu estava até conversando com o Dr. Guilherme, quando até a gente buscar o cumprimento na Corte Americana dos Direitos Humanos, a gente pode sim buscar o que está sendo descumprida em Rondônia essa situação da Delegacia; mas, isso é um ponto para o dia 09, que eu acredito que vai ser muito bom.

Eu vou passar a palavra agora ao Solano, Secretário Municipal de Ação Social – SEMAS.

Registrar a presença da Vereadora Fatinha.

O SR. SOLANO DE SOUZA FERREIRA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Exm^o. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid proponente desta Audiência Pública juntamente com o Deputado Lazineiro da Fetagro, e cumprimentar a todos componentes da Mesa e todos que estão aqui nesta tarde discutindo políticas públicas para a saúde da mulher e também

de enfrentamento à violência. Eu assumi a Secretaria Municipal de Ação Social a menos de uma semana, ainda estou naquela fase de conhecer e compreender a estrutura, mas venho de formação acadêmica e de atuação profissional dentro de áreas sociais, inclusive, durante muito tempo assessoriei movimentos sociais também o III Setor e compreendo todas essas demandas e essas dificuldades de colocar em prática políticas públicas e o movimento tão importante também como o Outubro Rosa, recentemente eu estava no DETRAN e coordenei o Maio Amarelo e sei o quanto é difícil colocar na rua um movimento que possa chamar atenção da sociedade, convocar a sociedade para uma causa.

A Secretaria Municipal de Ação Social, ela trabalha em duas frentes e gostaria de aproveitar aqui citar a presença da Diretora do CRES Mulher, Maria Valdenira e também a Coordenadora de Políticas Públicas para Mulher, da Prefeitura de Porto Velho, a Vanusa Nascimento Machado e elas podem até falar com mais propriedade a respeito dessas ações do município. O CRES Mulher, ele tem como objetivo atender individualmente e dentro de ações interdisciplinares várias ações como: psicológico social, jurídico, orientação, encaminhamento, acompanhamento, informações à mulher em situação de violência doméstica. Outra frente que a Secretaria trabalha é a Casa Abrigo, que é uma unidade que ampara as mulheres vítimas de violência doméstica e ampara acolhendo não só ela, mas também os filhos, dando toda atenção, orientação, apoio e encaminhamentos para que possam ter a devida proteção e permanecer nessa casa até que os maridos sejam notificados pela justiça a respeito das medidas protetivas.

A partir daí, se ela tem e se considera seguro voltar ao convívio do lar, convívio doméstico, ela sai dessa casa, desse abrigo ou senão ela permanece lá. São ações que são desenvolvidas pelo município dentro de normas técnicas, dentro de parâmetros que regem esse tipo de serviço, legislação e que reconheço que precisamos ampliar, precisamos melhorar e diante dessa Audiência Pública quero dizer da importância, Deputado Jesuíno, de puxar os parceiros para uma discussão, promovendo um debate amplo, onde cada um possa expor suas dificuldades e também suas demandas e buscar um consenso no sentido de fazer. Às vezes o poder público, ele tem uma demanda muito grande em fazer, tem uma burocracia, eu venho recentemente da iniciativa privada, quando eu cheguei no serviço público eu imaginava que fosse menos burocrático, na iniciativa privada, você começa uma ação de manhã e a tarde já está pronto, no serviço público você tem demandas que você pode fazer, que você quer fazer, mais em virtude de uma burocracia você tem que esperar um novo PPA, um novo orçamento, algo assim. Então, não é tão fácil e nós temos demandas da sociedade, demandas do Judiciário, precisamos de uma compreensão, de um apoio no sentido de implementarmos a cada dia melhorias que possam favorecer as mulheres e seus filhos naturalmente, todo o amparo e todo dever. Eu costumo dizer que a Secretaria Municipal de Ação Social, ela tem uma demanda que vai do recém-nascido, ao falecido. Então, uma demanda grande e nessa subdivisão de tarefas que existem do Governo Federal, do Governo Estadual, acaba acarretando para o município um peso, um volume de atividades muito grandes que às vezes a estrutura não comporta. Hoje pela manhã eu tive uma reunião com servidores

da Casa de Proteção ao Menor, as meninas, os meninos e ao Lar do Bebê e eles me colocavam essas dificuldades, as demandas que eles têm e eu pude perceber a vontade e o empenho que esses servidores têm, mas estão lá na ponta e às vezes os gestores não têm a informação, não chega essa informação de uma maneira que pudesse dimensionar essas atividades, coisas corriqueiras que poderiam no dia a dia avançar, poderiam caminhar, mas às vezes não caminham e essas informações não chegam. Quero me colocar à disposição, estou chegando agora e sou muito aberto ao diálogo e estou aberto a conversar com todos e a medida que essas demandas vão chegando, nós vamos buscando alternativas que possam ser exequíveis, também não podemos mascarar uma realidade e prometer aquilo que não alcançamos, aquilo que nós não suportamos. Atualmente a SEMAS, ela trabalha dentro de uma demanda de ações continuadas, mais fixadas naquilo que é proposta de programas do Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, mas, queremos também ampliar isso à medida do tempo, eu não sei se 14 meses será possível, que é o que eu tenho pela frente, mas pelo menos iniciar uma busca de parcerias fora de órgãos governamentais, mais dentro também da iniciativa privada, uma vez que hoje todas as grandes corporações necessitam fazer por obrigação, investimentos de compensação ambiental e social. Eu venho do 3º setor onde trabalhamos muito a questão ambiental e há uma demanda grande nesse sentido. Já nas ações sociais, pouco tem buscado se comparando com os movimentos que trabalham com o meio ambiental. Eu acredito que se pelo menos iniciarmos esses contatos para as próximas gestões, para os próximos anos conseguiremos ampliar o que já tem e fazer com que novas ações sejam implementadas para o bem estar da família. E como nós trabalhamos com a família, a mulher, ela mais do que o homem, ela tem o contato com a família, é importante que sejam desenvolvidas e implementadas todas essas políticas de amparo à saúde, de amparo também à Segurança das mulheres. Porque eu lembro, meus pais separaram, eu tinha cinco anos de idade e para mim era um momento muito difícil, quando estava perto do horário do meu pai chegar em casa, porque o meu vínculo diário ali era com a minha mãe o dia todo, guardado e protegido por ela e quando ele chegava do trabalho não havia violência física, mas havia, sim, violência psicológica e isso me afetou também. A ponto de eu manter por toda a minha vida um vínculo frio com o meu pai, em virtude desse tipo de violência psicológica que vem trazendo assim ao longo dos anos dificuldades para a pessoa em diversos âmbitos da sua vida e eu posso até mesmo por experiência de vida, ver o quanto é importante colocar em prática essas ações para que não só as mulheres, mas principalmente, os filhos, que são mais indefesos do que as mulheres, que são adultas, acabam sofrendo também dentro do lar. Então eu desejo a todos e a todas aqui presentes que possam usar esse espaço nesse momento para buscar essa unidade, buscar dimensão para essas ações e fazer com que essas Políticas Públicas possam de fato ir muito mais além de Porto Velho e alcançar os demais Municípios de Rondônia. Porque hoje eu fui informado que a SEMAS também recebe demandas de outros Municípios.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passar a palavra a Doutora Janaína Xander, Delegada da Delegacia da Mulher.

A SRA. JANAÍNA XANDER – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Jesuíno eu cumprimento a todos da Mesa; em nome da senhora Iara Ortiz eu cumprimento todas as mulheres, tendo em vista que estamos aqui em respeito a nós, ao nosso Gênero. E fico muito feliz por estarmos tendo essa Audiência Pública, da importância da saúde da mulher e também ao combate a violência contra a mulher. Para começar a gente sabe que a Lei Maria da Penha foi criada no ano de 2006 e a partir de então nós estamos, nós, sociedade, estamos tentando aplicar essa Lei da melhor forma possível, nós estamos tendo vários percalços e eu espero que em breve isso seja totalmente solucionado. Nós temos um grande preconceito contra a violência da mulher:

Mas a mulher continua apanhando, por quê? Ela apanha há dez anos, cinco anos. Porque ela continua nessa situação? Nós temos que ver esse por quê? E nós temos que solucionar também esse por quê. Não adianta eu atender a mulher hoje e no dia seguinte ela voltar e apanhar de novo. Isso a gente só vai conseguir com a Delegacia da Mulher, óbvio, e também com todos os demais órgãos que aqui estão presentes. Por isso a importância dessa Audiência Pública, a mulher apanha, apanhou, eu falo assim apanhar em modo geral, apanhou, sofreu violência verbal como o senhor Solano falou agora a pouco. E isso tudo vai causando vários problemas na mulher, que afeta diretamente a saúde dela. Primeiro, nós temos a agressão física, a mulher vai ser socorrida na Unidade de Saúde, agressão sexual, ela vai ser socorrida na unidade de saúde, mas também a violência psicológica causa problema de saúde na mulher, ela começa a ter transtornos psicológicos, ela pode ter as famosas psicossomáticas: taquicardia, enxaqueca, problema de estômago, e tudo isso vai desembocar na área da saúde. Então nós temos que tratar a situação da mulher de forma ampla, combatendo a violência, prestando apoio dentro da Saúde e combatendo também a questão social. A mulher, ela precisa de um apoio com relação à autoestima dela também. Porque às vezes ela sofre violência psicológica e ela se sente feia, ela se sente incapaz de conseguir um emprego, incapaz de melhorar a sua vida, e isso é relevante, para que essa mulher não volte a ser agredida ou pelo mesmo homem ou por outro.

Elas tendem a repetir o comportamento quando elas não têm esse atendimento. Por outro lado nós também temos que atender o homem para que ele não repita esse comportamento.

Às vezes ele separou daquela mulher, tem outra esposa e repete esse comportamento com a outra esposa. Então o que é possível verificar é que é uma situação muito ampla, depende da ajuda de todos nós, que a gente dê as mãos tanto em relação a violência doméstica, quanto com relação a saúde da mulher. Falando com relação ao que foi levantado aqui sobre a Delegacia 24 horas, sobre o atendimento da Delegacia, como o Deputado já falou vamos ter essa audiência pública no dia 9 de novembro onde certamente comparecerá alguém da SESDEC que pode responder todo esse questionamento. É mais do que importante, é imprescindível uma Delegacia que possa atender de forma adequada à mulher, que esse atendimento seja feito de 24 horas, ou seja, feito no mínimo de uma forma diferenciada. Temos também que ter esse apoio da Polícia Militar, nós sempre contamos com a Polícia Militar, esse ano eu fui à Companhia de Trânsito dá uma palestra lá, também teve no Hotel Rondon, salvo engano, foi no mês de junho teve uma capacitação com policiais militares, policiais civis, que envolveu

tanto a situação da mulher vítima de violência doméstica quanto criança e idoso, então esses grupos vulneráveis eles precisam ser atendidos de forma diferenciada. A pessoa que atende uma mulher vítima de violência doméstica, ela tem que atender de forma diferenciada, seja a Polícia Militar, seja na Polícia Civil, seja no âmbito da saúde. Eu falo por mim na Delegacia da Mulher, a mulher que vem buscar o apoio, ela não pode chegar lá na Delegacia olhar para cara dela e simplesmente falar: “vamos minha filha, começa a falar o que é isso que eu tenho mais gente para atender”. É preciso ouvir, é preciso deixá-la falar e até muitas vezes a gente tentar mostrar para ela que ela é capaz de superar aquilo, que ela tem capacidade de arrumar um bom emprego, de arrumar uma pessoa que a ame e melhorar a sua autoestima.

Eu sou assim, uma fiel defensora da Medida Protetiva, eu estudei em cima da Medida Protetiva e a relevância dela é imensa, mas nós precisamos de maior apoio das polícias, do Judiciário também para que as Medidas Protetivas sejam cumpridas e passem de um pedaço de papel a uma situação de cumprimento real que o homem não venha descumprir essa Medida Protetiva, aí que a gente precisa também novamente a Sra. Ana Júlia, a gente pode até combinar um novo ciclo de palestra, de atendimento com uma capacitação da Polícia Militar e também nunca é demais nós capacitarmos também a própria Polícia Civil e as pessoas que estão trabalhando na SESAU. A gente teve uma fala de, eu não me recordo o nome, que ela falou que há uma necessidade dessa notificação. Essa notificação ela é importante para a delegacia também para a gente poder tomar a frente de alguma, expedir ordem de missão, ir atrás dessa mulher que está sofrendo violência.

Então essa notificação, ela dá um feedback para a gente poder atender essa mulher.

Para concluir a minha fala e não me estender demais o que eu quero dizer aqui é que nós precisamos todos dar as mãos para combater tanto a violência contra a mulher e prestar um melhor atendimento a saúde. Já foi falado que a mulher ela adoce mais, mas ela adoce mais por quê? Porque ela tem essa sobrecarga maior, seja no âmbito doméstico, no trabalho, seja sofrendo uma violência física e ela precisa desse atendimento especializado. Na delegacia a gente faz o máximo para dar esse atendimento especializado para que uma mulher que busque a delegacia ela não volte com a mesma situação, ela consiga superar o que ela passou e siga sua vida de forma digna. Agradeço a todos e parabênz a Assembleia Legislativa por esse encontro.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só registrar a presença Deputado da Exm^a. Sra. Vereadora de Porto Velho Maria de Fátima.

O SR. JESUÍNO BOBAID (Presidente) – E a Ana Negreiros também a Vereadora, registrar a presença dela também.

Agora o Dr. Guilherme Luís, representando aqui a Defensoria Pública do Estado.

O SR. GUILHERME LUÍS – Boa tarde a todos! Cumprimento a Mesa em nome do Exm^o. Deputado Jesuíno; e a todas as mulheres na pessoa da Dra. Janaína que tem levantado essa bandeira na Delegacia das Mulheres fazendo um trabalho que

eu acompanho como receptor de algumas mulheres, muito interessante e competente e diante dos recursos que ela dispõe eu tenho certeza que muito mais do que a gente podia esperar, ela tem se desdobrado nessa função.

A Defensoria Pública do Estado, ela fica muito satisfeita de saber dessa iniciativa do Deputado Jesuíno e é interessante como é que o Deputado Jesuíno tem se posicionado ao lado das pessoas mais vulneráveis do Estado, não é a primeira oportunidade que eu tenho com ele nas questões de disputa por terra, ele tem se posicionado numa condição de respeito e de proteção as pessoas vulneráveis. Então eu parableno Vossa Excelência Deputado por mais essa ação e a Defensoria cada vez mais nutre mais respeito e admiração por Vossa Excelência, porque Vossa Excelência tem sido sensível às causas da Defensoria que são as causas das pessoas mais carentes.

A Defensoria Pública do Estado, ela tem a missão constitucional de garantir a defesa das pessoas hipossuficientes.

O que são hipossuficientes? São hipossuficientes aquelas pessoas mais vulneráveis da sociedade. Dentre esses grupos está o grupo das mulheres que vem proveniente de violência doméstica. Dentro da Defensoria Pública a gente tem um núcleo, e desde o dia 1º de outubro eu estou à frente deste núcleo, que é o núcleo Maria da Penha. A gente consegue receber essas mulheres vítimas de violência, e dar os encaminhamentos devidos. Essa mulher que vem vítima de violência, ela vem com problemas às vezes de família, ela precisa de uma separação, de uma dissolução de uma união estável, de um processo de alimentos contra a pessoa que a agrediu, às vezes alimentos para os filhos, precisa regularizar a guarda, e a gente na Defensoria Pública, embora com poucos recursos, a gente conseguiu criar uma equipe multidisciplinar.

Então hoje, as pessoas que vão ser atendidas pela Defensoria, a gente tem um local específico para essas mulheres serem atendidas, separadas do agressor, e com uma equipe constituída por uma assistente social, uma psicóloga, que vão fazer esse encaminhamento, essa análise do caso, e esse acolhimento da mulher proveniente de violência. É muito importante como a Dra. Janaina falou, é muito importante que a gente consiga resolver efetivamente o problema dessa pessoa, para que ela não volte ali. E nesse sentido, a gente tem conseguido desenvolver um trabalho interessante de mediação no âmbito da Defensoria Pública, a gente convida, faz um primeiro atendimento, mas a gente sempre convida o agressor, que venha também a Defensoria, a gente ouve também a outra parte, e muitas vezes a gente consegue formular alguns acordos extrajudiciais que resolvem essas situações de forma definitiva, muito próximo do que o CNJ hoje preconiza como justiça restaurativa, que é a possibilidade de restaurar esses vínculos e resolver de forma definitiva essa situação. Em termos de dados, a Defensoria Pública esse ano, somente nesse núcleo especializado Maria da Penha, já atendeu 1.320 pessoas. E dessas 1.320 pessoas, vários foram os encaminhamentos realizados, seja processos judiciais, ações de divórcio, ações de guarda, encaminhamentos, ações de saúde. Às vezes Deputado, a mulher chega lá e ela precisa: "olha, eu preciso ser atendida aqui, mas, eu estou com um problema e eu preciso resolver". Então, primeiro a gente tenta um acordo, com a SEMUSA – Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, e, se não é possível, a gente realiza também. Então a gente tem

conseguido aqui em Porto Velho, através do Núcleo Maria da Penha, dar esse atendimento diferenciado. Mas aqui, como encaminhamento, eu coloca a Vossa Excelência, a disposição a Defensoria Pública, porque a gente precisa alcançar um maior número de pessoas. Esses vulneráveis, eles não são só vulneráveis individuais, a Defensoria Pública, ela tem a capacidade de defender o hipossuficiente organizacional, o que é que é isso? É aquela comunidade hipossuficiente, é aquele setor hipossuficiente, que é a mulher e o conjunto de mulheres, vítimas de violência. Então Deputado, nós estamos à plena disposição de Vossa Excelência, desta Casa, para receber esses pleitos de interesse coletivos, transindividuais, para que a gente possa dar o tratamento devido, o acompanhamento devido. Estamos à disposição plena, ao momento em que o senhor ou esta Casa entender necessário, para que a gente junte os esforços e consiga muitas vezes tornar um problema individual, numa demanda coletiva e ao invés da gente atomizar as ações, pulverizar essas ações, a gente unificar essa ação e essa ação conjunta para conseguir alcançar o maior número possível de mulheres. Eu tenho um folder aqui, que a gente já disponibilizou, mas vai disponibilizar em maior quantidade, discriminando as ações que a Defensoria Pública coloca à disposição e a Defensoria Pública faz parte da Rede de Proteção e está à disposição de todos para receber essas mulheres e dar maior atenção possível, a melhor atenção. Claro que nenhum serviço é extremo de críticas, então a gente está aqui aberto às críticas também, aos melhoramentos que forem necessários, ao contato direto com todo mundo que precisa, para a gente estabelecer as melhorias, e estamos à disposição para o que for preciso.

Obrigado Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)– Eu vou passar agora a palavra para a Vereadora Fatinha, e depois tem a Vereadora Ana Negreiros. Quem quiser falar, agora, a hora é agora, mas não agora, é aqui.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA – Boa tarde a todos. Cumprimentar aqui toda a Mesa em nome do Deputado Jesuíno, parabenizá-lo pela iniciativa. É de fundamental importância, nós discutimos essa temática. Eu vou ser bem breve, a partir das falas que foram feitas e que eu tive a oportunidade de ouvir, nós estávamos em Sessão, eu e a Vereadora Ana Maria, mas, não poderíamos deixar de vir aqui, neste espaço tão importante, principalmente quando se fala de política para as mulheres, Deputado. Eu queria aqui, abordar só três questões, inclusive uma já foi falada aqui pela Delegada, mas, nós estamos fazendo essa fala há muitos anos e não me custa nada reforçá-la, repeti-la novamente, que é em relação a Delegacia 24 horas. Eu já estive aqui outro dia, em uma Sessão que falamos sobre essa questão, na Câmara nós já discutimos isso, no Conselho da Mulher isso é sempre muito falado, tanto no Estadual como no Municipal, mas como Parlamentar, nós mulheres precisamos sempre estar lembrando a importância da Delegacia 24 horas. Eu falo sempre a Ana Maria que é do PMDB, que é do partido do nosso Governador Confúcio Moura, mas eu falo para ela: "a cobrança tem que ser feita, Vereadora, nós, independente de partido, nós somos do partido na qual defendemos as mulheres". Então nós exercemos esse papel fundamental na Câmara e

representamos as mulheres de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Então, aqui eu deixo mais uma vez a nossa solicitação de nós mulheres de Rondônia, para que o nosso Governador, já teve 04 anos, nós ajudamos na sua reeleição, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores apoiou o Governador Confúcio Moura, e um dos pedidos que nós fizemos a ele é que olhasse com carinho a questão da violência contra a mulher, em especial a Delegacia 24 horas. E aqui a gente faz novamente essa lembrança para que as pessoas, as quais são responsáveis por isso, consigam efetivar esse pedido. Outra questão é em relação à saúde da mulher. Nós que somos de Porto Velho, assim acredito que seja em todo o Estado, nós estamos no Outubro Rosa e falamos dessa questão em relação ao câncer da mama. Essa doença tão séria, tão complexa, mas que há alguns anos vem avançando no sentido de prevenção, ações, campanhas, mas, nós precisamos de ações efetivas que cheguem às nossas mulheres. E aqui eu faço uma defesa especial, não dizendo que as mulheres das cidades não são assistidas, são assistidas totalmente. Elas ainda não são assistidas totalmente. Precisamos de avanços no sentido de melhorar o atendimento às mulheres que estão na área urbana das cidades, mas aqui eu trago a voz das mulheres rurais, das mulheres ribeirinhas. As nossas mulheres ribeirinhas não conseguem fazer o exame da mama. Elas não conseguem ter acesso a esse serviço. Não porque não queiram, porque não acordam de madrugada para ir para a fila para pegar uma senha. É porque lá não tem mamógrafo. Então, eu aqui, como nós estamos discutindo orçamento nesses dias, município está discutindo o seu orçamento, o Estado com certeza também, nós precisamos aqui deixar, Deputado, e aí, de repente, também emendas dos Deputados, porque Vereador e Vereadora não têm emenda, não é, Vereadora Ana Maria? Senão a gente já tinha, quem sabe, colocado emenda para comprar mamógrafo para as mulheres do campo. Então eu gostaria aqui de deixar o pedido ao Deputado ou aos Deputados desta Casa, em especial as Deputadas que não estão aqui presentes, mas que possam ouvir a nossa voz, que coloquem emendas ou então políticas, ações específicas também para atender às mulheres do campo. Elas estão muito distantes de Porto Velho. Para chegar aqui, elas pagam muito caro, sem a certeza de que vão conseguir fazer o exame da mama. Então esse é um pedido. Eu vim hoje com esse objetivo, porque a gente não pode deixar de atendê-las porque elas precisam tanto quanto nós. E para finalizar, dizer que eu sou da Educação. A Doutora falou das questões que trazem doença para as mulheres. Eu trabalho numa escola de manhã e lá é muito quente, lá não tem ar condicionado, como tem aqui, como tem na Câmara. E lá são muitas crianças. Hoje, professores têm que atender crianças, ditas normais, que as pessoas falam, e também as crianças com problemas, crianças com deficiência. Vou citar um exemplo. Eu fui à Vista Alegre do Abunã, tem uma professora que tem 42 crianças na sala e três têm deficiências diferentes. Me digam como é que uma professora pode ter saúde nessa condição, sem ar condicionado? Então, quando a gente fala de saúde, a gente fala de estrutura e condições de trabalho. Também gostaria, Deputado, que a gente pensasse junto com a SEDUC, e a gente aqui junto com a SEMED, junto com as Secretarias do município, de que forma nós podemos pensar também na saúde da mulher professora. Nós somos 95% da Educação, somos nós mulheres,

somos nós as mulheres que fazemos. Então nós podemos, nós precisamos pensar também na saúde da mulher professora. Não que a gente não se preocupe com a saúde das outras mulheres, das outras profissionais, mas, hoje, nós professoras; nós temos muitos problemas. E esse mês é o mês de outubro, também, na semana passada comemoramos o Dia do Professor e da Professora. Então, hoje eu também trago esse recado que nós pudéssemos pensar na saúde das professoras, que são elas que educam, principalmente os homens. Se nós queremos homens melhores, nós precisamos também de mulheres melhores, não é?

Muito obrigada. Parabéns e boa tarde.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Gente, eu só queria complementar aqui a fala da Vereadora Fatinha, pegar um gancho aqui na fala dela para falar novamente do Fórum de Enfrentamento de Violência do campo e da floresta e dizer que nós temos a unidade móvel que faz esse atendimento. Só que assim, quando nós saímos para fazer o atendimento para as mulheres no que se refere ao enfrentamento à violência, só a violência, uma atividade só do ônibus, ela não surte efeito. Primeiro porque a mulher, ela se sente intimidada para entrar naquele ônibus que tem um atendimento especializado para ela, mas muitas das vezes, ela sabe que se ela for, quando ela chegar a casa, ela vai apanhar. Então, normalmente as nossas atividades, elas são realizadas em parcerias conjuntamente, nossa maior parceira tem sido a Emater, que faz parte do Fórum e tem levado essa unidade para várias localidades do Estado, o MDA também com o registro das mulheres rurais, que são também de fundamental importância, nós estamos aqui com a nossa companheira Adriana Borges, que acompanha essa unidade pela SEAS, ela que faz todo esse trabalho com as equipes, e aí assim, nós sentimos falta porque no ônibus precisa ter a presença de uma delegada, se não de alguém do jurídico, e não temos em nenhuma dessas viagens, nós tivemos sucesso em relação à participação da polícia para o atendimento das mulheres. E aí também, eu quero deixar uma proposta aqui já como a Vereadora falou, de fazermos uma ação conjunta com a saúde justamente para isso, levarmos a unidade móvel, mas também levarmos para atendimento da mulher incluindo o exame de mamografia e outros exames também, o preventivo do câncer de útero e outros serviços também. Nós convocamos no Fórum, nós nos reunimos a cada dois meses e desde junho, é junho que estou à frente do Fórum? Não do Fórum, até hoje, só três ou quatro pessoas comparecem as reuniões, e são sempre as mesmas a Vera, a Betânia, a Irisvone, a Vânia e as meninas da Fetagro, que vem lá de Ji-Paraná, elas saem de lá com todas as dificuldades que elas têm, e elas vem aqui participar, e as nossas parceiras que são daqui de dentro da cidade, que estão aqui, não participam. Então, gente, se a gente tem que trabalhar em parceria, vamos começar olhar para nós, para nós mesmo e dizer: qual é o meu papel diante dessas situações? Eu estou cumprindo com o meu papel? Então, assim a reflexão fica para os Membros do Fórum e para os Membros do Conselho e para que a sociedade cobre, para que a sociedade cobre a participação efetiva que a gente possa realmente fazer com que essas atividades aconteçam lá no campo para a mulher da água, da floresta e dos rios. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Depois a gente vai começar os debates. A Vereadora Ana Negreiros.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS – Boa tarde a todos, especialmente a todas, hoje nós estamos aqui com um grande privilégio, hoje uma Audiência Pública para debatermos sobre as mulheres, sobre a violência, saúde, pedida pelo nosso Deputado Jesuino. Quero parabenizar que hoje é difícil, nós vemos os homens preocupados com as mulheres, nós estamos vendo aqui na Assembleia Legislativa, o Deputado Jesuino, trazendo esse grande debate sobre as mulheres aqui na Assembleia Legislativa, isso é muito importante. Quero cumprimentar o senhor Guilherme, representante da Defensoria Pública do Estado; a senhora Onete Maciel, Gerente de Políticas Públicas para as mulheres do Estado, representando a SEAS, e como tem um trabalho tão grande pela frente, tenho certeza juntamente com o Solano, que assumiu agora a Secretaria de Assistência Social do nosso Município, unirmos força, Município e Estado, grande apoio com o nosso Governo do Estado de Rondônia, está fazendo pelo nosso Município de Porto Velho, e eu tenho certeza, Onete, que não será também deixado para trás a nossa defesa das mulheres para o nosso Estado de Rondônia e para o nosso Município. E já faço um pedido ao nosso Secretário que está recebendo agora essa grande missão, que eu falo que é uma das Secretarias que a gente tem que olhar com olhos mais carinhosos, é a Secretaria de Assistência Social, porque nós debatemos sobre o social em vários aspectos, é dividida em várias partes, eu tenho certeza, Solano, que você vem aí, para ajudar o nosso Município de Porto Velho. Quero cumprimentar também a senhora Aline, representando a SEMUSA, nossa SEMUSA que tem um trabalho com a saúde do Município de Porto Velho, aqui foi debatido pela Vereadora Fatinha, que nós lá na Câmara, somos três mulheres e nós sempre buscamos, reivindicamos melhorias para saúde da mulher, e eu tenho certeza que a Secretaria de Saúde, a SEMUSA vai unir essa força juntamente com a Secretaria de Assistência Social do Município, do Estado para que nós possamos levar a saúde para as mulheres do Estado de Rondônia e principalmente aqui que nós defendemos o nosso município de Porto Velho. A Dra. Janaína, Delegada da Delegacia de Mulheres e como é tão falado sobre a nossa Delegacia da Mulher do nosso Estado de Rondônia, para que ela seja 24 horas. Eu tenho certeza que com todas as lutas de todas as mulheres que nós estamos reivindicando, eu estou sabendo que o Deputado irá fazer aqui uma Audiência Pública para que ser discutida sobre essa delegacia, Vereadora Fatinha, para que urgentemente o nosso Governador, o nosso Secretário, eu tenho certeza que ele não vai jamais dizer que não, o que puder ser feito para atender as nossas mulheres, sempre quando eu converso com ele, peço ajuda para defender políticas públicas para mulher, sempre ele olha com olhos carinhosos para que seja atendido. E também nós sabemos, conversando aqui com a nossa representante da Deputada Federal Marinha Raupp, que hoje pela manhã o primeiro telefonema que eu recebi foi dela, perguntando se eu estaria hoje aqui nessa Audiência Pública, eu falei que eu ia fazer de tudo por motivos que nós também estamos em Sessões na Câmara e é o nosso dever estarmos na segunda e na terça na Câmara Municipal, mas nós demos um tempinho, nós viemos aqui, eu e a Vereadora

Fatinha e a Deputada Marinha Raupp pediu que mandasse um abraço a todos, que ela está lá à disposição na Câmara Federal para atender as Políticas Públicas para as Mulheres, uma grande reivindicação que nós estamos tendo com a Deputada, que ela em 2013, ela trouxe da Comissão, ela trouxe a Comissão de Seguridade Social e Familiar, que fala mais sobre debate da violência contra a mulher e como a Deputada Marinha Raupp falou para que nós possamos ter a nossa casa, a nossa Casa da Mulher Brasileira no nosso Estado de Rondônia que infelizmente ainda não tem, não é Onete, se Deus quiser, eu tenho certeza que com apoio do nosso Estado, do nosso município, do nosso Governador Confúcio Moura, da nossa reivindicação como Vereadora do município de Porto Velho e mulher, e da nossa Deputada Marinha Raupp que está lá em Brasília, nós teremos uma Casa da Mulher Brasileira no nosso Estado de Rondônia, que tanto precisa urgentemente e eu tenho certeza que nesta Casa, Odete, lá tem a Delegacia 24 horas e se Deus quiser, logo, logo, nós sabemos dos trâmites, das burocracias, porque eu sempre falo; é muito fácil eu usar uma tribuna, eu criticar e falar mal que fulano não faz, que o Governador não faz, que o Prefeito não faz; mas eu quero ver quem está lá todos os dias cobrando e reivindicando e ajudando como nós estamos fazendo e graças a Deus o que eu posso usar, o meu mandato, o meu poder sempre eu uso na Câmara para lutar sobre melhorias para o nosso município de Porto Velho e principalmente para nós mulheres que somos tão poucas valorizadas. E eu tenho certeza que com isso aqui, essa Audiência Pública que nós estamos tendo hoje aqui na Assembleia e nós teremos outras na Câmara também, já falei com a Vereadora Fátima Ferreira, para que nós levamos a mais, quem sabe o mês que vem Deputado Jesuino, fazer que nem o senhor fez, mês que vem é o Novembro Azul, nós vamos fazer lá na Câmara o Novembro Azul junto com Outubro Rosa para nós falarmos da saúde da mulher e da saúde do homem também, porque sempre eu falo, nós mulheres temos um grande diferencial do homem. A mulher, ela tem toda dedicação, todo o carinho, todo o amor e nós temos o maior amor do mundo que foi dado pela dádiva do nosso Criador, nosso Pai Eterno do céu, que é o amor de mãe. Eu ainda não sou mamãe, mais se Deus quiser logo, logo serei e eu tenho certeza que tudo que a mulher faz, ela olha com olhar materno. Eu sei disso porque eu sei do amor que a minha mãe tem, minhas avós têm por nós e é por isso que eu sempre falo; tudo que eu coloco a minha mão, eu coloco o amor materno pensando em mim e pensando no próximo. Falando em amor materno também um grande ponto que nós podemos destacar aqui é sobre creche para nossas crianças. Como nós, mães, sofremos, quando eu estou nos bairros de Porto Velho, na zona leste, na zona sul, Secretário Solano e como de 100%, 99,9% das mulheres que cobram para gente é a creche. Eu estive o ano passado mais de 03 vezes juntamente com a Deputada Marinha Raupp, buscando o apoio para que pudéssemos fazer creches aqui no nosso município de Porto Velho, foi passado pelo Governo Federal 20 creches para serem feitas no nosso município de Porto Velho e o Prefeito tem essa missão para que sejam feitas urgentemente as creches nos nossos municípios e no nosso distrito, inclusive, a nossa amiga aqui fez uma ligação para mim pedindo pelo amor de Deus uma creche lá no nosso Distrito de Vista Alegre, falei já com a

Secretária, encaminhei ofício para Secretária pedir para que essas 20 creches atenda os nossos Distritos também, que as nossas mães não tem onde deixar os seus filhos. E o nosso dever é esse, gente, é ficar lutando, reivindicando, cobrando e fiscalizando para que o nosso município, o nosso Estado seja bem atendido. Eu me coloco à disposição na Câmara Municipal, nós sabemos que nós mulheres somos fortes, unidas e nós podemos mais. E para finalizar, cumprimentar também o senhor Raimundo Nonato, que é um grande defensor da nossa saúde, é o Conselheiro Estadual da Saúde do nosso Estado de Rondônia, cumprimentar a minha amiga, minha companheira, dentista Ana Júlia, mulher e representando o Comando Geral do nosso Estado, da nossa PM do nosso Estado de Rondônia; e cumprimentar todos que aqui estão, que eu tenho certeza que cada um que está aqui, veio com um propósito de defender, trazer benefícios para as nossas Mulheres do nosso Estado de Rondônia. Parabéns a todas e conte com a amiga Ana Maria para o que puder fazer.

Muito obrigada a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vamos iniciar agora os debates. Vou passar a palavra para a Secretária.

A SRA. MARTA DUARTE - Em relação a fala da Vereadora Fatinha, a gente gostaria de complementar, Delcy, também gostaríamos de que você complementasse a informação, quando a Vereadora coloca a preocupação, muito interessante e importante em relação ao acesso da mamografia as mulheres do campo, às mulheres da área rural, ribeirinhas. E a gente pode aqui estar discutindo uma estratégia para melhorar esse acesso. Seria interessante a gente compartilhar aqui que existe um cronograma, inclusive, das carretas levando este acesso, aproximando este acesso a essas populações que não tem como vir até a cidade. Só para dar um exemplo neste final de semana, nós estávamos em Espigão do Oeste, numa operação Cinta Larga, uma operação ampla com vários órgãos envolvidos e também para a população branca. E lembrarmos que a Carreta, por exemplo, ela necessita de uma energia bem potente, e é um material que precisa de energia de alta tensão. Então quando a gente programar esse trabalho a gente está fazendo essa conexão com a Eletrobras, com quem dá manutenção dessa rede porque às vezes acontecem imprevistos. O aparelho, ele é muito sensível, ele desconfigura, então a gente pensar nisso para não criar uma expectativa e frustrar a população.

Mas a gente está à disposição na Secretaria de Saúde. Quer complementar Delcy? Fique à vontade.

A SRA. DELCY MAZZARELO CAVALCANTE DA COSTA - Boa tarde. Delcy da SESAU. Antes de você acrescentar, a gente já tinha conversado aqui, ouvimos a fala da nossa Vereadora, a preocupação dela com relação ao acesso às mamografias, e, inclusive, nós dissemos que em Porto Velho, as mulheres, elas têm um acesso, e foi colocado no vídeo, foi colocado que é a Mega Imagem, Samuel Castiel, a POC - Policlínica Oswaldo Cruz e o CEM, quer dizer, aqui em Porto Velho as mulheres têm esse acesso. O que não tem o acesso são as mulheres do interior, Calama que a gente poderia estar daqui fazendo um trabalho, como ela acabou de citar fazendo os atendimentos aos indígenas. Onde de Ji-Paraná já tem a Carreta de atendimento

às pessoas de Ji-Paraná para lá; de Ji-Paraná para cá nós já temos outra Carreta. Nós temos duas carretas no Estado, onde nós podemos estar disponibilizando para as mulheres do campo e da floresta, muito bem defendida pela nossa Presidente do Conselho. Então eu quero dizer para você, que nós podemos juntas, estarmos montando estratégias para a gente realizar este trabalho, e precisa, o que mais precisa são essas mulheres do campo, da floresta, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, esse é o nosso papel, levar o Sistema Único de Saúde as pessoas que mais precisam. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra ao senhor Pompílio de Brito, Vice-Presidente da Associação de Moradores do bairro Cidade Nova.

O SR. POMPÍLIO DE BRITO – Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, em seu nome e também no nome do nobre e conceituado Secretário da SEMAS, que é meu amigo particular, posso dizer assim, a gente se conhece há 20 anos mais ou menos, o Solano Ferreira, eu cumprimento a todos os senhores aqui presentes; em nome da Coronel Ana Júlia ou da Delegada Doutora Janaina eu cumprimento todas as Mulheres aqui nesta tarde. Nós estamos aqui hoje tratando de um assunto muito importantíssimo que é a Lei nº 11.340, Lei Maria da Pena, eu a conheço pessoalmente, tive o privilégio de conversar com ela há alguns anos. Eu na qualidade de cidadão cristão eu peço a proteção de Deus primeiro para que eu possa dar sequência a minha palavra. Eu quero cumprimentar também aqui a minha nobre e conceituada amiga Vereadora Ana Maria Negreiros, seja bem-vinda Vereadora Ana Maria e também a Vereadora Fatinha. Nobre Deputado Jesuíno Boabaid, em primeiro lugar quero parabenizar a Vossa Excelência bem como o nobre Deputado Lazinho da Fetagro sendo representado aqui pela Dona Vera, me parece, é isso? E vocês continuem firmes, constantes, perseverantes sabendo que esse trabalho nunca será em vão para a sociedade de Porto Velho para Porto velho e para o Estado de Rondônia.

Eu por exemplo, estou com a minha mãezinha operada de câncer, ela fez uma cirurgia há um mês aqui no Hospital do Câncer, onde o Jean é o diretor, que até é o primo da Ana Maria Negreiros, e ela foi bem atendida. Agora eu quero fazer uma denúncia muito séria aqui Nobre Deputado Jesuíno, eu sou transplantado de córnea fui o primeiro transplantado nesse ano de 2015, no dia 02 de janeiro, a Vossa Excelência e ao meu amigo Raimundo Nonato que é o Presidente Estadual do Conselho, não é Raimundo? E descobri dentro do Hospital, dentro da POC- Policlínica Oswaldo Cruz três aparelhos, anotem aí Raimundo por gentileza e nobre Deputado Jesuíno, que lá tem uma mamografia, quem me falou foi uma pessoa, eu não posso falar o nome dela, questão de ética, e para não sofrer represália. Tem uma mamografia, um aparelho de mamografia, tomografia e eu todo o mês, Cel. Ana Júlia, eu estou operado de córnea e todo mês eu faço um exame chamado topografia, inclusive, amanhã eu vou ter que está lá e quarta-feira tirar os pontos, e tem esse aparelho também que eu não sei o nome, será que tem algum técnico aqui que saiba o nome por gentileza, diga aí por gentileza que eu não sei o nome, são esses três aparelhos estão numa sala trancada dentro das dependências da Policlínica Oswaldo Cruz e eu peço ao nobre

conceituado Deputado Jesuíno Boabaid, ao nobre e conceituado Presidente Estadual do Conselho de Saúde do Estado de Rondônia, meu amigo, que eu conheço há muitos anos, Raimundo Nonato, e mais alguém, a Ana Negreiros se quiser acompanhar também para que a gente possa levantar essa situação e levar o caso ao Ministério Público Estadual, Federal porque é recurso Federal é recurso do SUS, é recurso que veio de Brasília. Muito bem, essa é uma das denúncias que eu fiz.

Agora para concluir, minha palavra vai ser rápida, eu na qualidade de pai, esposo, tenho 23 anos de casado nobre Deputado, graças ao meu bom Deus, eu sou evangélico, o Solano me conhece, somos da mesma denominação e até o dia de hoje, espero que isso nunca vá acontecer, nunca toquei a mão na minha esposa, tenho um casal de filhos, um estagiário aqui no Tribunal de Justiça e faz faculdade lá na UNIR, 20 anos vai fazer agora dia 07 do próximo mês e uma filha com 17 anos, adolescente que estuda aqui no Carmela Dutra, então eu tenho a honra, eu tenho satisfação e me emociono neste momento, nobre Deputado e senhores presentes e senhoras presentes porque eu fui criado, eu fui criado, o meu pai nos educou na roça, trabalhando no cabo da enxada lá no Paraná, no Mato Grosso do Sul, no Estado do Acre, eu fui Suplente de Vereador aqui no Estado do Acre em Brasília na década de 80, fui professor rural, mas sempre trabalhando na roça e meu pai nos ensinando, meu pai, Deus já levou ele com 58 anos de idade, mas deixou o exemplo, o exemplo e exemplo.

E eu quero para concluir, deixar a todas as senhoras continuem firme, constante, perseverante sabendo que o vosso trabalho não é em vão e no Senhor, é texto da palavra de Deus que está registrado lá em Romanos, capítulo 3, versículo 3, se não me falha a memória, Pastor Solano.

Que Deus abençoe a todos em nome de Jesus.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ainda existe uma fala, depois a gente tem que dar os encaminhamentos, Irisvone da Emater.

A SRA. IRISVONE MAGALHÃES – Boa tarde a todos. Eu quero parabenizar ao nosso Deputado Jesuíno por nos ceder esse espaço de grande valia para o desenvolvimento do nosso Estado através das mulheres guerreiras do Estado de Rondônia.

Quero parabenizar todas as colegas, companheiras de luta, de guerra do nosso Estado que tem levado o nome do nosso Estado não só no Brasil como em outros países que estamos participando de todos os movimentos, do movimento das mulheres guerreira do mundo, do mundo. Eu quero dizer para vocês que nós mulheres começamos essa guerra nos meados dos anos 70, quando mulheres lutaram pela restauração e a democracia contra o processo histórico da exclusão da mulher pela inclusão do direito humano na sociedade brasileira.

Em 1988, o processo da luta concretizou-se na Constituição Brasileira como o envio da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, muitas propostas foram aprovadas com a participação das mulheres do Estado de Rondônia porque nós estávamos presentes, nós extensionistas da Emater fizemos parte da Constituição de 1988 do nosso País, nós estávamos ali presente em Brasília discutindo e defendendo os direitos do Estado de Rondônia, os direitos da mulher da Região Norte.

Uma das propostas em destaque foi que o homem, a mulher são iguais de direitos e obrigações nos termos da Constituição, no artigo 5º. Em 1990, no século XX, a luta da política das mulheres continuou avançando. Em 1993, em Viena. Em 1994, no Cairo. Em 1995, Em Beijing – China, inclusive com a nossa participação, nós estamos lá, presentes, brigando pelo direito da mulher do Estado de Rondônia, pelo direito da mulher no Brasil, pela extensão rural do nosso Brasil. Eu como extensionista social deste Estado, vim de Brasília, estou aqui em Rondônia há 33 anos, defendendo os direitos da mulher do Estado de Rondônia, principalmente da mulher rural. Eu como filha de produtor rural, e como hoje sou uma produtora rural aqui no nosso Estado de Rondônia, tenho o dever e a obrigação de defender a mulher rural, por ser também extensionista social da EMATER-RO. Nos últimos trinta anos, o movimento das mulheres brasileiras avançou por todo o território nacional e se constituiu como uma poderosa narrativa e descontração da desigualdade histórica, estabelecida entre as mulheres e os homens. Com lutas e derrotas, chegamos ao século XXI. Mais velhas, mais educadas, com maior visibilidade sociopolítica, mas ainda, desiguais. Outro exemplo da elevada participação das mulheres no cenário político nacional, pode ser visualizado pelo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento das Mulheres, em 2015. No Brasil, há o funcionamento de 24 Conselhos Estaduais, inclusive, o nosso de Rondônia, não é cara amiga Onete, Presidente do nosso Conselho Estadual? Quatrocentos e vinte Conselhos municipais, totalizando quatrocentos e quarenta e quatro Conselhos, que nós temos hoje no Brasil. Além da ampliação da rede de serviços, com a preocupação de levar a política para as mulheres, o Governo do Estado de Rondônia através do Decreto que eu esqueci o número agora, desculpa, criou o Foro Estadual Permanente do Enfrentamento da Violência Doméstica Contra as Mulheres – do campo, da floresta e das águas. Trabalho este que vem realizando através do Foro, com a parceria, o apoio da SEAS, através da Unidade Móvel, como a Presidente já disse, em parceria com o Governo Federal, com o objetivo de diminuir a violência doméstica das mulheres, nas localidades distantes. Hoje a Emater está aí a frente, estou aqui também representando a Emater, e a Deputada Marinha Raupp, aquela mulher guerreira que nos ajudou muito, que foi através da Deputada Marinha que criamos a Federação Rondoniense de Mulheres, que foi a primeira instituição no Brasil a ter um projeto de DST/AIDS com caminhoneiros. O projeto era para a gente atender, setecentos caminhoneiros e nós atendemos mil e quinhentos caminhoneiros, inclusive, o nosso projeto foi modelo Brasil, modelo Brasil não, modelo internacional, que estivemos ali em Cuiabá defendendo o Brasil com vários países e apresentando o nosso projeto como modelo. E hoje, caro Deputado, estamos aí, precisando de apoio, de avanço, mas, a gente agradece muito ao senhor, conte com a Emater, conte com o Conselho, conte com o Foro, que nós estaremos junto com o senhor, nessa Audiência, que foi uma luta muito grande nossa, inclusive foi uma das primeiras delegacias a criar no Brasil, no Estado de Rondônia, que fomos nós, juntamente com a Delegada Valquíria que até então, com a vinda do então Ministro naquele tempo, o Ministro Iris Rezende que esteve aqui em Rondônia, entregamos o projeto. Desde aquele tempo, desde 1983 a gente briga pelos nossos direitos. O direito à

educação, o direito à segurança, e foi quando nós entregamos o primeiro projeto, da constituição da Delegacia do Estado de Rondônia, e que essa delegacia funcionasse vinte e quatro horas. Mas a luta continua e nós não vamos parar por aqui. Eu quero deixar aqui um grande abraço da nossa Deputada, do nosso Secretário da Emater, porque a Emater hoje, está situada em todos os Municípios de Rondônia e nós temos as nossas extensionistas que estão ali, brigando pelo direito da mulher.

Que Deus abençoe a cada um, um grande abraço da Emater e da Deputada Marinha Raupp.

O SR. POMPÍLIO BRITO - Deputado Jesuíno, é 15.58 de primeiro Coríntios, o versículo que eu citei: "continue firme, constante e perseverante, sabendo que o seu trabalho não é em vão no Senhor" e para a sociedade e para a comunidade, para todas as mulheres e para o senhor, Deputado, para Vossa Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado. Agora vamos partir para a questão dos encaminhamentos. Só a questão das sugestões, a gente ouviu todas as falas, foram bem explicativas. E aí eu, tanto do município, da sociedade civil organizada, do Estado, a gente poderia traçar alguns encaminhamentos, sugestões do que a Assembleia pode também propor. Eu ouvi aqui a questão de emendas, a Vereadora falou da questão de emenda. Só a título de informação, foi aprovada, neste ano, uma emenda constitucional, que hoje as questões das emendas parlamentares são compulsórias e já tem a proposta também, já está em tramitação, será 25%. Desses 25%, saúde e educação. Lembrando, como bem disse no início d fala aqui, nós perdemos de recurso, vários recursos por falta de projetos. Isso aí que fique bem claro. A saúde já tem recurso destinado, através da União, mas infelizmente por falta de políticas, realmente eu não vou entrar em mérito, quem pode falar são vocês mesmos, são as senhoras, que nós, infelizmente temos um prejuízo e perdas desses projetos pela não efetivação.

Então, o que falta também é isso. Eu vejo que são várias pessoas, uma fala que a companheira disse aí, uma fala bem 'a luta continua'. Realmente é como eu digo, a luta é sempre.

Nós temos que nos organizar. Um exemplo de luta é essa, é a minha. Hoje eu estou aqui, através de passar por todo tipo de intempéries. Fui demitido ou licenciado a bem da disciplina, que é o mesmo, fui preso, fui condenado. Hoje sou anistiado, anistia, eu levo o mesmo estigma que a Presidente Dilma, Lula, Genoíno, eles têm, eles carregam esse estigma de anistiado, eu também sou anistiado. Então, por isso que eu sempre me envolvo nas questões das lutas sociais porque é importante. E outra coisa, tem que ser organizado. Não adianta a gente também ficar só falando e não ter objetividade. São ações. As ações são efetivas, mas o Governo, às vezes, o governo é muito amplo, se aqui na Assembleia nós temos várias frentes de trabalho, imaginem também o Governo. Agora, quem deve estar com a pasta, os Secretários, responsáveis, eles devem ter também o seu staff preparado. Não adianta aqui também falar da questão dos comissionados, são quase 90%, foi a senhora que falou, não é? 90% de comissionados. Tem sim, não vou entrar nesse mérito da questão dos comissionados, porque é cargo de confiança, mas tem que ter pessoas preparadas, que

realmente dê condições de trabalho, efetivação para os projetos. Então, quanto à questão da Delegacia da Mulher, dia 09 de novembro nós estaremos aqui discutindo e iremos sair com respostas. Eu já vou propor chamar a Procuradoria do nosso Estado e sair um Termo de Acordo, para que haja já a abertura dessa Delegacia. Não iremos aceitar de forma alguma o "não", como resposta. O "não" a gente já tem, não é? Nesses anos todinhos, ela se encontra agora apenas cumprir um horário, das 7:30, salvo engano, até às 18:00 horas. E sábado e domingo não funciona, não é isso? Das 07:30 horas às 13:30 horas, é o horário? Pior ainda. Pior ainda.

A SRA. JANAÍNA XANDER - Só para esclarecimento, a Delegacia funciona para atendimento à mulher, das 07:30 às 13:30, de segunda a sexta. Para registro de ocorrência funciona das 07:00 às 19:30 todos os dias. Só que eu queria acrescentar aqui que os servidores da DEAM, são todos muito dedicados; e, não raras às vezes; eles levam serviço para a casa para concluir. O atendimento realmente funciona só até às 13:30, mas todos, sem exceção, trabalham muito além desse horário porque senão não daria conta de fazer nem metade do que a gente faz naquela Delegacia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu sei. O governo hoje não teve, não tem Delegados suficientes, não tem policiais suficientes, não tem escrivães, está faltando tudo realmente.

Não houve uma política voltada para realmente reaver esses efetivos das Polícias, seja Militar, seja Civil. Inclusive eu tenho sempre contato com o Dr. Shalimar, que ele é da 20ª Promotoria, referente à Segurança Pública. Ele já entrou com ações civis públicas pedindo a questão do efetivo mínimo das Polícias, mas até agora não houve resposta. Até porque sempre o Judiciário vai falar: "essa política não posso intervir, essa questão de orçamento envolve uma série de coisas". Mas nós que temos, aqui como eu digo, Deputados, Governador, seja do âmbito municipal ou estadual, a cada quatro anos existe uma eleição. Então nós temos também que começar saber votar. Não adianta também a gente ficar murmurando, passar quatro anos e não tem a efetivação de um voto realmente consciente, onde possa colocar pessoas compromissadas realmente que tenham certo tipo de ação diferenciada. Porque a pessoa tem que ter coragem. Tem que ter coragem para administrar não só o município, não só o Estado. E chamar à responsabilidade mesmo, o Secretário é o Secretário, o Governo é o governo. O que ele determinar, não se discute.

Tem que ser assim. Infelizmente a gente vê que o Governador determina, passou ali da porta, o Secretário já vem com outra resposta: "não, vamos fazer com que ele esqueça". E aí vai levando isso a banho-maria com as entidades aí, isso é fato, isso é notório, isso é perceptivo, não é só aqui em Rondônia, é no Brasil afora, infelizmente, não existe essa política assim de forma efetiva e com vocês mulheres, não é diferente. Nós temos o caso também que eu já chamei aqui as crianças surdas que foi a questão da Escola Bilíngue, então, várias situações da reforma agrária. Eu estou envolvido nessas ações e sempre eu digo: enquanto o meu mandato, eu tenho data de validade, são quarenta e oito meses e eu não me importo, não estou aqui para agradar Governo, nenhum Governo, seja Municipal, Estadual, eu estou aqui em nome do

povo e assim, irei representar de qualquer forma. Então, é dessa forma que o político deve se postar, e alguns me chamam de um pouco radical, mais não é radical, é realmente lutar para aquilo que realmente seja dado, eu sempre digo que chegará um dia que nós iremos ter uma saúde de qualidade, uma educação a contento e uma segurança realmente; que até eu quero quanto à questão de segurança, eu vou justificar um pouco do atraso, que eu estava lá no Urso Branco, onde está tendo uma rebelião e estão lá discutindo, onde o crime organizado; lá estão duas facções, Comando Vermelho e PCC, eles pegaram, não são reféns, são pessoas realmente familiares que ficaram lá, trinta e duas pessoas de forma voluntária e aí iniciou-se uma rebelião por conta do que o diretor estava realmente aplicando, o que diz as regras, pegando celulares, fazendo fiscalização, não deixando que a droga adentrasse e com isso eles começaram a se rebelar, infelizmente é o nosso Brasil, infelizmente é isso que acontece. Então, eu quero passar a palavra para vocês, para a gente traçar alguns encaminhamentos para que haja aí, vocês vão poder falar, a gente vai fazer um encaminhamento. Lembrando que essa ata, eu tenho uma ata que vou fazer resumida e tem a ata de tudo que foi falado aqui, ainda existe também o áudio e vídeo que ficaram disponíveis na internet. Se alguém quiser falar, sobre a questão dos encaminhamentos, as entidades, as pessoas, agora é o momento para a gente verificar como iremos ajustar.

A SRA. IARA ORTIZ - Em ordem de encaminhamento. Quando que nós poderíamos ter um relatório desta Casa, em relação ao orçamento para as políticas públicas da mulher, tanto nas duas áreas da saúde e da segurança?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não entendi.

A SRA. IARA ORTIZ - Nós poderíamos ter um relatório da Comissão de Orçamento, em relação às políticas públicas para a mulher na área da saúde e na área da segurança. Quando termina o PPA, e se vai ser contemplado neste orçamento? Por que o PPA termina agora, e são mais quatro anos, nós vamos ter acesso a esse relatório? Vai ser contemplado ou não?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já está aqui o PPA, o PPA, está aqui, eu ia pedir a assessoria o volume, são três volumes não é isso Kid? Tem como pegar lá só para eu mostrar para ela, faz favor, eu vou mostrar para vocês. Só que é muito complexo, são vários dados, e aí, eu vou juntamente com a assessoria do Deputado Lazinho, a gente pode fazer os encaminhamentos.

A SRA. IARA ORTIZ - Esse encaminhamento dessa parte do que foi contemplado no orçamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Para as mulheres.

A SRA. IARA ORTIZ - Exatamente, para as políticas para a mulher.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou analisar agora, eu vou chamar a assessoria jurídica aqui desta Casa, que o PPA, está aqui e tem um prazo, só quem pode lidar com

a questão do PPA, é a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Cleiton Roque. Mas, o artigo 179, do Regimento desta Casa, ele diz que pode ser proposto uma Audiência Pública para discutir o PPA. Eu não sei se ainda está dentro do prazo para a gente discutir, porque era para ser votado semana passada o PPA; nós tínhamos até o dia 13, aqui é o volume do PPA, gente, esse aqui é o PPA, é só esse emaranhado de papel aqui, um calhamaço que, e aí tem que ser. Eu vou ter que pedir para a assessoria, se vocês tiverem alguma assessoria, eu posso disponibilizar, eu posso disponibilizar para uma entidade e as demais podem se reunirem e discutir, também nada impede, pode ser? Está o voto, já está como relator, esse é o projeto que vai aprovar isso aqui. Já está aqui o compromisso, eu vou, o Secretário Legislativo vai encaminhar amanhã para o Luciano que faz parte do Financeiro, eu vou pedir para ele analisar essa questão de políticas voltadas para mulheres e aí a gente pede e encaminha o relatório, ofício para vocês aí a questão da Ata. A gente encaminha, aí tem a militante aqui do Deputado Lazinho, ela tem muito contato com vocês e ela também vai está acompanhando de perto essa situação.

Alguém tem mais algum encaminhamento?

A SRA. IRISVONE MAGALHÃES – Eu quero colocar essa fala para o pessoal da saúde. Nós trabalhamos com a mulher rural, não são as mulheres assim que tem, que moram numa vila, que moram num distrito, não. É aquela mulher lá, lá da ponta mesmo, que às vezes nós como extensionista social; hoje mesmo eu estive ali na POC, gente, pelo amor de Deus, o quê que é aquilo, fui trazer uma criança de lá de Extrema que tem um problema seriíssimo, uma professora pediu, o médico deu o encaminhamento para ele, está lá para quando vai ser? Será que ainda vai marcar consulta dele para esse ano? Uma criança que está com um problema. E outra coisa, e as mulheres que nos procuram lá na ponta, que a gente tenta marcar consulta, até para fazer uma mamografia mesmo, a gente não consegue, Deputado, nós não conseguimos marcar uma consulta para uma mulher dessas. Então, eu quero aqui colocar até para o senhor nos ajudar, nos ajudar mesmo, dê prioridade a essas mulheres, gente, que vem para cá, não tem lugar para ficar, às vezes pede para a gente porque nós vamos até elas e chega aqui, às vezes ficam nas nossas casas, a gente cede local para dormir, para tudo e vai embora sem fazer essa consulta. Essa criança mesmo, ficou de eu voltar amanhã para ver se pode atender e o médico está aí, gente, porque que não atende uma criança dessa, porque que não atende uma mulher que a gente pede para fazer um preventivo e não faz. Isso, a gente vem enfrentando isso de muitos e muitos anos, o primeiro trabalho de câncer que se fez nesse Estado, foi através da FEROM o primeiro trabalho da FEROM, foi 20 mil mulheres que nós atendemos com parceria com o hospital Pérolas, lá de São Paulo que vinha aqui nos atender, foi um convênio que nós fizemos que atendemos 20 mil mulheres, foi o primeiro trabalho e a gente ajudou muito, a FEROM ajudou muito, muito, o primeiro aparelho de mamografia do Hospital de Base foi nós que conseguimos através da Deputada Marinha Raupp, isso não é brincadeira não; é como o Deputado está falando, não adianta mais a gente ficar em reunião, em Audiência, todo dia é reunião, é conferência, mas não avança, não vai, não acontece o que é de acontecer, nós queremos é prática, é atendimento

que chega ali naquele hospital, a gente seja respeitado, respeitado assim através daquelas pessoas pobres, miseráveis que estão lá na roça. Obrigada, desculpas o desabafo, mas a gente tem que acabar com isso e realmente ser atendido.

A SRA. ONETE MACIEL ALVES – Só para dar uma continuidade aqui em relação ao orçamento e na minha fala inicial, eu falei bastante em relação que todas as Secretarias, que todos os órgãos públicos destinem nos seus PPA's, nos seus orçamentos, recurso para trabalhar as políticas para mulheres. Então, que fique claro, que isso seja colocado como o Deputado está falando aqui, quer realmente seja efetivado mesmo, como é uma política transversal, ela não pode ser só da SEAS e nem só da Secretaria de Saúde, ela é uma política de todas. Então, assim todos, como temos um recurso específico da saúde, tem recurso específico para educação e assistência social não tem um recurso específico de orçamento, na verdade com destinação de percentual. Então, a gente tem que trabalhar nessa perspectiva de que todas as Secretarias, todos os órgãos, eles precisam colocar em seus orçamentos recursos para trabalhar política para mulher. Então, é isso que a gente precisa encaminhar e colocar como proposta também.

A SRA. IRISVONE MAGALHÃES – O Conselho, não é?

A SRA. ONETE MACIEL ALVES - Sim, sim, inclusive para os Conselhos também.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar.

O SR. POMPÍLIO DE BRITO – Nobre Deputado Boabaid e eu quero fazer aqui menção das palavras aí do meu caro Presidente Raimundo Nonato. Era para estar aqui o senhor Domingos Sávio e o senhor Willianes Pimentel. Hoje estive na vice Governadoria por volta de 10 horas e alguma coisa, protocolei um documento, estou cinco meses nobre Deputado, cinco meses, com dois encaminhamentos da minha filha para o oftalmologista e para um amigo meu que mora lá no sitio que é cego de um olho, eu tenho um sitio aqui do outro lado, e até hoje o Pimentel cansou de tirar cópia desses dois pedidos do encaminhamento para o oftalmologista e disse que não tem oftalmologista. Hoje estive no gabinete dele, estive no gabinete do Governador, então seria importantíssimo se estivesse aqui o senhor Domingos Sávio e o senhor Willianes Pimentel para nós debatermos aqui cara a cara aqui. E com relação à Delegacia da Mulher têm que ter uma viatura aqui caracterizada 24 horas para atender as nossas nobres Mulheres.

A SRA. IARA ORTIZ - Deputado com licença. Em encaminhamento eu convido para uma reunião o Conselho de Saúde e o Conselho Estadual e o Conselho Municipal para nós estarmos visitando as unidades, e assim pedindo qual que é a estratégia de marcação dessas consultas e de exames e que as unidades apresentem essa estratégia de marcação, para a gente poder fiscalizar, que essa é a nossa função enquanto Conselheiras, de fiscalizar por quê? Por que é falado no atendimento e o Município, nós estamos vendo aqui que a clientela não está sendo atendida. Então nós, enquanto Conselho de Saúde, Conselho Estadual e Conselho Municipal; nos organizamos, e fazemos essas visitas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar.

A SRA. MARTA DUARTE – Gostaria de a título de esclarecimento para a gente refletindo melhor toda essa problemática. A gente sabe que no SUS nós temos as esferas que tem as suas atribuições, então quando a colega explica a situação de uma criança de Extrema, uma mulher de Extrema que veio para cá, então, existe um fluxo de atendimento a atenção básica através das estratégias da família, pena que a colega já foi, que estava representando a SEMUSA, ela é a primeira porta de entrada que recebe aquela família, aquela mulher, aquela criança para um atendimento que teoricamente falando, 80% dos problemas podem estar sendo resolvidos na atenção básica. Só que às vezes aquela criança, aquela mulher, aquele indivíduo precisa de um atendimento especializado. E aí ele é encaminhado para a Média ou Alta Complexidade, que aí já envolve então, uma Gestão por sinal aqui em Rondônia, Estadual. Esse encaminhamento até um tempo atrás ele acontecia em um papelzinho debaixo do braço.

Hoje tem um sistema de regulação virtualizado que chama-se SISREG, é maravilhoso, é perfeito? Não. Tem dificuldade, tem limitações, mas já melhorou muito. Então aproveitando a sua proposta de encaminhamento da senhora Iara, de estarmos juntando isso e conhecendo melhor esse mundo aí, virtual. E aproveitando o momento para uma fala do Presidente da Associação de Moradores, que o senhor cita uma sala fechada na POC, também para esclarecer um pouco mais e, até convidá-los lá a Unidade e saber melhor, o que tem nessa sala? Tem um mamógrafo de uma Gestão Compartilhada com o Hospital de Barretos, esse mamógrafo ele atende acho que na apresentação da Enfermeira foi mostrado 40 atendimentos/dia, 20 de manhã e 20 a tarde. E um aparelho de Ultrassom, porque às vezes o diagnóstico daquele problema da mama não precisa ser exatamente com a mamografia, mas com uma Ultrassografia na mama. Então está lá exposto, não está fechado, já está funcionando, inclusive, virtualizado, no sistema regulação. Convido a todos os senhores para a gente ir lá para conhecer melhor e reitero esse encaminhamento. Em relação à fiscalização, o colega aqui o Raimundo Nonato está só lembrando que essa atribuição de fiscalizar seria do Conselho Municipal de Saúde, visto que é uma ação de competência Municipal.

O SR. POMPÍLIO DE BRITO – Deputado Boabaid, amanhã eu estarei lá uma hora da tarde com a minha médica Oftalmologista, Doutora Maria Ivanete, e vou verificar in loco o que a senhora acabou de...o nome da senhora por gentileza? Dona Marta falou. Porque foi uma Técnica em Enfermagem lá dentro que passou essa informação para mim, não só para mim, e eu tenho provas concretizadas que são três aparelhos que fazem Topografia. Eu fiz meus exames todos aqui eu posso mostrar para vocês, a Vereadora Ana Maria Negreiros é da Saúde, ela entende um pouquinho. Então gente, vamos fiscalizar esta Secretaria de Saúde, a SESA, porque tem coisa errada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deixa eu deixar bem claro aqui, como eu disse bem na Audiência, vai sair uma Ata aqui, uma Ata resumida, essas denúncias aqui eu vou

remeter essa Ata resumida para a Comissão de Saúde na quarta-feira, se reúne a partir das 15h00min eu vou estar presente para a gente já através do Presidente que é o Deputado Doutor Neidson, para agente já tomar as medidas, aprovado o Requerimento aí eles tomam as medidas quais serão os encaminhamentos a serem propostos, se vão in loco, se vão fiscalizar, questão do Presidente da Comissão, com certeza, ele vai sim tomar as devidas medidas legais.

Tem uma pessoa, Sr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO NONATO SOARES – Só a título de esclarecimento Presidente, a gente pode fazer assim, o Conselho Estadual pode acompanhar, mas a gente tem que provocar o Conselho Municipal de Saúde, porque é competência, inclusive, do Conselho Municipal de Saúde fiscalizar toda essa demanda do âmbito do município, isso nada impede que o Conselho Estadual de Saúde, ele acompanhe, ou se o Conselho Municipal se recusar de fazer isso nós montamos a nossa Comissão e a gente vai fazer junto com você, mas a gente tem que provocá-los para depois não dizer que nós estamos inserindo na área deles entendeu? E também Deputado a gente está à disposição da Comissão de Saúde do Legislativo para a gente poder fazer o trabalho em conjunto, porque a gente também sozinho não tem perna para poder acompanhar todo o processo de fiscalização no âmbito do Estado, inclusive, nas unidades estaduais que precisa também de uma fiscalização, inclusive, o Hospital de Cacoal, que inclusive, é motivo de denúncia nesta Tribuna aqui, entendeu, que precisa a agente ir lá in loco fazer uma fiscalização, inclusive, no horário a noite para a gente saber se estão trabalhando ou não estão, inclusive, em cima dos plantões, aí precisa fazer conjunto também com os Deputados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Tem uma senhora ainda que quer falar. Pode fazer a pergunta.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Eu sou Maria do Socorro, Secretária do Conselho de Direitos das Mulheres do Conselho Municipal; e a minha pergunta é para o Corregedor, para a Corregedoria; para a Defensoria. Porque é que as reuniões da Rede de Enfrentamento não tiveram continuidade, porque a última reunião foi em março, estava prevista para junho e daí para frente não houve mais reunião e nenhuma satisfação.

O SR. GUILHERME LUÍS – Boa tarde!

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde.

O SR. GUILHERME LUÍS – Deixa explicar para a senhora. Eu fui nomeado Defensor Público Específico na área da Violência Doméstica pela Mulher no dia 01 de Outubro, a Defensoria Pública assim como a Secretaria de Segurança Pública, no caso dos Delegados, a gente tem uma deficiência muito grande de Defensores a gente tem o número muito inferior ao ideal. Então eu estou lá em duas Varas de Famílias, então a gente está se desdobrando para tentar ocupar todos os espaços. Mas na última reunião que teve, eu estive presente, a gente está agendando para o próximo mês uma reunião na Defensoria Pública, a gente vai convidar todo mundo, fazer as proposições,

eu entrei dia 01 de Outubro, mas a gente está tomando pé e vai retomar todas as conversas, a gente já teve o contato com o pessoal da Rede, já me apresentei e a gente tem o interesse mês que vem fazer uma ação na Defensoria Pública, do Outubro Rosa a gente participou de toda uma mobilização, a gente fez na Defensoria Pública também e a gente acredita que agora vá poder dar continuidade ao trabalho que era feito pela Dra. Luziane, que não está mais à frente, está bom. A justificativa é essa.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Muito bem. Ok! Satisfeita.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, foram feitas todas as perguntas, os encaminhamentos que foram feitos aqui à questão do PPA um relatório que será encaminhado de quais Projetos no decorrer do PPA voltado para as mulheres; sobre a situação das denúncias, nós iremos encaminhar para a Comissão Pertinente que é a Comissão de Saúde. A denúncia que eu falo para ser apurado; vocês terão a Ata resumida, tudo o que foi falado aqui será uma Ata resumida e quem tiver interesse também, posteriormente, nós temos a disponibilidade da Ata completa, então todas as falas, tudo o que foi discutido, debatido será levado também para vocês, eu vou oficializar.

Agora, são quantas entidades que estiveram aqui presente? Várias. Eu estava analisando, aqui pensando que poderia também ter, formar uma reunião cada um com representante para a gente verificar junto com o Município, o Estado, os Conselhos, a própria Polícia Militar, a participação nessas reuniões ficar traçado também algumas metas, algumas coisas de interesse que eu acho que é importante, porque como eu digo, a união faz a força. Então, tem muitas pessoas e o Legislativo poderia participar, eu pergunto para vocês, se vocês tiverem interesse às pessoas já estão compondo essa Mesa e as pessoas que estão também a Câmara de Vereadores, a gente pode propor essas reuniões, ficar agendado essas reuniões temáticas aí a Assembleia Legislativa poderá encaminhar um representante para participar dessas reuniões. Eu acho importante e aí pode convidar o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, todos os órgãos e os poderes e aí sim, nessas reuniões nós acreditamos que iremos chegar em melhorias, mas com efetivação. As reuniões, já vem, deliberam: "olha, a Assembleia está propondo isso". E aí já pode já vir com projeto de lei, isso vai ser interessante no aspecto geral, a participação, ou seja, do âmbito municipal, estadual, aí tem vereadores, as vereadoras estavam aqui, a Fátima ainda está aqui, a vereadora Ana Negreiros, então vai ser importante, eu vejo desta forma. Porque às vezes a gente sempre fala assim, num jargão bem fútil: "ninguém sabe o que o calado quer". E às vezes você também não tem a forma de transpor essas informações, e aí ninguém tem, não, isso aí vai, vai para um lado, vai empurrando; mas agora não, com os poderes, a gente atuando, a prova tanto, como eu digo no início da minha fala, as Audiências Públicas tiveram encaminhamentos positivos, alguns a gente ainda está buscando resolver, mas os demais já foram bem encaminhados, com soluções plausíveis, isso é fato, plausíveis. Vou dar exemplo de muitos aí, que foi a questão do bairro Universitário, foi à situação aqui da Figura A, foi à situação do bairro Tiradentes, e aí, vou citar, tem a questão do Deputado Lazineiro mesmo que já propôs diversas Audiências

Públicas e todas tiveram efetivação, não só o Deputado Lazinho, os demais Deputados. Isso é importante, esta Casa, não é um mero jargão, "CASA DO POVO", aqui é o local próprio para se discutir, aqui é o local aonde poderemos chegar e certamente as nossas problemáticas ter soluções que realmente o povo quer. Não vamos chegar aos 100% porque isso também é uma falácia, mas que isso caminhe para uma coisa melhor. Eu sei que muitos já nem acreditam mais em política, não querem mais nem ouvir: "lá vem mais um que só sabe enganar o povo".

Mas ninguém é igual, cada um tem o seu perfil, tem o seu CPF e tem posicionamentos. Então, eu não estaria aqui, até às 18h43min. com as senhoras, falando apenas, fazendo politicagem. Eu estou aqui buscando realmente, que nós possamos chegar a encaminhamentos positivos e soluções que tragam melhorias e realmente respostas, para essas, no caso hoje é o dia, no caso das mulheres. Então, era isso. Coronel Ana Júlia estava falando, se a senhora quiser falar, fazer uso da palavra para ficar registrado, eu acho importante.

A SRA. CORONEL ANA JÚLIA – Eu, como nós estamos então, no momento de encaminhamento, eu estou aqui sugerindo, porque outro dia eu escutei de uma enfermeira, que tinha uma moça que tinha passado por um estupro e estava sendo atendida numa unidade básica, e estava ali, toda exposta. E como ela estava bastante machucada, todo mundo perguntava dela e era o namorado que estava junto. O que é que aconteceu com ela e ele repetindo e o constrangimento... Eu vejo que nesta hora de encaminhamento, eu não sei se existe, mas de que assim, que se crie um leito, um espaço para essa mulher ser atendida com tranquilidade, sem que ela fique exposta. Eu coloco isso como encaminhamento. E a segunda, seria, não sei se tem também, na hora do atendimento na unidade básica, que tivesse também uma escuta qualificada para se fazer inclusive o registro, para a gente não ficar com subnotificações.

O SR. GUILHERME LUÍS – Só para complementar aqui, eu também, como encaminhamento, eu coloco a Defensoria Pública à disposição, nesse sentido, a gente pensar às vezes um curso periódico de treinamento, não só para a polícia como a delegada falou, mas também às vezes para os profissionais de saúde, para que eles possam ter uma abordagem mais humana, mais consentânea com a legislação, então aí eu coloco a Defensoria à disposição, para fazer parte deste curso de formação, e outros encaminhamentos talvez que sejam necessários, para o Deputado também, a gente pensar também uma questão que, sempre que envolva direitos humanos e a Lei Maria da Penha, ela decorre de direitos humanos, a educação em direitos também, que eu acho de suma importância, às vezes a gente tentar identificar esses pontos de, que a gente possa acolher a mulher, então eu acho que o momento da busca pelo tratamento de saúde é um momento interessante, eu acho que na escola também a criança, ela é um vetor que traz essa informação para que a gente possa integrar essa família na Rede. Coloco então a Defensoria à disposição para participar da formulação, a gente tem a escola da Defensoria Pública, que pode disponibilizar a formatação de um curso, mas aí tem que ser integrada com a SESAU, com a Escola do Legislativo também, para a gente pensar em um curso, acho que, não tem custo, não é uma coisa que precise de orçamento, Plano Plurianual, e acho que teria, com a polícia também, acho que teria um efeito interessante.

A SRA. ITACI FERREIRA - Só para esclarecer, essa questão para a gente não perder o momento, a Maternidade Mãe Esperança, é a referência para o atendimento das mulheres vítimas da violência sexual. Então, todas as Unidades de Saúde já sabem que tem que ir, mandar para lá. Elas já nem fazem esse atendimento, elas já encaminham, por quê? Primeiro porque existe uma portaria de 2014 que coloca como de 'notificação imediata e compulsória', até 24 horas para a questão do atendimento da mulher vítima de violência sexual.

Porque se existe toda uma questão de prevenção a ser feita, de pílula do dia seguinte, antirretrovirais, prevenções de doença sexualmente transmissível. E também para a mulher com tentativa de suicídio. Então nós temos também esse período para notificar, e já está já aprovado no Conselho Municipal de Saúde esse fluxo. O que não acontece e que acontece a exemplo da Rede de Enfrentamento da Violência à Criança e ao Adolescente, é fortalecer essa Rede. Este ano a SEMUSA já fez várias capacitações, inclusive em parceria com a Polícia Militar, em que nós divulgamos o fluxo de atendimento, como fazer a abordagem, primeiro a Polícia Militar se voltar à questão da saúde e depois do boletim de ocorrência, e isso tem que ser organizado também na Rede de Enfrentamento da Mulher.

A Rede de Enfrentamento da Criança e do Adolescente tem, fizemos uma parceria com a Assembleia há pouco tempo, nós conseguimos evoluir muito, mas são instituições que realmente incorporaram a intrasetorialidade e a intersetorialidade, até porque a ficha de notificação, toda e qualquer instituição que faça parte do sistema de direito e defesa tem que notificar. Então isso, infelizmente ainda com a questão das políticas públicas da mulher ainda está muito incipiente no nosso município, como no nosso Estado, essa questão da Rede. O fortalecimento da Rede de Atendimento, que é para todo mundo saber para onde mandar e como proceder, para não revitimizar essa mulher. Que essa moça que a Dra. Ana Júlia falou, ela foi revitimizada quantas vezes, nesse ambiente? Talvez por falta de informação, não é? Então, nós temos que divulgar isso, tanto dentro da Secretaria de Saúde, como dentro das instituições, como para a população, ok?

A SRA. DELCY MAZZARELO CAVALCANTE DA COSTA – Eu queria só fazer, acrescentando um esclarecimento com relação aos aparelhos que foi dito pelo senhor Pompílio, representante de moradores de bairro, que lá na Policlínica estão aparelhos encaixotados. Quero deixar claro que entramos em contato com a Gerência de Sistema de Regulação, senhora Cárís Regina; e ela estará à disposição para recebê-lo e dizer que não há nenhum equipamento encaixotado. Os que têm estão lá e técnico para operá-los. Só a título de esclarecimento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Estão sem técnicos? É isso?

A SRA. DELCY MAZZARELO CAVALCANTE DA COSTA – Com técnico para operá-los.

A SRA. MARTA DUARTE – Ainda seguindo a linha de encaminhamentos, queria fazer uma propositura aqui. A gente

quando estava discutindo lá na SESAU para vir para cá hoje à tarde, o Secretário nos designou para vir, ele tinha outra agenda, nós tínhamos esse diagnóstico que a Dra. Itaci acabou de falar, a Rede de Enfrentamento à Violência da Criança e do Adolescente já tem um desenho. Agora, precisamos desenhar a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Por que é que a gente não sai, não tira daqui uma Comissão, junto com a Comissão de Saúde da Assembleia e já partimos para esse debate, para desenhar essa Rede, esse fluxo de atendimento e aí a SESAU, a SEMUSA. É uma proposta, mas assim, concreta, com agenda, tipo, amanhã, segunda-feira.

Uma proposta, envolvendo todos, claro.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com datas, não é? A gente já sai com encaminhamentos com datas, já com pré-agenda para resolver isso. Eu vou só pedir que vocês informem a Assembleia. E aqui eu digo, a Assembleia Legislativa tem também como, já que vocês têm essas boas relações com esses órgãos e poderes, a gente, através dessa Comissão também, como ela falou, Comissão de Saúde, não só a Comissão de Saúde, vocês mesmos, a gente iria fazer parte, quem a gente iria propor ia fazer parte dessa, é uma comissão o que é?

É uma Rede, isso uma Rede de Enfrentamentos para a gente traçar essa ajuda com vocês. Então, ficou assim: os encaminhamentos.

A SRA. MARIA VALDOMIRA DE ALBURQUERQUE - Eu estou querendo falar, é sobre a Rede Enfrentamento. Eu sou a Diretora do Centro de Referência de Atendimento a Mulher, vítima de violência doméstica. E nós, realmente nós temos a Rede de Enfrentamento que nós temos uma grande dificuldade que alguns órgãos, eles participem das reuniões, e aqueles que realmente participam, somos parceiros, eles funcionam que é o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, a Delegacia da Mulher, o Núcleo Maria da Penha e o Centro da Família. Então, esses órgãos, são os que estão na frente, mas os órgãos da saúde, da educação, são difíceis para, convidar, a gente convida, todos vão os ofícios de encaminhamento, de convite para assistir essas reuniões. Mas infelizmente, ficam apenas esses órgãos da justiça na frente, entendeu. Então, assim fica difícil essa Rede funcionar até porque nós mesmos da própria Rede, muitas vezes, não sabemos para onde encaminhar essas mulheres, e a dificuldade realmente que se tem de encaminhar essas mulheres, para serem assistidas. Porque muitas vezes, a gente encaminha a mulher para o órgão da saúde, mas se violência doméstica, ela tem prioridade, essa mulher, ela quando chega ao órgão da saúde, ela não tem essa prioridade, e mesmo quando nossos técnicos chegam até a unidade de saúde e verificam, perguntam sobre a prioridade da mulher, vítima de violência doméstica, não; ela tem que ir para uma fila também e aguardar. Então, assim, nós estamos dia 11 e dia 12 de novembro, nós estamos fazendo um curso de capacitação que é de um Projeto que já vinha da gestão anterior, Projeto Acolhendo com Amor, e dia 11 e dia 12, nós estamos fazendo uma capacitação com os órgãos da Rede, onde buscamos todos os órgãos da Rede para que cada um fale do seu papel, e a contribuição e de que forma nós podemos, nós que estamos enfrentando realmente essa violência doméstica, como é caso

do Centro de Referência da Mulher, o Núcleo Maria da Penha, isso aí, eu digo por que eu sei com certeza que tem uma demanda imensa que nós não estamos dando conta de atender essas mulheres, e a Delegacia da Mulher, e para que saiba, porque a mulher, ela vem vítima de violência doméstica e junto com a violência doméstica, vem toda outra consequência. Então, assim, para cada um realmente falar do seu papel e como nós podemos buscar esse benefício para a mulher. Então dia 11 e dia 12, nós estamos com essa capacitação, estamos encaminhando a partir da semana que vem os convites para todas essas unidades que fazem parte da Rede, para que possamos melhorar esse atendimento e para que essa mulher também possa ter um benefício maior, porque só quem esta realmente na frente como é a Delegacia da Mulher, como é o Núcleo Maria da Penha, Centro de Referência, é que realmente sabe do sacrifício que a gente faz para poder atender melhor essa mulher. E se Deus quiser, a gente terá uma capacitação com qualidade e com a participação de todos para que a gente possa melhorar esse serviço para o ano que vem.

Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigada. Eu vou agora finalizar, ficou assim então: vocês vão me informar essa Rede de Enfrentamento, depois eu vou analisar também se eu abro, aprovo aqui uma comissão Especial, para a gente apurar essa questão também, que a Comissão Especial tem um prazo de sessenta dias, logo a frente, eu acho que um entendimento, porque uma Comissão Especial iria se aprofundar junto com os senhores, a participação efetiva da Assembleia também quanto essa questão da violência, do que foi falado nessa tarde.

Então, eu vou pensar e analisar, eu vou fazer uma leitura com calma, discutir com os demais Pares se essa situação há necessidade dessa Comissão Especial.

Então, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado a todos.

(Encerra-se essa Audiência Pública às 18h59min)

ATA DA 48ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE MUNICIPALISTA

Em 22 de outubro de 2015

Presidência dos Srs.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
SR. LAERTE GOMES - Deputado

(Às 10 horas e 04 minutos é aberta a sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação do Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Laerte Gomes, realiza Audiência Pública para um debate municipalista.

Convidamos para compor a Mesa, Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia

Legislativa; Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Rondônia, Dr. Daniel Pereira; Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Franco Maegaki Ono, Secretário de Estado Adjunto da SEFIN, dentre de instante estará conosco também. Excelentíssimo Senhor Mário Alves da Costa, Presidente da AROM e Prefeito Municipal de Machadinho; Excelentíssimo Senhor Vereador representante da Câmara Municipal de Porto Velho, Marcelo Reis; Excelentíssimo Senhor Vereador Jairo Benetti, Presidente da UCAVER; Senhor Osvaldo Rosalino, Presidente em exercício da FIERO; Excelentíssimo Senhor José de Abreu Bianco, Ex-Governador do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater a municipalização.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Podem se sentar. Muito obrigado. Sua Excelência, senhor Presidente Maurão de Carvalho, com a permissão de Vossa Excelência eu vou registrar as demais presenças aqui das autoridades, Prefeitos. E explicar também, sei que Vossa Excelência vai explicar aos demais participantes desta Audiência Pública, que nós temos também aqui no plenarinho da Assembleia, vários Deputados. Eles não estão aqui presentes porque estão participando de outra discussão sobre o futebol no Estado de Rondônia, aqui no plenarinho, temos vários Deputados. E o Excelentíssimo senhor Deputado Lazinho da Fetagro, pede escusas aos senhores e às senhoras por não participar também desta Audiência Pública, haja vista estar no município de Ji-Paraná, tratando de negócios também sobre municipalidade e casas populares.

Agradecemos as presenças, neste instante, registrando as presenças dos Prefeitos. Registramos agora, Excelentíssimo Senhor Vereador Natálio Silva, da Câmara Municipal de Colorado do Oeste; Excelentíssimos Senhores Vereadores Ronilton Francisco Vieira; Walter dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Primavera de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Vereador Ceir de Andrade, da Câmara Municipal de Costa Marques; Excelentíssimo Senhor Vereador Ari Boiadeiro, da Câmara Municipal de Costa Marques; Excelentíssimo Senhor Vereador Darci Rodrigues, da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé; Excelentíssimo Senhor Vereador Nivaldo Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo; Excelentíssimo Senhor Vereador Ricardo da Emater, da Câmara Municipal de Seringueiras; Excelentíssimo Senhor Vereador Marcão, da Câmara Municipal de São Miguel; Excelentíssimo Senhor Vereador Clebson Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques; Excelentíssimo Senhor Vereador José Anízio, da Câmara Municipal de Teixeiraópolis; Excelentíssimos Senhores Vereadores Elio César, Genê Falcão, Aladir Izidorio, Jozivaldo

Santos, da Câmara Municipal de Cacaupônia; Excelentíssimas Senhoras Vereadoras Neuza Vieira, Ana Paula, Andely Bissoli, da Câmara Municipal de Cacaupônia; Excelentíssimos Senhores Vereadores Jacaré, Presidente; José Antônio; Joel Rodrigues, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monte Negro; Excelentíssimo Senhor Vereador Júnior do Postinho, da Câmara Municipal de Ji-Paraná; Excelentíssimo Senhor Vereador Ângelo Carrara, da Câmara Municipal de Presidente Médici; Vereador João Jesus de Sena, da Câmara Municipal de Vale do Paraíso; Vereador Lourival José Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste; Reginaldo do Esporte e Eustácio Roberto, da Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste; Marinês da Silva Barbosa, Secretária Municipal de Administração, de Vale do Paraíso; Leandro Júnior Patrício, Secretário Municipal de Planejamento de Machadinho d'Oeste; Osmar Batista Penha, Secretário Municipal de Fazenda de Pimenta Bueno; Professor Márcio Poeta, Língua Portuguesa, da Escola Araújo Lima e Luiz Paulo, Assessor da Deputada Marinha Raupp; demais assessores, jornalistas; funcionários da AROM; funcionários da UCAVER; senhoras e senhores.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quero cumprimentar os Vereadores aqui no plenário, no auditório; cumprimentar os Prefeitos e Prefeitas, assessores; cumprimentar o nosso Vice-Governador Daniel Pereira, neste ato representando o Governador do Estado. Dizer da alegria, Daniel, de mais uma vez tê-lo nesta Casa. Esta Casa faz parte da sua vida, é onde Vossa Excelência iniciou sua carreira política. Portanto, é um prazer tê-lo nesta Audiência Pública de propositura do eminente Deputado Laerte Gomes.

Um tema tão importante, num momento bastante oportuno para todos nós, debater a situação, principalmente da crise que o país atravessa e que essa crise, infelizmente, nós não queríamos que ela passasse da divisa de Vilhena para cá, mas ela já passou. Não adianta nós correremos dela.

Cumprimentar aqui, o proponente, Deputado Laerte Gomes. Ele que propôs esta Audiência, já falei, de grande importância, e parabenizar Vossa Excelência, Deputado, pela preocupação. Vossa Excelência que já foi prefeito por dois mandatos, Presidente da AROM, conhece os momentos mais difíceis, principalmente que as administrações públicas passam. E este, nós sempre discutimos e debatemos também. Eu que tive a oportunidade de ser Prefeito, eu sei que são muito corajosos, quem hoje coloca o nome à disposição para disputar uma Prefeitura, neste momento que a crise chegou às Prefeituras. Portanto, eu quero aqui parabenizar o Deputado Laerte, e sei da preocupação que ele tem com os municípios e com os Prefeitos, seus colegas, que grande parte apoiou a vossa candidatura, para que Vossa Excelência pudesse estar aqui como Deputado, representante nesta Casa. Parabéns pela propositura desta Audiência, neste momento bastante oportuno.

Cumprimentar o Presidente da AROM, Marinho, que não vê a hora de terminar o seu mandato – não é, Marinho? – nós agora, no gabinete, discutindo, vendo a pauta, falando da Audiência, ele falava 'lá no município o sindicato está lá debatendo também, discutindo para ter aumento de salário'. Então não é fácil, Prefeitos, o momento que vocês passam. Eu quero aqui cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela função, pelo

seu trabalho na AROM à frente das Prefeituras, conduzindo esse trabalho, além do seu trabalho como Prefeito. E, hoje, como Presidente da AROM, fazendo esse trabalho e também tendo essa preocupação, neste momento, em discutir e debater, pelo menos, nos preparar melhor para essa crise. Que eu acredito que ela chegou agora, mas ontem ainda estive numa reunião, pela manhã, com o governo do Estado, Secretário do Planejamento, Secretário de Finanças, Procurador Geral do MP, e nós comentávamos sobre a crise que ela, o ano que vem, nós podemos nos preparar que ela pode estar pior. Ela realmente vai chegar de cheio no próximo ano.

Então é importante, neste momento, nós podermos debater e nos preparando, nos ajustando, nos prevenindo para que a gente supere essas dificuldades. Mas, neste ato, eu quero, na minha fala, convidar aqui, interrompendo aqui, o Secretário Adjunto da Fazenda, nosso amigo Ono, para que ele faça parte da Mesa, que tem uma cadeira, Dr. Ono. Convidar ele já para que ele participe aqui. Venha para a cadeira aqui. Nosso amigo, está fazendo um grande trabalho como Secretário, junto com o Wagner.

Cumprimentar o senhor Rosalino, neste ato representando aqui a FIERO. A FIERO que tem sido aqui parceira e tido a preocupação, principalmente na nossa gestão, de debater, de discutir todas, principalmente neste momento de crise, e podermos estar afinados, conversando, debatendo para ajudar melhorar a situação do nosso Estado. Tem sido parceira. Nós, agora, na próxima semana, nós vamos fazer uma caravana, visitando a BR 319, a bancada federal, a bancada estadual, e a FIERO, em toda situação como essa, tem sido parceira. Aproveitando, cumprimentar, em nome da FIERO, o ex-governador Bianco, nosso amigo, que foi Presidente desta Casa, foi Deputado Estadual, foi Deputado Constituinte e foi o primeiro Presidente da Assembleia Legislativa. Tive o prazer de sermos Deputado, ainda quando o Bianco era Governador deste Estado, que fez um grande mandato, que eu sempre falo. Não é porque eu estou na presença do Bianco, poder falar, ele preparou este Estado. Ontem mesmo, nesta reunião, nós falávamos dos posicionamentos que o Governo Bianco tomou que está refletindo hoje. Dos 27 Estados que nós temos no Brasil, 23 estão em crise, 23; 04, ainda, que estão no azul, não estão no vermelho. São 04 que estão no azul, isso graças às decisões que o Bianco, no governo dele, tomou lá atrás, que estão repercutindo hoje no Governo que está o Dr. Confúcio. Ele mesmo, nesta reunião, reconhecia, Bianco, o vosso governo e as vossas decisões, que Vossa Excelência tomou no seu governo, que refletem hoje no governo que nós estamos. Então fica aqui o nosso cumprimento, a nossa alegria de tê-lo mais uma vez, aproveitando a vossa experiência aqui nesta Casa. Sinta-se à vontade.

Cumprimentar o Ono que acabou de chegar, Secretário Adjunto, que também neste ato representa a Secretaria de Fazenda. É um prazer tê-lo aqui. Obrigado pela vossa presença. Cumprimentar o Marcelo Reis. Marcelo Reis, Vereador, representa neste ato o Presidente da Câmara Municipal, o Bengala, que está aqui também prestigiando nesta Audiência. Obrigado pela presença. Vereador Jairo Benetti, Presidente da UCAVER, obrigado pela vossa presença. Importante, Jairo, também que os Vereadores que estão aqui, o plenário aqui está com muita presença de Vereadores, Presidentes de

Câmaras e, com certeza, o tema que está se debatendo é a crise no Brasil, que realmente chegou no nosso Estado e ela chega também nas Câmaras Municipais. Então é importante a presença de cada Vereador para que neste momento nós possamos, pelo menos, nos ajustarmos e nos prepararmos melhor no próximo ano.

E quero aqui, Deputado Laerte, como Presidente desta Casa, me colocar à disposição. Eu sei da vossa preocupação, como Deputado, os ajustes que precisarem ser feitos, que precisar ser tomado nesta Casa, eu tenho certeza que o governo do Estado, Dr. Confúcio, o Dr. Daniel Pereira vai falar em nome do governo, eu sei que ele tem sido um governo municipalista, tem sido parceiro dos Prefeitos. E esta Casa não tem sido diferente, com as suas emendas, no momento que grande parte das nossas Prefeituras, às vezes, tem dificuldade para a manutenção, Marcão, de manter a máquina. Muitas vezes o Prefeito chega ao nosso gabinete e fala que se não tiver uma emenda, se não tiver um recurso, Prefeita Sônia, para manter a máquina, para o combustível e para equipar, para peça para a máquina, nesse ano não terá como patrolar as nossas estradas. E grande parte das minhas emendas, eu sei das emendas dos Deputados, eles têm colocado à disposição dos Prefeitos. Isso tem dado uma força para que os municípios atravessem os momentos mais difíceis. E isso eu quero continuar aqui à disposição dos Prefeitos.

Parte das nossas emendas, até outro dia o Prefeito de Colorado fez uma proposta aqui, eu vi ele muito feliz. Ele falou assim: 'Deputado, estamos encaminhando uma proposta que 40% das emendas de Vossas Excelências deveriam ir para os municípios, principalmente para os municípios pequenos porque isso ia ajudar bastante os nossos municípios, principalmente na manutenção da máquina'. Às vezes, o Prefeito não está precisando de uma creche, mas ele precisa de um recurso para manter as suas estradas e isso, uma emenda faz a diferença. E a proposta do Prefeito, com certeza muito bem intencionada, eu sei que não é fácil, Prefeita, até porque os Deputados normalmente, na hora de distribuir as suas emendas, eles procuram atender até um pouco mais onde ele teve uma quantidade maior de votos. Eu sei que isso acaba, às vezes, prejudicando alguns municípios, principalmente o município pequeno. Tem um ditado que 'a gente vale o que a gente tem', e às vezes, na política, levamos para esse lado, e nisso, os Prefeitos dos municípios pequenos, acabam levando desvantagem.

Então, a vossa proposta muito bem se fosse acatada por esta Casa, com certeza seria para atender principalmente os municípios pequenos, com pequenos eleitorados. Mas eu tenho colocado e priorizado, porque eu sei das dificuldades que os Prefeitos de pequenas cidades, principalmente, passam. Eu fui Prefeito do município de Ministro Andreazza e ficava um pouco longe da BR. A minha vontade era que os colegas, que os amigos, os Deputados fossem nos visitar porque eu sei que normalmente, quando você recebe uma visita, ele deixa alguma coisa, ele anuncia uma emenda e isso só ajuda a fortalecer o município.

Então eu sei das vossas dificuldades e por isso nós temos essa preocupação e eu tenho certeza e sei o que o Deputado Laerte não é diferente. E os Deputados desta Casa também não são diferentes. Muitas vezes, Daniel, Vice-Governador, o

Prefeito chega aqui com dificuldade e ele fala da situação do seu município. Às vezes, eu sei que o Deputado tem um pouco mais das suas emendas, disponíveis, eu chamo o Deputado, 'coloca a emenda para esse Prefeito aqui, que nós precisamos ajudar'. Isso eu tenho feito várias vezes no meu mandato, ajudando os colegas Prefeitos, que não é reduto eleitoral meu, e talvez nem desse colega. O Deputado Aécio mesmo, agora, há poucos dias socorreu alguns Prefeitos, ele tirou 98% dos seus votos aqui na capital e eu pedi a ele e ele socorreu algumas Prefeituras.

Portanto, eu quero aqui me colocar à disposição dos Prefeitos, dos Vereadores, dos municípios e dizer, sejam bem-vindos a esta Casa. Eu tenho certeza que essa é apenas uma abertura na nossa fala e nós vamos poder debater com estas autoridades que estão na Mesa e vocês poderão debater temas importantes como esse e procurar achar uma solução para que nós possamos superar esta crise, começando com os cortes.

Às vezes, ontem mesmo, e nós estamos fazendo isso aqui na Casa, hoje pela manhã, o primeiro telefonema que eu dei foi para o Secretário Geral, pedindo para ele diminuir nas diárias daqui para Manaus, porque nós estamos cortando o piso das diárias. Nós estamos cortando porque a crise, quando ela chega lá ao município, ela chega ao Estado e ela chega nesta Casa aqui, no nosso orçamento, porque já chegou.

O Deputado Laerte tem números aqui, que é o proponente, que ele me mostrava, agora há pouco, só o município de Alta Floresta, quanto o município perdeu durante o ano, 18 milhões de queda só no FPE. Isso, no ICMS e no FPE, nos incentivos. O governo federal tirando dos Prefeitos e isso está atingindo a administração, os nossos Estados, os Prefeitos estão com dificuldade. Infelizmente o governo tentando arrumar o Brasil e, infelizmente, até agora nós não temos visto um caminho, uma luz, até agora não acharam uma solução para que possa tirar o país da crise e essa crise infelizmente está na nossa mão.

Portanto, eu quero aqui passar a palavra ao proponente desta Audiência, Deputado Laerte Gomes, está com a palavra. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes da palavra de Sua Excelência, Deputado Laerte, registramos aqui a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Nilton César Rios, Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná; Excelentíssimo senhor Vereador Maurício Dibas, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim; Excelentíssimo Senhor Vereador Divino Soares, Câmara Municipal de Colorado do Oeste; Excelentíssimo senhor Vereador Márcio Mateus, da Câmara Municipal de Rolim de Moura.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Bom dia a todos os nossos amigos e amigas, aqui presentes; bom dia aos nossos Vereadores e Vereadoras, que vieram de todos os municípios de Rondônia, que estão aqui participando desta Audiência Pública; as nossas Prefeitas e Prefeitos e Vice-Prefeitos do Estado; ao Marcão de Alto Paraíso; ao Izael de Cabixi; ao senhor Edimar de Cacaulândia; ao Ocimar lá de Campo Novo. Estivemos juntos no sábado passado, Ocimar, e é o novo Prefeito do PMDB, o Ocimar se filiou lá, em Campo Novo, Presidente. Ao Cláudio, de Castanheiras que já deu um exemplo essa semana – não é,

Cláudio? - cortando 30% dos salários seu, do vice e dos secretários, nos cargos gratificados. Ao Prefeito do município rico de Rondônia, seu Airton, lá de Cerejeiras, que está aqui. Ao Josemar, o mais chorão que tem em Rondônia, lá de Colorado. Ao senhor Chico, Território, lá de Costa Marques, senhor Chico é uma alegria tê-lo aqui. Ao Doutor Dúlcio, lá de Guajará; ao representante lá do Prefeito de Itapuã; o Genis; a Sônia, nossa amiga Prefeita lá de Jaru; ao nosso Mário Alves da Costa; o Dinho que não esteve presente; ao Jair Miotto Júnior, de Monte Negro; ao José Pereira, de Nova União; ao Varley, nosso companheiro, amigo lá de Novo Horizonte; ao João Miranda, o Vereador veio representando; a nossa Prefeita Lurdinha, lá de Presidente Médici; ao Jurandir, nosso amigo lá de Santa Luzia; ao senhor Valdir, lá de Teixeirópolis; ao Serjão, de Urupá. Não sei se tem mais alguém que eu deixei de cumprimentar. Mas sintam-se todos cumprimentados.

Cumprimentar aqui o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, ex-prefeito, Deputado por cinco mandatos, nosso amigo, nosso líder aqui na Casa, Deputado Maurão de Carvalho. Acho que esta Casa passa por um momento, Presidente Maurão, que nunca passou, municipalistas aqui defendendo a municipalidade de Rondônia, então, dos nossos Municípios. O Presidente Maurão tem determinado para sempre, quando a existir de interesse dos municípios, que nós tenhamos atenção dobrada para não prejudicar os municípios de Rondônia. Essa é a determinação do nosso Presidente Maurão tem-nos dado sempre que as matérias chegam. Então, Presidente, como municipalista que sou, quero parabenizá-lo e agradecer-lhe pela visão que Vossa Excelência tem. Que as pessoas vivem e moram nos municípios. É o único ente da Federação que verdadeiramente existe. Parabéns ao nosso Presidente.

Ao nosso Vice-Governador que já foi Deputado, municipalista também, Daniel Pereira. Daniel é uma alegria tê-lo aqui conosco, aqui nesta Casa. Esta Casa é sua, Vossa Excelência sabe disso, Vossa Excelência engrandeceu muito esse Parlamento. Cumprimentar aqui o nosso Secretário de Estado Adjunto da SEFIN, o Franco Maegaki Ono, o Ono, mais conhecido por Ono. Eu liguei hoje para o Wagner de manhã cedo, o nosso Secretário de Fazenda, que está em Ariquemes para participar... E eu agradeço a ele por colocar você aqui hoje, para você fazer um relato verdadeiro da previsão que nós vamos ter para o ano de 2016, até para os nossos Prefeitos poderem - o Luiz do Hotel que não estava aqui na relação Luiz, é uma alegria -, até para os nossos Prefeitos poderem se planejar para o ano que vem, sabendo o que está vindo por aí.

Cumprimentar aqui o nosso Presidente da AROM, o qual me procurou para que a gente pudesse fazer a proposição desta Audiência Pública, o Marinho, nosso amigo Marinho. E parabéns pelo trabalho que Vossa Excelência está fazendo à frente da AROM. Eu já fui Presidente daquela entidade com muito orgulho e tenho muito orgulho disso, e Vossa Excelência vem fazendo um trabalho, fortalecendo a nossa entidade que é a AROM. E sempre preocupado com a municipalidade. Parabéns pela sua ação, pelo seu trabalho e pela sua preocupação com os municípios do nosso Estado de Rondônia.

Cumprimentar aqui o nosso vereador Marcelo Reis que representa aqui a Câmara Municipal de Porto Velho e, neste ato, também os Vereadores. O nosso companheiro, parceiro,

nosso Presidente da UCAVER, Jairo Benetti, que constantemente está nesta Casa, cobrando ações para fortalecer os municípios, representando aqui todas as Câmaras do Estado de Rondônia. Jairo, obrigado por ter nos ajudado a convidar para que os Vereadores estivessem aqui, a sua participação foi muito importante. Cumprimentar aqui o nosso Vice-Presidente da FIERO e hoje nosso Presidente em exercício, seu Rosalino, lá de Cacoal, grande empresário. É uma honra tê-lo aqui conosco, senhor Rosalino.

Cumprimentar esse que foi o primeiro Presidente desta Casa, foi Prefeito, foi Senador, mas foi, como o Presidente Maurão muito bem disse, foi um grande Governador. Foi o Governador do remédio amargo, o Governador que, lá atrás, teve a visão de que era necessário fazer o que fez para que hoje Rondônia pudesse ter esse desenvolvimento. Rondônia deve muito a Vossa Excelência Bianco. Parabéns pela sua ação. Eu não tenho dúvida nenhuma do seu amor e o seu comprometimento com o Estado, e a ação que Vossa Excelência tomou no seu Governo, no início do Governo mostrou que antes de pensar em Vossa Excelência Bianco você pensou no povo de Rondônia, no Estado de Rondônia. Então acho que hoje, hoje as pessoas podem enxergar o ato que Vossa Excelência fez lá atrás. Talvez o reconhecimento tenha vindo um pouco tarde, mas chegou. Então parabéns pelo seu Governo e pela pessoa que Vossa Excelência é e está aqui no meio de nós.

Cumprimentar o Gilberto, Superintendente da FIERO, Gilberto, uma alegria tê-lo aqui; Doutor Diego Vasconcelos, que estava conosco aqui. Em nome do Presidente da Câmara do Município de Ji-Paraná, o Nilton César, eu cumprimento a todos os Vereadores.

Dizer que essa proposição desta Audiência Pública para esse debate municipalista foi uma conversa que nós tivemos com a AROM, com o Presidente Marinho, com toda a equipe da AROM para que nós pudéssemos dar uma oportunidade à voz dos Prefeitos.

Nós entendemos, e eu tenho debatido isso sempre aqui, nós entendemos que a crise chegou ao município há muito tempo atrás. Talvez tenha chegado agora no país, nos Estados, mas os municípios ela já vem de muito tempo, Bianco. Até porque o município é onde as pessoas vivem, onde os problemas existem. Em Brasília, onde criam os programas e traz para os municípios, coloca na grande mídia e faz os municípios executarem. Mas faz executar, passa uma contrapartida de 30% e o município tem que executar com 70%. Nenhum Prefeito aguenta mais isso. Os Prefeitos já estão esfacelados, Presidente Maurão, há muito tempo, não é de hoje. E agora, logicamente, com esse problema na receita, com essa crise, isso se agravou muito mais.

Então eu acho que é o momento, infelizmente, o governo nunca vai aceitar isso, o Governo Federal, nosso Vice-Governador Daniel, de nós levantarmos, agora de verdade, esse novo pacto federativo precisa ser feito. Hoje, a União, infelizmente, retém quase 60% do que é arrecadado no Brasil. Eu não conheço o Brasil, vocês me desculpem, eu preciso ir porque eu não conheço, da mesma forma que eu não conheço Rondônia. Agora, eu conheço Porto Velho, eu conheço Ji-Paraná, conheço Machadinho, conheço Alvorada, conheço Jarú, conheço Médici, e é ali que estão os problemas. Mas fique só com um bolinho de 17%, 18%, no máximo, da arrecadação do Brasil que os municípios ficam.

Então a nossa preocupação, esta Audiência Pública vem trazer o grito dos Prefeitos, vem trazer, vem ecoar o que os Prefeitos estão vivendo, o que os Prefeitos estão sentindo. Talvez nós não tenhamos resultados imediatos, mas com certeza isso vai ecoar para a população, para a nossa bancada federal, para o Governo do Estado e, quem sabe, chegar até o Governo Federal. Várias ações, e aí é importante os nossos Prefeitos, essa questão da representatividade, que é uma coisa que eu defendo, que eu defendo muito Serjão, da AROM, vocês, hoje, têm uma representatividade. Às vezes alguns estão satisfeitos, outros não, é natural, como na Assembleia é assim, como na Prefeitura de vocês é assim, mas vocês nunca podem deixar de ter a representatividade que vocês têm, porque é aí que vocês vão conseguir os avanços. Sozinhos vocês não são nada, nada, como nós não somos nada. Agora, coletivamente, Sônia, juntos aqui com a AROM e depois com a CNM, com certeza os grandes avanços que os municípios tiveram de receita e de ouvir a voz de vocês foi através da coletividade, das entidades representativas do Estado e, logicamente, juntamente com a nossa entidade maior que é a CNM. Por isso que é o momento cada vez mais, em vez de reclamarmos da AROM, nós nos unirmos à AROM para que a AROM possa ecoar, lá em Brasília, a voz de vocês aqui nos seus municípios.

E aí, Presidente, a nossa preocupação, a nossa preocupação é isso, são as cargas que têm em cima dos municípios. Hoje a União, infelizmente, investe, talvez, 5%, 6% do seu orçamento em saúde. Quando foi votada, Jurandir, a PEC 29, há três anos, em Brasília, no Senado, onde obrigaria a União a investir 10% na saúde, o Governo barrou. Fez o Congresso que, infelizmente, está de joelho para o Governo, e sempre esteve, isso não é segredo nenhum, fez barrar a votação e não passou. O Governo não aceitou, mas obriga os municípios a investir 15%. Se fosse só 15%, eu tenho certeza que todos estavam felizes aqui. Mas a última pesquisa que teve em 2010/2012, se não me falha a memória, eram 24%, 25% e já está em 28% que os municípios, Presidente Maurão, estão investindo em Saúde Pública. Sabe o que é que acontece com isso? Tira a capacidade, de você, de investimento com o recurso próprio, de recuperar estrada, de arrumar cidade. Muitas vezes, Sr. Chico, até de pagar energia, por quê? Porque está investindo lá na saúde, muito acima, porque o Governo Federal não investe e o Estadual também, investe 12% e muitas vezes não tem como fazer as parcerias com os municípios na área da saúde.

A educação não é diferente. A Educação hoje, Presidente Marinho, hoje o Prefeito consegue fazer duas coisas com a Educação, Bianco, pagar os funcionários e pagar o transporte escolar, mais nada. Não consegue equipar escola, não consegue reformar, não consegue capacitar os servidores, dar curso de qualificação, por quê? Porque cada vez mais as despesas estão em cima dos municípios. Sabe quanto, Sr. Rosalino, que o Governo Federal paga por aluno, para merenda escolar? Trinta centavos. Qual o cidadão que come com R\$ 0,30 por dia?

Quando tem duas, é R\$ 0,30 por aluno, se tiver duas, três refeições é R\$ 0,30. Se for de escola integral como é que faz isso?

Então, infelizmente é dessa forma que os Prefeitos têm que administrar, tirando dele, do recurso próprio para complementar o que o Governo Federal faz de propaganda na televisão, dos programas do Governo Federal. Vai lá, coloca

na Globo: 'Programa PSF da família'. Aí a população cobrando do Prefeito, pau no Prefeito, 'vamos criar o PSF, tem que criar, o Governo Federal está passando dinheiro', passa nove mil, nove mil e quinhentos reais e custa trinta. Quem arca com o resto? O Prefeito, o orçamento municipal que já está combalido porque a receita é própria. E nós aqui em Rondônia, Presidente Maurão, nós temos a dificuldade maior, porque tirando, talvez, Porto Velho e Ji-Paraná, e eu não sei também, Vereador Nilton, se também já chega, mas eu acho que só Porto Velho, talvez, mas a arrecadação própria ela representa talvez o quê? Se você colocar lá em Vale do Paraíso, vão representar 5%, 10% do que se arrecada. Depende totalmente dos repasses Constitucionais, FPM e ICMS, Cláudio. Como você consegue sair de uma crise se você não tem receita própria?

Então é necessário as parcerias. As parcerias do Governo do Estado, as parcerias desta Casa são importantíssimas, principalmente no que diz respeito à infraestrutura urbana. Os municípios hoje, Marinho, não têm condições, nosso Secretário Adjunto de Fazenda, de recuperar estrada, de arrumar estrada, de fazer investimentos em infraestrutura, não têm nenhuma, nem de cuidar do básico porque estão todos comprometidos com isso tudo que eu disse aqui. Sem capacidade de investimento hoje nos municípios de Rondônia, da sua maioria, tirando quatro ou cinco, talvez, principalmente os pequenos e médios, que eu me preocupo, é zero, é zero, Gilberto. A capacidade de investimento é zero. E nós temos um fator, nós temos um fator pior, que esses municípios, a circulação de dinheiro deles, a circulação de dinheiro no comércio está muito baixa, por quê? Porque nós não temos indústria, não temos geração de emprego, os nossos jovens estão indo embora, e aí, Daniela, é aquilo que nós conversávamos ali, eu tenho conversado muito com o Governador, nós precisamos criar programas visando os pequenos e médios municípios de Rondônia, programas do quê? Buscar aptidão de cada região para gerar renda. Qual que é a nossa aptidão? Todo mundo sabe a aptidão de Rondônia, qual que é, que é o setor produtivo. Nós precisamos ir lá criar programas do início do preparo da terra até a irrigação. Subsidiar, o Governo tem que subsidiar, buscar parcerias com o produtor, com os Prefeitos, buscar aptidão de cada região ir lá e investir em cafeicultura, no cacau, no inhame, enfim, no tomate, a aptidão de cada lugar, Lurdinha, para nós podermos segurar essas famílias no campo. E conseqüentemente, o que vai gastar na cidade, porque quem compra no comércio local dos pequenos e médios municípios, são só os pequenos. O grande compra por internet, vai para as cidades grandes, mas os pequenos não, fazem girar e quando o comércio vende, gera emprego, gera renda, as coisas acontecem no município.

Então nós precisamos nos preocupar. E agora é o momento, porque em época de crise é preocupante, mas em época de crise também tem outro fator que é interessante, que é época de oportunidades. E se nós, Vice-Governador Daniel, enxergamos isso e começarmos a trabalhar dessa forma eu não tenho dúvida nenhuma que daqui dois, três anos, nós vamos sair muito mais fortalecidos do que estamos hoje, nosso Secretário Adjunto de Fazenda. E no final quem ganha é o Estado que vai arrecadar mais.

Então, esta Audiência, eu acho que traz essa preocupação, essa preocupação que todos nós estamos

vivenciando, todos nós estamos vivenciando é uma preocupação generalizada, quando até o Governo do estado, até a Assembleia está sentindo a queda de receita, imagina vocês como estão.

Nós fizemos aqui, Presidente Maurão, dois Projetos nossos, um Projeto e uma Indicação, que beneficiam os municípios, um foi do FITHA, que é fixar o valor de 25%, Presidente Marinho, nós tratamos juntos, fizemos Indicação sobre o acompanhamento de Vossa Excelência. Até hoje, aí nós tivemos a reunião em Ji-Paraná, o encontro, mas até hoje o Projeto ainda não chegou aqui. Nós já estamos no dia vinte não sei o que lá de Outubro. O ano está acabando e se não votar este ano, o ano que vem vocês não têm.

Então é hora da AROM se mobilizar, sair em marcha na Secretaria de Fazenda, eu tenho certeza que o Governador é municipalista, nem vou falar do Governador aqui porque todos sabem que ele é municipalista e tem feito parcerias com os municípios. Mas têm ações que são fundamentais para vocês. Essa questão do FITHA, por exemplo, é uma. Se fixar em 25%, vocês terão, no mínimo, 30% a mais, 40% a mais no valor do FITHA do que tiveram este ano, se votar este ano para ser executado o ano que vem. E é um compromisso, nosso Vice-Governador Daniel, eu tenho certeza que o Governador, como é Governador não tem jeito de cuidar disso, mas tem que cobrar do DER, do jurídico, da SEFAZ, Ono, você está aqui, para encaminhar esse Projeto para cá, que todos os Deputados aqui são municipalistas, todos os Deputados vão votar.

Outra questão de um Projeto nosso, que é até inconstitucional e eu sabia que era inconstitucional, mas fiz como forma de colocar o tema em debate, que foi, que eu acho um absurdo, Presidente Maurão, os municípios terem que pagar taxa de licença ambiental para o próprio Poder Público. Até o Governo, as autarquias têm que pagar. Nós aprovamos esse Projeto aqui o Projeto foi vetado pelo Governo, mas nós não votamos o Veto aqui, porque o Governo, o Cel. Vilson da SEDAM, se comprometeu em enviar um Projeto para esta Casa isentando os municípios, Secretarias e autarquias de pagarem taxa de licença ambiental. Até hoje não chegou também. Nós estamos aqui esperando. Nós estamos aqui sentadinhos esperando chegar, porque isso vai beneficiar os municípios. Além da burocracia que vai tirar, além da burocracia, "ah, mas é barato", tem licença ambiental de três, quatro mil reais. Costa Marques, uma licença ambiental, hoje, de quatro mil reais, tem dificuldades de pagar. Não tem, seu Chico?

Então, eu citei Costa Marques, mas são todos. Então, os pequenos principalmente. Então, nosso Vice-Governador, fazendo esse pleito a Vossa Excelência, Vossa Excelência que tem isso, é compromisso do Governador, Presidente Maurão, o Governador fez conosco lá em Ji-Paraná com a AROM fez conosco lá, mas infelizmente, a sua equipe, até agora, ainda não nos enviou esse Projeto.

E, para finalizar, eu gostaria do Ono, o nosso Secretário Adjunto de Fazenda, eu nem vou falar aqui, que eu já falei num discurso, eu faço discurso toda semana dessa isenção dos municípios, eu nem vou falar aqui dessa questão que o Presidente falou, essa questão da isenção como Alta Floresta que perdeu dezoito milhões, Sr. Presidente, é a questão do Governo Federal quando deu a isenção do IPI para o automóvel, para a linha branca, ele fez tudo isso, mas fez com o boné

sabe de quem? Não foi com o seu não, aliás, não foi com o dele, foi com o seu, foi com o seu, com o seu, com o seu, com o boné dos municípios. Fez essa isenção toda com recursos dos municípios. Fez a graça, fez a mídia e quem pagou a conta foi vocês que hoje estão pagando o preço. Município, que nem o município de Alvorada, Eduardo, que está aqui representando o Prefeito, perdeu 14 milhões desde 2008 e assim constantemente vários municípios, Alta Floresta, 18 milhões; Alto Alegre, 11 milhões... Então, isso está fazendo falta. As nossas fontes de receitas são tão pequenas e tão baixas que quando tiram de nós, acaba alijando os Prefeitos de poder fazer obras e ações.

Então, eu gostaria que nesta Audiência, Presidente Marinho, pudesse se falar realmente a verdade aqui sem medo, com o peito aberto o que estão vivendo os municípios. Eu acho que esse é um debate importante, é um tema importante e esse é o foro adequado, que é o Legislativo para se fazer isso. E o Ono, você que está aqui com a responsabilidade, eu acho que uma das coisas acertadas que o Governador Confúcio Moura fez nesse Governo dele, nesse 2º mandato dele, foi colocar técnicos na Secretaria de Fazenda. E colocou técnicos competentíssimos que é o Wagner e você. Eu sempre falo isso porque eu admiro vocês, o trabalho, a competência e a seriedade de vocês, é a palavra de vocês que vale. Porque no poder público, na vida pública, a palavra tem que valer porque se não valer aí acabou tudo e a de vocês vale.

Então, eu gostaria hoje aqui, na sua exposição, que você colocasse realmente o que nós temos haver até o ano que vem de receita, até para que os nossos Prefeitos possam se planejar e os nossos Vereadores que estão aqui, que são o Parlamento lá do município, que votam os Projetos, que são cobrados pela população, que a coisa mais difícil deve ser Vereador, eu nunca fui, mas Vereador todo dia, de manhã cedo, está lá o povo batendo na porta: "ô, fulano, me dá isso, me dá aquilo, arruma o problema", para que eles possam também saber e quando o cidadão for falar com eles e quando eles forem cobrar do município, eles saibam a realidade que os municípios estão passando e estão lá ajudando e colaborando naquilo que é certo e naquilo que é correto.

Então nós temos que reverenciar aqui os Vereadores porque sem eles não tem gestão, porque eles fazem a gestão pública também, aos nossos Prefeitos e a todos vocês. Espero termos uma boa Audiência e agradeço aqui à atenção de todos vocês. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado mais uma vez Deputado Laerte Gomes pela sua fala e, portanto, pela Audiência. Eu sei que vai ser de grande importância para todos vocês, para todos nós.

Parabenizar aqui a imprensa, cumprimentá-la em nome do Fábio Camilo, cumprimentar toda imprensa aqui presente.

Só pegar um gancho aqui na fala do Deputado Laerte, que eu acho importante, são situações que nós estamos trabalhando aqui que é importante para os Prefeitos, nossa preocupação, principalmente, para os Prefeitos na questão de Assessoria, principalmente, às pequenas Prefeituras que têm dificuldades em ter uma equipe técnica boa. E nós tivemos agora, esses dias, uma reunião com o pessoal do Tribunal de Contas e fizemos um compromisso de no próximo ano nós

vamos, através da Escola do Legislativo e a equipe técnica do Tribunal de Contas, nós vamos fazer os cursos, preparando melhor a assessoria técnica dos Prefeitos. Vai ser tudo gratuito, é um convênio que nós vamos fazer com o Tribunal de Contas/ Escola do Legislativo e nós vamos fazer por região e dar esse curso preparando os assessores, a equipe técnica de alguns Prefeitos e algumas Prefeituras que nós vemos com dificuldades, muitas dificuldades. Eu sempre estou lá no Tribunal de Contas e eu vejo prestação de contas, os Prefeitos com dificuldades por falta de assessoria. Normalmente, o Prefeito assume como Prefeito, ele não tem conhecimento técnico e aí ele tem que confiar na Assessoria. E se a Assessoria não está preparada aí vai ficar com os problemas depois, depois que deixa o mandato, aí vem a penhora dos seus bens, alguns Prefeitos tiveram que ir até embora do Estado porque eles poderiam ficar até numa prisão para prefeito aqui. Isso já aconteceu. E com isso também nós tratamos com o Tribunal de Contas, o Deputado Laerte estava presente, e ele foi um dos que teve essa ideia também, de nós criarmos um setor no Tribunal de Contas, uma Defensoria Pública dentro do Tribunal de Contas, porque quando o Prefeito sai da Prefeitura, normalmente ele sai com dificuldades financeiras, com mil processos nas costas. Depois ele tem que se defender e não pode pagar advogado, e muitos vão, os processos, à revelia. E eu vejo, não só Prefeitos, Deputados, eu tenho colega Deputado na minha Legislatura aqui, Bianco, que ele saiu e ele falou para mim: "eu já larguei para lá são tantos processos, deixa o dia que...", eu não tenho condições de pagar, vai à revelia, eu não vou pagar e o dia que tiver que cumprir, eu vou cumprir tudo na cadeia". Deputados, que às vezes tem uma situação de salário melhor e eles fizeram isso, quanto mais Prefeitos, Vereadores e Presidentes de Câmara.

Então, nós tivemos essa preocupação. Já discutimos isso com o Dr. Edilson que é o futuro Presidente do Tribunal de Contas e nós estamos trabalhando uma Defensoria para os Prefeitos, para os Vereadores quando deixarem o mandato, dentro do Tribunal para defender as suas contas, poder não ir a revelia, poder ter essa Defensoria.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, nessa questão do Tribunal de Contas, Vossa Excelência me permite, com todo o respeito, me dê só essa Questão de Ordem aqui.

Na semana passada eu estive e ontem também, Bianco, no Tribunal de Contas, até com uns amigos nossos, e eles foram julgados numa tomada de conta e condenado e perderam o prazo de recurso porque é online, ninguém fica acompanhando aquilo. E nós temos que fazer isso de comum acordo com o Tribunal de Contas, mudar isso para o cidadão, Prefeito ou gestor ser notificado pessoalmente porque não dá mais para ser notificado via eletrônica porque ninguém acompanha. Como é que o cara, lá no mato, na roça vai acompanhar todo o dia internet? Não faz isso. Então, nós precisamos já, dentro disso, em comum acordo com o Tribunal de Contas, logicamente, fazer as notificações pessoalmente. Porque senão vocês vão ser muito condenados. Hoje vocês estão na Prefeitura, qualquer processinho vocês são condenados e vocês não acompanham. Ninguém acompanha. E aí publica no Diário Oficial e já foi, perdeu tempo e já foi.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Verdade. Essa foi uma situação que nós discutimos esses dias e o Deputado Laerte teve essa preocupação e isso não pode acontecer. Como você é notificado via online? Não sabe, vem a multa. Essa semana nós recebemos o Prefeito de Vilhena, o Prefeito Rover, ele falou assim: “Deputado, eu não sei mais, eu quero até pagar algumas multas no Tribunal de Contas, mas eu estou com duzentos e oitenta mil de multa, é porque eu doei o terreno para Igreja, é porque não sei o quê, é cinco daqui, dez dali, já está em duzentos e oitenta mil reais”. Então, ninguém aguenta e daí isso vai também fazendo com que o Prefeito se intimide de administrar, e aí fica mau administrador porque tudo que ele vai fazer ele passa a ter medo por quê: “ah, eu não posso fazer. Ah, eu não posso”. As pessoas vão cobrar dele e falar assim: “esse Prefeito nada pode”, e aí ele vai, a cada dia, piorando a administração porque ele vai fazer qualquer coisa, vem à multa do Tribunal de Contas e ele, às vezes, não tem como se defender.

Então, essa é a proposta nossa para o próximo ano de termos Defensor exclusivo para atender os Prefeitos, os Vereadores, os Presidentes de Câmaras no momento que eles tenham uma multa, que eles tenham qualquer coisa. No processo está lá para ele fazer a defesa, “Ah, como é que eu faço isso?” O próprio Tribunal de Contas fala: “Vai com o Defensor”. Então, tem ali um Defensor de dentro do próprio Tribunal de Contas para fazer a defesa para o Prefeito poder ter um pouco mais de tranquilidade, poder sair de processo, de multa, até de prisão que pode acontecer e sobrar para vocês.

Então, esse é o compromisso que nós fizemos com o Tribunal de Contas, o próximo ano nós vamos fazer isso, os cursos para os técnicos e a Defensoria atendendo o pedido dos Prefeitos. E nós mesmos, como eu e o Deputado Laerte passamos por isso, nós sentimos na pele e vimos à necessidade de prepararmos isso e fazer esse convênio com o Tribunal de Contas e aprovar essa Lei criando a Defensoria para atender os nossos Prefeitos. Era essa a notícia que eu acho que é de grande importância para todos os Prefeitos.

Agora com a palavra o Presidente da AROM, Sr. Mário Alves da Costa, o Marinho.

O Daniel está pedindo aqui, Marinho, se você pudesse deixar ele falar, que ele precisa ir num evento aqui. Então ele fala e pediu aqui para falar primeiro.

Então o nosso Vice-Governador com a palavra. E ele vai dar uma saidinha e volta aqui para o fechamento.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto o Vice-Governador se encaminha para falar, registramos a presença do Excelentíssimo Sr. Vereador Cláudio Santos, da Câmara Municipal de Theobroma e Carolina Lenzi, Secretária Municipal de Fazenda de Cacoal, representando a Prefeitura.

O SR. DANIEL PEREIRA – Em primeiro lugar queremos dar graças a Deus pela oportunidade; saudar o Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa Legislativa; saudar o Deputado Laerte Gomes, parabenizá-lo pela iniciativa, em nome dos dois, nos dirigir a todos os integrantes desta Casa Legislativa; saudar o nosso Secretário de Estado da Fazenda, Adjunto Dr. Franco Ono; saudar o Prefeito Marinho, parabenizá-lo pelo trabalho que faz à frente da AROM. Em nome dos Prefeitos

Airton e Josemar e das Prefeitas Lurdinha e Sônia, saudar todos os Prefeitos e Prefeitas que se fazem presentes; os técnicos da AROM, na pessoa da Érica e da Ivonete; o Vereador Marcelo Reis, aqui representando as Câmaras de Vereadores, extensivo ao meu querido amigo Nilton César, Presidente da Câmara de Vereadores de Ji-Paraná que se faz presente, o Vereador César de Candeias, também presente; o Vereador Louro da SUCAM, em nome de Ariquemes, e em nome deles a todos os demais integrantes dos Poderes Legislativos Municipais; Vereador Jairo Benetti, Presidente da União dos Vereadores de Rondônia; o Sr. Osvaldo Rosalino juntamente com o Gilberto, dirigentes da FIERO aqui presente, obrigado pela presença dos senhores, parabéns pelo trabalho que fazem, em benefício do povo de Rondônia. O nosso querido José de Abreu Bianco, o nosso Ex-Governador do Estado de Rondônia, uma enciclopédia viva de como se faz política aqui em Rondônia, uma referência para todos nós. Saudar os nossos amigos da imprensa, o Fábio Camilo, o Lobato, o Wilder, em nome deles todos os demais integrantes da imprensa.

Tem um ditado em espanhol, e eu não posso dizê-lo em Espanhol porque eu não sei nada de espanhol, mas ele diz o seguinte: “eu não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem”. É mais ou menos a questão nossa, que a gente está vivendo com relação a essa senhora, de nome crise. Eu não acredito que ela existe, mas, no entanto, que ela existe, existe porque está incomodando todo mundo.

Então, é mais do que conveniente essa discussão aqui, apresentada neste momento, iniciativa do Deputado Laerte até como ex-prefeito, ex-presidente da AROM, pessoa mais do que balizada e comprometida, e profundo conhecedor da causa, abrilhantado, neste momento, com a Presidência do Deputado Maurão, cujo primeiro mandato que exerceu foi o mandato de Prefeito e o fez com tanta competência que hoje é o nosso Presidente da Assembleia Legislativa. E tenho certeza que grandes Projetos políticos ainda o aguardam pela frente.

Mas nesse contexto de dificuldades econômicas, nós temos pouquíssimos Estados que estão, pelo menos, momentaneamente em situações menos grave, vamos chamar assim. E Rondônia tem o privilégio de estar nessa situação, fruto do trabalho, foi citado aqui, do Ex-Governador Bianco, e nós poderíamos estender isso aos demais Governadores também, porque se a gente fizer uma leitura rápida da passagem de cada um dos nossos Ex-Governadores, todos eles deixaram um legado para o Estado de Rondônia. Não é diferente com relação ao Governador Raupp, ao Governador Cassol e tenho certeza que não vai ser diferente essa gestão também do Governador Confúcio Moura.

Nós temos Estados tradicionais como é o Estado do Rio Grande do Sul, que não está aguentando a pagar sua folha de pagamento, que não é um problema econômico do Estado Rio Grande do Sul, é um problema administrativo político do Governo do Rio Grande do Sul. Mas isso também chega ao Palácio do Planalto nas suas cercanias, através de Brasília. Estive num evento, recentemente, com o Governador de Brasília e ele entende que não vai conseguir fechar o ano, o pagamento dos servidores público. E vai ser um caos, porque os servidores públicos de Brasília são muito bem organizados e uma crise em Brasília se alastra, se soma às outras crises que se vive

também no Governo Federal, causando problema para todo mundo.

Somado a isso, nós temos alguns outros problemas, o Estado de Rondônia em particular tem a questão do sistema penitenciário. Eu tive o privilégio de estar nesta Assembleia Legislativa em três mandatos. O primeiro deles, a impressão que eu tinha é que não existia sistema penitenciário. Eu nunca ouvi a palavra presídio ser pronunciada aqui no plenário desta Assembleia. Quando foi no segundo mandato, já o Governador Bianco à frente do Governo do Estado, começaram os nossos problemas e pelo que nos consta, transferiram uns apenados de alta periculosidade do Centro-Sul do país para cá e aí acabou o sossego no sistema penitenciário nosso. E ele se avoluma de tal maneira, que hoje Rondônia tem, proporcionalmente, a maior população carcerária do país. Nós temos quase 10 mil presos para uma população de aproximadamente 1 milhão e 800 mil pessoas. Então é muito preso.

Se delinque mais, aqui em Rondônia? Acredito que não. Acredito que a Polícia Militar nossa é muito eficiente, a Polícia Civil nossa é muito eficiente, o Ministério Público nosso recebe um trabalho bem feito da Polícia Militar e da Polícia Civil, permite a instauração de uma boa denúncia. E isso permite que o Judiciário possa agir dentro da sua missão, condenando e essas sentenças não sendo mudadas. Mas a consequência disso é presídios superlotados e problemas seriíssimos para o nosso Estado.

O Governador diz o seguinte: "o único problema que pode quebrar o Estado de Rondônia é o sistema penitenciário". Os conflitos no campo, o Estado novo, como é o caso do nosso, cujas propriedades ainda não foram 100% regularizadas, em que pese o Governador Confúcio Moura ter sido, até o presente momento, na história do Estado, o único Governador que diretamente promove a Regularização Fundiária, mas estamos muito longe de pacificar o campo com a definição de cada um ter o seu título de propriedade daquilo que é seu.

O Governo do Estado tem procurado fazer o melhor. Por exemplo, nós temos a Rondônia Rural Show, que é um evento novo, mas colocado já entre as 10 maiores feiras agropecuárias do país. É preciso a gente citar que de todas as dez, a mais nova é a de Rondônia. E a mais nova, depois da nossa, tem 30 anos, a nossa tem 04. Então, o povo de Rondônia tem uma capacidade fantástica de fazer algo grande. E a Rondônia Rural Show é um evento dessa natureza. Mas por que é que aquilo lá é grande? É grande porque o povo de Rondônia que abraça, os senhores Prefeitos, os senhores Vereadores, as entidades como é o caso da FIERO, da FECOMERCIO, Federação da Agricultura e as outras entidades mais. Começamos agora a Portoagro. Sucesso total aqui em Porto velho, 60 mil pessoas passaram por essa feira no seu primeiro ano de existência. A Feira Agropecuária de Cascavel passa 240 mil pessoas, mas ela tem 30 anos. Aqui, na primeira já passou 60 mil pessoas. O ano que vem vai passar 120, no outro ano vai passar 180 e assim vai crescendo de forma gigantesca.

O Estado de Rondônia está vivendo um processo de distribuição de calcário. É a primeira vez da história de Rondônia que um governante pega e fala: "olha, vocês vão entregar mil toneladas de calcário para cada município". É a primeira vez que é feito isso porque há 05 anos não tinha condições de fazer. A produção de calcário de Rondônia há 05 anos, era 17

mil toneladas/ano. Você teria que somar 3 anos de produção para fazer aquilo que o Governo do Estado está fazendo, a título gratuito, com relação ao calcário. Agora, a gente não pode tergiversar o problema que a questão do calcário. O problema não é o custo do calcário, esse é parte do problema. O problema maior é o transporte que a gente precisa achar um caminho para tornar menos oneroso isso para o município, consequentemente para o produtor.

E nós poderíamos estender aqui num compromisso do Governador com relação ao municipalismo, até porque o Governador teve o privilégio de ser Prefeito de Ariquemes e aprendeu sofrendo, porque na época que ele foi Prefeito, infelizmente, as relações aqui no Estado de Rondônia não era construída da maneira como ela é agora. Não é uma crítica ao governante do passado, é uma observação de um fato.

O Governador, quando ele fez a distribuição desse programa, foi mil toneladas para cada município, 52 mil toneladas. O Governador não perguntou se o Prefeito fez campanha para ele ou se não fez, se ele ganhou a eleição no município ou se ele perdeu. Tratou todo mundo com o mesmo critério.

Conversava com o Secretário de Esporte e, ao Secretário de Esporte, o Governador deu a mesma orientação, "se você tivesse 52 bolas de futebol, é uma bola de futebol para cada município, não tem essa do município 'a' ou 'b', porque é mais amigo de 'a' ou de 'b' receber duas para o outro não receber nenhuma."

Então, tem sido essa a dinâmica do Governador Confúcio Moura, que não precisa que eu faça essas apresentações, até porque os senhores conhecem isso, como Prefeitos e Prefeitas que conhecem melhor o que eu estou falando. Posso citar, por exemplo, Jarú, a parceria do Governo do Estado com a Prefeita Sônia, mas a parceria agora: "ah, mas o Governador está fazendo parceria agora porque a Prefeita Sônia ajudou o Governador". Mas em 2013, o processo eleitoral andando, o Partido dos Trabalhadores com um candidato a Governador e lá estava o Governador Confúcio Moura ajudando o município de Jarú, que naquele momento era governado por uma Prefeita do Partido dos Trabalhadores. Ou seja, o Governador é um municipalista por excelência.

Diante desse contexto, e o que é objeto desta Audiência muito bem convocada, eu gostaria de deixar aqui alguns desafios para a gente enfrentá-los. Vou começar pela fala do nosso querido Deputado Laerte com relação ao FITHA, e ele tem autoridade para falar sobre isso. Enquanto o senhor falava, já buscamos informações e nos próximos dias chega aqui o Projeto, conforme foi combinado com a nossa Associação Rondoniense de Municípios. E nem poderia ser diferente porque é o interesse do Governador que assim seja.

Sobre a questão do licenciamento. Gostaríamos de aproveitar a presença majoritária dos Prefeitos aqui, Deputado Laerte, não é intenção do Governo do Estado cobrar um centavo de licenciamento dos municípios. Agora, se nós queremos criar uma política de dinamizar este Estado, uma das questões que precisa ser resolvido, presença aqui da nossa Federação da Indústria e Comércio, é a questão do licenciamento ambiental, que é uma espécie de 'Calcanhar de Aquiles' do Brasil. Eu tive o privilégio de assistir, de camarote, uma reunião com a Ministra do Meio Ambiente e a representação dos 27 Estados. E o

chororô é igual em todos os Estados da Federação. Demora-se dois anos para fazer um licenciamento de um empreendimento, mas por que é que isso demora tanto? Porque está concentrado num ente só. O que é que nós podemos fazer aqui? e o Governo do Estado estimula para que assim seja. Os licenciamentos locais, nós vamos criar mecanismos para fazer lá no município. Por que é que um posto de gasolina de Cerejeiras tem que ser licenciado aqui? Por que é que uma cascalheira lá de Candeias tem que trazer para SEDAM fazer o licenciamento? Vamos licenciar esse negócio lá no município. Vamos deixar para o Estado só os investimentos maiores, porque aí a gente vai poder se dedicar, Sr. Rosalino, para os grandes empreendimentos. Se a gente conseguisse reduzir pela metade a demora do licenciamento para os grandes empreendimentos, já seria um salto fantástico. O Governo do Estado não consegue fazer isso sozinho. A gente precisa discutir isso. Essa discussão está avançada nos 52 Municípios. Nós temos 15 que já têm parceria nesse sentido. Cito o caso de Porto Velho, nos próximos dias nós vamos lá a Ji-Paraná, que o Prefeito Jesualdo vai receber a implementação disso. E é algo pontual que nós temos que buscar. Por quê? Porque se for um ente só licenciando tudo, de padaria, eventos que são importantes, mas são importantes para a comunidade, até para poder fiscalizar, vira um monstro que você faz o licenciamento, tem a obrigação de licenciar, mas também tem a obrigação de fiscalizar. Como é que você faz essas duas ações? Faz pessimamente a primeira e a segunda é inexistente, não é? Então uma ação concreta para a gente buscar solução para ela. Sei que não é fácil, sei das dificuldades estruturais dos municípios, mas temos que equacionar isso.

Queremos deixar aqui também, Presidente Maurão, essa é uma informação, eu participei a semana passada no Congresso Nacional da elaboração do orçamento da União. Os parlamentares de Rondônia, os 11 parlamentares colocaram uma emenda destinada a máquinas e equipamentos para a distribuição aos municípios do Estado de Rondônia. Os 11 parlamentares, eu estava presente lá, e me consultaram as respeito da seguinte possibilidade, dessa emenda ser passada para o Estado e cada uma dos parlamentares fazer a distribuição de forma equitativa, em 11 partes, e eles distribuindo para os municípios, de acordo com a sua conveniência política. Nós, de forma alguma nos opomos, até porque a gente sabe que essa discussão vai se dar com a AROM, com a Associação Rondoniense dos Municípios e se a gente conseguir, mesmo que passando pelo Estado, chegar aos municípios o benefício, para nós está perfeito. Nós não iríamos lá, não era intenção nossa de ir até os parlamentares federais e falar, 'olha, nós queremos administrar isso para que o Governador, o Vice-Governador, um Secretário de Estado, tire proveito político disso'. Não é essa a intenção. Quanto mais benefícios tiverem aos Prefeitos, aos municípios, para nós, melhor é, porque é menos problema para o Estado poder compartilhar com os municípios.

Nós queremos, Presidente Maurão, neste momento, fazer um apelo, nós estamos em vias, se a situação está difícil, ela pode piorar. Imagine um cenário, por exemplo, de fechar todas as serrarias. E esse cenário existe. Por que é que existe? Porque a legislação brasileira determina que todos os resíduos dessas serrarias não podem ser queimados. Eles têm que ter uma destinação que já está dentro de um planejamento elaborado,

que é transformar em energia, através de uma usina aqui no município de Itapuã, que vai atender Ariquemes e toda, que hoje é o maior polo madeireiro que nós ainda temos no Estado, só que precisa ser licenciado, essa empresa para... E tem um projeto aqui na Assembleia, de iniciativa, não é um projeto do Executivo, é um projeto de iniciativa do Deputado Luizinho Goebel, que visa única e exclusivamente equiparar a legislação estadual àquilo que estabelece o CONAMA. Qual é a diferença disso? Porque o CONAMA é menos exigente com relação aos limites de licenciamento do que é o Estado de Rondônia. Então é um pedido, Deputado Laerte, Deputado Maurão, que esta Casa Legislativa nos permita a ter esse benefício legal, do ponto de vista ambiental, para que a gente possa ter de imediato só um grupo empresarial gerar mil empregos novos aqui. A metade deles, aproveitando a madeira do rio Madeira, um projeto para ser colocado em Mutum Paraná, uma localidade desértica, que não tem nenhuma atividade econômica e isso vai salvar aquela comunidade. Mas mais do que isso, vai aproveitar um milhão de metros cúbicos de madeira que transita por ano no rio Madeira. E o outro vai ser implementado em Itapuã. Vai gerar inúmeros empregos lá para o meu amigo Genis ficar feliz com a comunidade dele e mais do que isso, vai criar condições de que as madeiras não sejam autuadas e multadas. Então é uma contribuição que a gente pede, neste momento, à Assembleia Legislativa, peço mais como cidadão, que não tenho o direito de vir aqui cobrar uma postura da Assembleia Legislativa, mas trata-se de um projeto de lei de iniciativa do Deputado Luizinho, repito, não é um projeto do Governo do Estado, mas é algo que vai trazer benefício ao Estado. E como nós estamos aqui, frente à Prefeitos que estão tratando de crise, não tem melhor maneira de empurrar essa senhora chamada 'crise' para lá, gerando emprego. E nós poderemos, numa lapada só, criar mil empregos.

Mas nós temos também o grupo Rovema, do nosso amigo Adélio, o qual eu quero parabenizar aqui no plenário da Assembleia, pela condução da Portoagro, que também tem o empreendimento dele para fazer, em várias comunidades isoladas, que não tem energia elétrica, que está aguardando o andamento dessa lei, sob pena de ter que fazer um EIA-RIMA, gastar sabe-se lá quanto mais, onerando a atividade empresarial, e conseqüentemente, demorando.

Devo deixar aqui, Presidente, para terminar, mais dois compartilhamentos. Seríamos falsos chegar aqui e falar, 'não, pode deixar que o governo do Estado vai resolver o problema dos municípios'. Não vai. Nós temos que, cada um, somar as nossas dificuldades. O que podemos fazer, o Secretário Ono está aqui, vai colocar a perspectiva econômica do Estado, sentar com a Secretaria de Planejamento nossa e dentro daquilo que o Estado tem de recurso disponível para investimento, nós procurarmos discutir aquilo que é mais estratégico para os municípios.

Agora, eu ousaria sugerir que a gente pontuasse alguns projetos que sejam capazes de empurrar essa senhora chamada 'crise' para um outro canto. Por exemplo, um problema que afeta os 52 municípios, a questão do tratamento do resíduo sólido. Tem município que está gastando quase todo o orçamento dele, do que sobra, para enterrar o lixo. Mas nós temos município, em Rondônia, que descobriu uma

maneira diferente de fazer isso. O Prefeito Neuri, por exemplo, de Ministro Andreazza, o que ele levava por mês, para o lixão, para o aterro sanitário, vamos usar o termo técnico, ele está levando, agora, no ano, por quê? Porque ele montou uma estrutura de coleta seletiva no município dele, e ele só está levando os 15% do lixo produzido na comunidade dele, para o aterro. Então, é praticamente o ano, que ele gastava no mês. E ainda, de quebra, gerou alguns empregos diretos lá no município dele, com relação aos catadores.

Então, é uma sugestão que a gente deixa para a gente compartilhar aqui. Já conversei isso com o Deputado Maurão ontem, seria a gente buscar a possibilidade de cada Deputado, com as suas emendas, apadrinhar um município por ano, algo em torno de 400 mil reais de investimentos diretos nos pequenos municípios, em dois anos a gente atenderia 48 municípios. Como nós temos o privilégio de ter 52, Porto Velho e Ji-Paraná têm o tratamento diferenciado devido ao tamanho, e até estou encaminhado isso por outros caminhos, a gente resolveria isso em dois anos. Isso é algo que nenhuma unidade da Federação terá condições de fazer, além de ser um passo altamente positivo do ponto de vista político, é algo altamente positivo do ponto de vista da saúde. Porque acabar com essa esculhambação de lixo jogado para tudo quanto é local é melhorar a qualidade da saúde pública.

E, por fim, Deputado Maurão, eu sei que é meio complexa essa discussão, ela é necessária. Cacoal nos procurou com a possibilidade de incrementar o polo de confecções e também o polo de calçados. Nós estamos, hoje, produzindo milhares de peles bovinas e indo embora in natura, nenhum centavo de tributo fica no Estado. Então, tem um empresário de Cacoal que está transformando isso, nós temos que incentivar essa atividade. E o que eles querem fazer? Eles querem colocar um shopping lá na cidade de Cacoal para ser uma referência na questão de confecções. E como a gente fica contente em descobrir os nossos potenciais, às vezes os brasileiros saem, Prefeito Airton, para comprar roupa em Miami. Ele acha que ele vai comprar roupa americana. Ele compra roupa da Índia, do Afeganistão, compra de mil e um cantos, menos americana. E nós temos, aqui, produção nossa, com a qualidade muito superior e um preço muito melhor. E a gente só descobre isso quando está em outro canto do planeta.

Então, já conversei com o Deputado Maurão, Cacoal tem uma feira industrial nas próximas semanas e, quem sabe, um bom ajuste entre o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, a gente não possa, tendo o senhor Rosalino à frente, levar essa possibilidade concreta lá para Cacoal. Por que eu estou citando isso? Porque se a gente quiser resolver esse problema da crise de uma vez por todas, a gente tem que trabalhar ações que não sejam meramente paliativas, que amanhã você tenha que refazê-las novamente. Mas que você desenvolva algumas ações que por si só, elas sejam capazes de elevar a autoestima da população e consiga incrementar novas fontes de produção e desenvolvimento, gerando novos empregos e gerando novas oportunidades.

Então são algumas considerações que nós gostaríamos de fazer, parabenizamos e reiteramos os nossos elogios ao Deputado Laerte, ao Deputado Maurão, colocando o Governo do Estado, os senhores sabem melhor do que eu, o que eu estou falando, porque convivem a mais tempo do que eu com

Governador. Mas reiteramos esse compromisso do governo do Estado, de ser parceiro de todos os municípios. Aqui não é um governo que fala: 'bom, esse aqui é do meu grupo, eu trato de um jeito, aquele lá não é do meu grupo, eu trato de outro'. A reclamação do Governador Confúcio é ao contrário, dizem que ele trata melhor os adversários do que os aliados. Então, talvez ele faça isso até porque quando ele foi Prefeito, ele sofreu muito e ele não quer que nenhum Prefeito passe pelo mesmo sofrimento que ele passou.

Então era isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade, eu vou me retirar rapidamente, que estão discutindo outro assunto superimportante aqui no plenarinho, eu vou lá e volto para cá. Até porque para resolver o assunto que eles querem discutir lá, primeiro tem que resolver isso aqui. Parabéns, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Daniel, Vice-Governador de Rondônia. Eu já falei algumas vezes para o Daniel que eu gostaria, se um dia eu tivesse a oportunidade de ser Governador, de ter um vice como o Daniel, um cara atuante e realmente um vice que faz o seu papel de vice mesmo, com muita eficiência, com muita dedicação, com muito trabalho. Então, parabéns, Daniel. Obrigado pela sua presença e, portanto, as suas colocações.

Eu quero aqui dizer do Projeto do Deputado Luizinho, que nós temos, a semana que vem não temos Sessão, vamos ter na outra semana, que nós vamos está indo nessa viagem da BR 319, nessa caravana, pelo menos 15 Deputados estão indo, e nós não vamos ter Sessão. Mas próxima semana, o Bianco já esteve me cobrando aqui também, o Rosalino, os empresários, nós sabemos da importância desse Projeto e está hoje sob a relatoria do Deputado Léo Moraes. Ele está viajando, teve que fazer uma viagem, ele volta na próxima semana e eu vou pedir urgência nesse Projeto que eu sei da importância dele, o quanto ele vai gerar de emprego. Muito obrigado, Daniel. Foi importante outras pontuações, o Daniel citou aqui questão dos Prefeitos pontuarem, importante, Presidente da AROM, Marinho, que todas as situações dos municípios sejam discutidas com os Prefeitos e sejam pontuadas, que venha para nós e para o Governo, para que a gente possa ajudar a superar as dificuldades no momento da crise.

Com a palavra o Presidente da AROM, Marinho. E agora registrar aqui a presença do Deputado Cleiton, grande Deputado da região de Pimenta Bueno. Para nós é uma alegria, Cleiton, tê-lo mais uma vez nesta Casa. Eu sei da eficiência, do grande trabalho que Vossa Excelência está fazendo, portanto, vossa presença aqui faz engrandecer mais esta Audiência que é de grande importância para o Estado de Rondônia, para os Prefeitos e Vereadores e para nós somos de Rondônia. Obrigado pela sua presença.

Com a palavra Presidente da AROM.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, antes das palavras do Presidente da AROM, queremos registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Francisco Idalgo, da Câmara de Cabixi.

Senhoras e senhores, exceto o Presidente da AROM, que terá um tempo para a apresentação, nós teremos, para os próximos oradores, um tempo máximo de até quatro minutos.

O SR. MÁRIO ALVES DA COSTA - Bom dia a todos os Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras, Secretários. Nós estamos felizes por contar com a presença de vocês nesta manhã aqui de quinta-feira aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para esta Audiência, que tem uma importância muito grande para todos nós. Mas ao tempo que está acontecendo esta Audiência aqui, nós também estamos com a nossa equipe, que eu faço parte da Diretoria da CNM também, Confederação Nacional dos Municípios, a nossa equipe, neste momento, está reunida com a equipe da Presidente Dilma. Nós conseguimos marcar audiência e hoje, então, estamos trabalhando em duas frentes, trabalhando em Brasília e trabalhando aqui na Assembleia Legislativa.

Eu quero cumprimentar aqui primeiramente o Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa de Leis, agradecer-lhe por aceitar com que o Deputado Laerte, fizesse aí esta Audiência Pública juntamente com AROM, com os Prefeitos e Vereadores e com o Governo do Estado, com os demais Deputados. Agradeço muito Deputado Maurão, obrigado. Cumprimentar também o nosso Vice-Governador Daniel, que acabou de falar em breve estará aqui de volta; Deputado Laerte Gomes, que é o proponente desta Audiência Pública, ele abraçou o nosso pedido, e a partir do momento, não demoramos - o quê? - 20 dias para esta Audiência estar acontecendo. Então, eu quero agradecer, Deputado Laerte Gomes, em continuar sendo o parceiro dos municípios. O senhor sabe muito bem o que é ser Prefeito, porque dois mandatos também por lá passou no município de Alvorada, assim como o Deputado Maurão, assim como vários Deputados e sabe da dificuldade que nós estamos passando neste momento. Então, o senhor foi sensível a nossa causa, e nós queremos agradecer muito ao senhor por esse ato.

Cumprimentar o Franco Ono, que é o Secretário Adjunto da SEFIN, e que tem nos atendido muito bem juntamente com o Secretário Wagner. Tem nos atendido da forma que... O Governador tem colocado a gente para conversar com eles e nós temos tendo um bom diálogo. Cumprimento aqui o Vereador Marcelo Reis, representando a Câmara de Porto Velho. Muito obrigado por estar aqui conosco. Vereador Jairo Benetti, Presidente da UCAVER, que é a Associação dos Vereadores. Muito obrigado, Jairo, pelo apoio, por essa liderança que o senhor tem em ajudar a trazer os Vereadores para as reuniões, para discutir os assuntos que estão assolando aí os municípios. Cumprimentar o nosso amigo Osvaldo Rosalino, que está aqui representando a FIERO. Muito obrigado pela presença. A FIERO, nós temos trabalhado uma parceria muito interessante com a AROM, temos discutido muito com o Presidente Marcelo, com toda a equipe da FIERO, com o nosso companheiro que aqui está ajudando e toda a equipe lá, toda equipe da FIERO. Então, eu quero agradecer. E quero também cumprimentar o nosso Governador, eterno Governador José de Abreu Bianco, que teve uma passagem importante como Governador do nosso Estado de Rondônia, e hoje continua no cenário contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado, da nossa FIERO, da Indústria e Comércio, dos municípios.

Então, eu quero agradecer ao senhor.

Eu vou fazer uma apresentação, quero cumprimentar o Vereador Reginaldo, lá do meu município, Vereador Eustácio, Vereador Lourival e também meu amigo Secretário de

Agricultura e, em nome deles, cumprimento todos os Vereadores. Todos os Vereadores são importantes demais nesse contexto, neste momento que nós estamos vivenciando, é importante os Vereadores estarem atentos, estarem participando em saber como é que está a situação verdadeira dos municípios.

E antes de eu começar a apresentação, eu quero só fazer um convite aqui, que vai acontecer aí, pelo Deputado Federal Luiz Cláudio, ele está convidado, que vai acontecer a reunião sobre a CAF - Corporação Andina de Fomento. Nesse encontro, vamos conhecer o Instituto Financeiro Multilateral CAF, as linhas de créditos e os serviços financeiros oferecidos pela organização. Faço questão de fazer esse convite porque é uma das saídas para os nossos problemas. Então, essa reunião é de muita importância já que esses recursos, nós poderemos buscar ele a fundo perdido aí, sem precisar pagar. Então é algo que para nós é de importância.

Cumprimentar toda diretoria da AROM, Vice-Presidente Warley, muito obrigado por estar aqui conosco hoje. Também o Marcos Aparecido, Marcão de Alto Paraíso; o Prefeito Célio, não pode estar aqui hoje, faz parte da Diretoria, mas hoje está lá no município dele com um evento, não teve como sair. Cumprimento também todo o pessoal do Conselho da AROM, o Wilson Japonês, do Vale do Anari; José Lima, do Theobroma; José Silva, de Nova União; o Senhor Airton Gomes, de Cerejeiras, em nome dos quais eu cumprimento todos os demais Prefeitos. Eu acho que todo mundo já falou o nome dos Prefeitos aqui, nós temos uma quantidade grande de Prefeitos e Prefeitas, temos duas Prefeitas aqui hoje no nosso recinto.

Eu quero nesse momento, nós fizemos ontem, juntamente com a Érica, juntamente com a Dra. Ivonete, com a equipe da AROM, a Lúcia, a equipe da AROM, nós fizemos uma apresentação para esta Audiência e reduzimos o máximo possível para, num tempo bem curto, a gente fazer essa apresentação. Vai passar aqui no telão, que é sobre os restos a pagar, sobre o FPM, sobre os programas, o número da crise, explicando ao cidadão a verdade sobre a crise. Isso não vai ficar só aqui, isso vai para mídia também porque é importante, Prefeito de Castanheiras, é importante nossa população ficar sabendo o que nós estamos passando, o porquê é que nós não estamos conseguindo atender todas as demandas da nossa comunidade. É importante nós falarmos, Prefeito de Cacaulândia, para nossa população e aqui é o momento da gente fazer essa discussão, de mostrar isso e isso aqui ir para mídia e a população ter acesso a tudo isso.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, quando os municípios foram elevados à condição de entes federados autônomos, ocorre uma constante descentralização da execução das políticas públicas, mas sem os correspondentes recursos financeiros para fazer frente a essas novas responsabilidades. E aí a gente pode citar: saúde, educação, assistência social..., são vários setores que foram colocados para nós as responsabilidades, mas os recursos não vieram à altura para que a gente cumprisse com essa responsabilidade. E um agravante pior, e nós não estamos aqui falando de Governo, esse ou aquele, Presidente que passou ou o Presidente que está. Mas no modelo de repartição dos impostos arrecadados, este é o mais agravante de tudo, onde 60% vai

para União, onde 25% vai para o Estado e onde 15%, 14% vão para os municípios e aí vem fazendo com que os municípios, cada dia que passa, eles venham se enfraquecendo mais.

Eu coloquei aqui o Fundo de Participação, mas já vou para outra tela já, que é o comportamento do FPM, que nós podemos fazer um comparativo de 2012 para cá, o quanto nós recebemos a menos de FPM.

Em 2012, nós recebemos 84 bilhões de reais e agora, em 2015, nós recebemos 74 bilhões de reais. Então, o comparativo interessante de mostrar para vocês, e mostrar para os Deputados e mostrar para nossa população, que há aí uma perda de 10 bilhões, que deveriam ser distribuídos entre os municípios brasileiros e os municípios, claro, aqui do Estado de Rondônia.

A deteriorização do FPM. Nós tivemos aí, na Constituição de 1988, os impostos do IPI e Imposto de Renda. Só em cima disso aí, nós deveríamos receber em torno de 14 milhões e nós recebemos 09 milhões. Então, nós tivemos aí uma perda de 4.834 milhões.

Aí, nós vamos para outra situação que também nos agrava, que já vem na desoneração dos impostos. Os municípios deixaram de receber o Fundo de Participação – FPM, entre 2008 e 2014, a soma de 121 bilhões de reais, no país inteiro. Aqui em Rondônia, foi em torno de 01 bilhão e 57 milhões de reais.

Isso gente, está fazendo com que hoje nós estejamos lá nos nossos municípios, caindo o cabelo, cortando gratificação, cortando Portarias, paralisando as nossas ações, que estavam previstas, está fazendo com que isso aconteça, essas perdas todas que nós tivemos.

Então nós temos que levar isso ao conhecimento do nosso povo para que saiba porque, não somos maus gestores não. Todos nós temos muita vontade e acredito que muita capacidade de fazer gestão no nosso município. Mas gestão sem dinheiro é como a casa da gente, às vezes queremos comprar um carro novo, mas se não tem dinheiro ficamos com o ninho velho mesmo.

Impactos dos aumentos salariais. É importante a gente falar disso aqui também. Uma política pública que tem impacto muito expressivo nas contas municipais é o reajuste do salário mínimo acima da inflação, uma coisa boa para a nossa população. Mas isso também tem dificultado para os municípios, principalmente para os municípios pequenos da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tem dificultado para nós porque nós não temos uma receita grande, e aí dependemos de tudo isso e quanto mais se aumenta, pior fica para a gente.

O salário mínimo, se somados os efeitos da política de 2003 até a previsão para 2016, o impacto total será de 22,2 bilhões nas despesas com pessoal nos municípios brasileiros. Em Rondônia nós teremos um impacto em torno de 20 milhões e 991 mil reais. Então esse impacto vai recair lá em cima do município também, já está recaindo lá para nós pagarmos a conta.

Piso Nacional do Magistério. Não somos contra de forma alguma. Nós somos totalmente a favor que o piso do magistério, ele não vá o ano que vem subir 43%, como já está lá nas Comissões, a Lei para ter um aumento de 43%. Nós queremos que aumente 100%. Só que junto com isso venha o recurso, aumente o recurso do FUNDEB para a gente poder cumprir com essas obrigações nossas.

Se nós olharmos aí, de 2010 a 2015, passou de 1.024 reais, o salário, para 1.917 reais. Então teve um aumento de 87,9%. O salário mínimo cresceu 54% e o recurso do FUNDEB, que é a fonte de recurso para o pagamento do piso, cresceu somente 59%. Então de 87% para 59%, é uma diferença grande e nós estamos pagando essa conta. Nós estamos pagando e por isso que nós estamos aplicando 30%, 32%, onde deveríamos aplicar 25% lá na Educação. Eu já estou aplicando 32% e não consigo fazer educação de qualidade, não consigo ter transporte de qualidade, não consigo ter escola de qualidade. Então tudo isso vai acarretando problemas para nós.

Aí temos o cenário aonde a Lei 11.494, de 2007, que deixa claro que nós deveríamos aplicar, em pessoal, 60%. E na manutenção e desenvolvimento da Educação, nós deveríamos aplicar 40%. Rondônia hoje está aplicando como? Eu não estou nem falando em nível Nacional, em Rondônia nós estamos aplicando 75% em vez de 60%. E em vez de nós aplicarmos na manutenção os 40%, nós estamos aplicando 24%. Por isso que as nossas escolas hoje estão sendo alvo de crítica por todo mundo, o nosso transporte, e tudo que vai na questão educação. O piso nacional do ACS e também do ACE. O impacto do piso foi 1,3 bilhões de reais, automaticamente impactou lá no município.

Já vamos para o subfinanciamento dos programas federais, que aí eu vejo um agravante muito grande, que existe um grande problema em vários casos, os municípios gastam 2/3 a mais do que recebem para executar esses programas. Atualmente existem em torno de 397 programas do Governo Federal. Programas ótimos, eles têm programas excelentes e nós não temos que desmerecê-los não. Nós temos o PSF que é um programa fantástico. É um programa de saúde, até a sigla combina, PSF, Programa da Saúde Fantástico. Muito bom, porque nós evitamos com isso um maior fluxo nos hospitais, nós evitamos que as doenças se tornem crônicas, quando nós fazemos o PSF funcionar da maneira correta.

Só que aí que vem o problema. Vamos dar só esse exemplo para não nos alongarmos muito. O PSF, hoje, para nós fazermos funcionar, nós temos que ter a equipe completa de profissionais, é enfermeiro, é médico, é técnico de enfermagem, é o zelador, é a cozinheira enfim, é uma equipe completa. Nós gastamos 32 mil reais para manter uma equipe completa do PSF. E nós estamos recebendo de 7.130 reais a 10.695 reais. Então assim, estão muito diferentes as coisas. Nós precisamos sensibilizar o Governo para equiparar esses valores, para que a gente possa continuar oferecendo serviço para a nossa população e não falindo os nossos municípios.

O Programa de Alimentação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como foi colocado aqui pelo Deputado Laerte, R\$ 0,30 que vem para a gente dar a merenda, por dia, para cada aluno, Deputados. Com R\$ 0,30, nós damos 3, 4 merendas ali no dia, para o aluno, R\$ 0,30 é a mesma coisa que nada. Nós temos que inteirar com R\$ 1,50, R\$ 1,90, cada município tem a sua realidade. Então assim é outra questão que nós estamos com uma defasagem de 41%. Só fazer esse comparativo que está aqui. Quando começou, lá em 1994, era R\$ 0,13; valor atual R\$ 0,30; valor corrigido R\$ 0,43. Só isso aí, já daria 41,8% de defasagem. Mas não é só isso, eu sei pelo meu município. Lá eu não gasto R\$ 0,43. Eu gasto quase dois reais de alimentação para as crianças, por dia, na escola. E assim são nos municípios, praticamente todos.

O transporte escolar é outra situação que também os Deputados devem ter conhecimento disso e a população também hoje passa a ter, se não tiver. Nós temos uma perda de 41%, comparando só de 1995 para cá. Quando começou o programa, o valor inicial do programa era R\$ 76,00 por aluno, hoje ele está em R\$ 120,00 e ele custa R\$ 171,00. Então dá uma defasagem de 41,8%, sem levar em consideração que nós não pagamos por aluno, o transporte escolar. Nós pagamos por quilômetro rodado e por aluno. Então, graças a Deus, nós temos que buscar ajuda do governo do Estado e o governo do Estado tem nos ajudado a fazer com que minimize um pouco esse sofrimento, mas ainda estamos sofrendo muito, muito, muito. Nós temos que reverter essa situação aqui, porque o transporte escolar, hoje, é um grande calo na maioria dos municípios. Eu posso citar, Deputado Laerte, o meu município que tem 65 ônibus rodando todos os dias. Sessenta e cinco ônibus rodam mais de 5.100 quilômetros diários. Então eu gasto 8 milhões de reais de transporte escolar anual. Então é um pesadelo para qualquer prefeito não conseguir dormir a noite. E se a gente olhar o que vem do governo federal, vem 477 mil para o meu município; aí eu venho no Estado, o Estado coloca mais lá, vamos colocar 3 milhões, mas ainda está longe para o município conseguir cobrir com recursos próprios, municípios que não têm uma arrecadação, tipo Machadinho, Cacaulândia, Vale do Anari, vários outros municípios pequenos que não têm arrecadação própria grande.

O atraso dos repasses, isso também tem dificultado muito todos nós com a nossa população. Nós temos tido problemas sérios. Graças a Deus, parte disso já foi resolvida, mas nós temos na área social ainda um déficit muito grande. E por isso que o pacto federativo tem que acontecer o mais rápido possível. Mas o que é que tem a ver pacto federativo aqui com os Deputados Estaduais hoje, e com os Prefeitos? Tem tudo a ver. Porque se nós tivermos a ajuda da bancada estadual nossa, se nós tivermos a ajuda dos nossos Vereadores, a união dos nossos Vereadores, dos nossos Prefeitos, se todo nós cobrarmos dos nossos Deputados Federais e Senadores, nós vamos fazer com que esse pacto federativo que há anos e anos está lá para ser implantando, para ser rediscutido, ser modificado e que não acontece, se nós nos unirmos, nós vamos fazer com que isso aconteça. E nós vamos resolver a maioria dos nossos problemas que hoje nos perturba.

Então eu acredito assim, que além disso tudo aí nós teríamos mais, em torno de 30 páginas, se nós fôssemos colocar aqui para discutir, mas nós resumimos para não ficar enjoativo. Mas eu acho que é um 'basicão' para a gente ter uma ideia do que estamos passando.

E aqui no Estado nós temos o FITHA, vem esse projeto de lei agora, conforme o nosso Vice-Governador falou, os Deputados só estão esperando chegar aqui para ser aprovado, é consenso.

Nós temos a questão das licenças ambientais para tirar essa carga dos municípios, até que os municípios possam se estruturar e montar a sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Eu tenho lá no meu município, mas mesmo tendo a Secretaria, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente só pode fazer o que é de baixa complexidade, alta complexidade não. Eu tenho obra lá que eu paguei mais de 20 mil reais de licença

ambiental. Então, se esse projeto que vem para cá for aprovado, já vai tirar um gasto grande de nós todos também.

Então eu quero aqui, através desse conjunto de informação, serve para mostrar à sociedade brasileira porque os municípios hoje estão nessa situação, porque pedem que os recursos sejam melhores distribuídos. E temos a certeza de que quando os recursos chegarem às mãos de cada Prefeito, de cada Prefeita, eles serão bem aplicados, porque hoje os Prefeitos estão muito bem preparados para cumprir com suas obrigações. Só que não estão preparados para cumprir com aquilo que não são obrigações nossas. Não tem como, não tem vara mágica.

Nós não podemos fazer mágica e cumprir tantas obrigações com tão pouco recurso.

Então eu quero, neste momento, agradecer aqui a todos os Prefeitos, Prefeitas, a toda a equipe da AROM, que vem trabalhando. Eu sempre falo isso, que eu estou de passagem pela AROM, daqui a uns dias vem outro, mas a AROM continua. A equipe da AROM continua firme e forte, defendendo os direitos dos municipalistas. E é isso que nós precisamos fazer, fortalecer cada dia mais a AROM, seja quem for o Presidente, fortalecer a AROM. Porque a AROM, juntamente com CNM, já conseguiu muitas conquistas, muitas. Se nós pegarmos e elencarmos todas as conquistas aqui, nós vamos ficar mais de meia hora só elencando conquistas. Então, se nós não tivermos uma AROM forte, nós também, Prefeitos e Prefeitas, a população vai estar fraca.

Nós criamos a Escola de Gestão e essa Escola de Gestão preparou muitas pessoas no nosso Estado, nas Prefeituras, muitas. Esse mês agora, dia 28 e 29 agora, vai ter o último curso deste ano que é Gestão de Pessoal, que é um assunto importante demais. E aí a Escola de Gestão vai fazer esse curso. Eu sei que a crise está brava, está difícil vocês pagarem, para nós pagarmos até a diária para os nossos funcionários irem aos cursos está difícil, eu sei disso. Mas nós temos que fazer um esforço, porque quem dá o subsídio para nós são eles. E o ano que vem é o ano de final de mandato, seja para quem vai para a reeleição ou para quem vai sair, é final de mandato. Se for reeleito começa outro mandato. Então você tem que fechar o mandato de qualquer forma. Então, os profissionais das Prefeituras têm que estar preparados ao máximo para tentar ajudar nós todos dentro dessas dificuldades que nós estamos enfrentando, então nós temos que ter o nosso pessoal preparado para tentar fazer um pouquinho de mágica e a gente conseguir fechar esse mandato com a cabeça erguida. É essa a intenção de cada Prefeito. Não vejo nenhum Prefeito, nenhum Vereador entrando na política para dizer que quer fazer porcaria dentro da política. Ele quer administrar, o sonho de cada um de nós é entrar na política, fazer o máximo para ajudar a população e ser reconhecido por isso. Mas para isso acontecer, Jair Miotto, tem que ter financeiro, tem que ter gente preparada, temos que ter uma AROM forte, temos que ter uma CNM forte e temos que estar unidos. Unidos com a Assembleia Legislativa que agora, com essa proposta, Deputado Laerte, de fazer esses cursos pela Assembleia, com a parceria do Tribunal de Contas, isso vai trazer para nós um grande ganho.

E eu quero parabenizar o senhor mais uma vez pela iniciativa e o nosso Presidente desta Casa, Deputado Maurão e todos os Deputados, porque os municípios precisam do auxílio

de Vossas Excelências. Tudo aquilo que o Deputado Laerte colocou, tudo aquilo que o Vice-Governador colocou aqui, vocês podem ver que é necessário. Se nós não tivermos a união que nós estamos tendo hoje, com o governo do Estado, se nós não tivermos a união que nós estamos tendo hoje com a Assembleia Legislativa, as dificuldades são piores. Hoje o governo está ajudando os municípios, pode não ser em 100%, mas está ajudando uma coisa e outra. Isso já vem diminuindo a carga nossa. E assim também são os Deputados Federais e Senadores.

Nós precisamos e eu quero aqui pedir ao Deputado Laerte, ao Deputado Cleiton Roque e a toda a Assembleia Legislativa que nos ajude a fazer esse elo entre municípios, bancada federal, governo federal. Claro que o trabalho de Vossas Excelências é aqui na Assembleia Legislativa, é aqui dentro do Estado. Mas a ajuda de Vossas Excelências lá na bancada federal, lá com os Senadores, lá com os Deputados para não deixar vir nada mais de lá para onerar os municípios, vai valer muito.

Então quero agradecer e quero pedir encarecidamente a ajuda de todos os Deputados e aquilo que for dos Deputados aqui do Estado, ajude cada município desses, seja com emenda do valor que for, mas ajudem porque o ano que vem vai ser um ano de pesadelo se não estivermos todos unidos.

Governador Bianco, muito obrigado. Nosso companheiro da FIERO, toda a FIERO, muito obrigado. Obrigado a cada um, obrigado novamente, meu Deputado Laerte Gomes. E eu espero que nós possamos ter dias melhores e aqui falo com os Prefeitos, com toda a sinceridade, é o momento de a gente pensar em como nós vamos fechar o mandato. É o momento de nós pensarmos na nossa população. E para isso, às vezes, nós vamos ter que cortar na nossa carne. É o que muitos já estão fazendo, é o que eu já estou fazendo, é o que Castanheira já fez, só o que eu vi no zap, o que eu estou colocando aqui, a Sônia já fez ações cortando, não tem outro caminho. Se nós não cortarmos, nós vamos ser cortados.

Então, agradeço mais uma vez. Muito obrigado e que Deus nos acompanhe, que Deus nos dê uma boa Audiência.

(Às 11 horas e 58 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Laerte Gomes)

O SR. CLEITON ROQUE – Agradecer ao Prefeito Marinho, Presidente da AROM. Saudá-lo pelas palavras, pela organização da Associação Rondoniense dos Municípios. Em nome do Marinho, cumprimentar a todos os Prefeitos, Prefeitas; Secretários; Vereadores aqui representando cada município; cumprimentar nosso eterno Governador Bianco. Dizer ao Bianco que boa parte das ações plantadas lá na gestão dele, o Estado de Rondônia colhe hoje, que é justamente a questão da nossa arrecadação.

E ontem, na nossa fala aqui na tribuna, quando utilizamos, dissemos que o governo do Estado ao longo desses anos tem feito a sua parte. Tanto é que os principais veículos de comunicação, em nível federal, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo têm destacado a gestão eficiente, cirúrgica por parte do governo do Estado que tem mantido as nossas contas no azul, tem recuado no gasto com pessoal, tem aumentado nossa arrecadação, está aqui o Secretário Adjunto, o Ono, mas nós sabemos também a grande carga que está sobre os ombros dos Prefeitos rondonienses.

E eu quero dizer a vocês que aqui na Assembleia vocês são muito bem representados pela bancada municipalista que tem aqui, principalmente articulada pelo Deputado Laerte Gomes, que já foi Prefeito, foi Presidente da AROM. Aqui eu tenho acompanhado com ele, nesses últimos 10 meses, toda vez que ele utiliza a tribuna é para defender uma pauta municipalista, é para cobrar uma ação do governo do Estado que venha fortalecer os municípios. Um exemplo disso é a mudança na questão do FITHA, que de acordo, já há um entendimento do governo do Estado de repassar esse recurso da mesma forma que é repassado o ICMS, que aí os Prefeitos já sabem o que fazer. Porque o FITHA, a parte do município já é do município, não tem que estar conveniando com o Estado, perdendo tempo, enfim, criando cronograma de... E aí, de repente, o Prefeito tenha mais possibilidade política, às vezes leva vantagem, a gente sabe que isso não tem ocorrido atualmente, mas é um direito do município, tem que dar para o município. E foi uma das primeiras pautas defendidas pelo Deputado Laerte aqui nesta Casa. Eu sou testemunha, e a gente fica mais na retaguarda ajudando, e ele sabe que pode contar conosco, da mesma forma, vários outros Deputados que estão aqui, que já foram Prefeitos. O caso do Deputado Adelino Follador, Deputado Maurão de Carvalho, a Deputada Lúcia Tereza, o Deputado Edson Martins, o Deputado Lebrão, enfim, e vários outros Prefeitos, Marinho. Então conte com a gente aqui. O que estiver ao nosso alcance, dizer que o povo está aonde? No município. É lá, onde o povo... O primeiro contato é aonde? É com a Câmara de Vereadores, Jairo. É com a Câmara de Vereadores, é com o Prefeito, onde está a maior responsabilidade, está nos Prefeitos e é onde está a menor parte do recurso. Concordo com o que o senhor disse. Ontem, no meu uso na tribuna, o Deputado Adelino, o Deputado Laerte, apartearam e tocaram justamente na questão da necessidade, que já passou da hora até mesmo, da rediscussão do pacto federativo. É preciso rediscutir sim.

A grande maioria dos recursos arrecadados é concentrada na União e é delegada uma série de funções aos municípios. Estão aí os Prefeitos, a gente sabe que tem sido o ele mais fraco nessa co-relação de forças. Sem contar, muitas vezes, a opressão sofrida pelos órgãos de fiscalização. O que têm feito, Prefeito Marinho, Deputado Laerte, com os Prefeitos dos municípios, os órgãos de fiscalização, os órgãos de controle é uma opressão. Na realidade já vi muitos Prefeitos, na época que fui Vereador em Pimenta, o Prefeito Augusto chegou a falar para o Promotor de Justiça da cidade, "Promotor, eu vou renunciar o meu mandato e o senhor vai assumir a Prefeitura". O Promotor até deu uma recuada na hora, eu estava na reunião, "Eu vou renunciar ao mandato e o senhor administra então. Se eu entregar para o senhor, o senhor administra?". O Augusto Praça, na época, falou, Bianco. Porque na realidade é isso que tem acontecido. E a gente sabe que o Prefeito é eleito e todos que são eleitos estão comprometidos em fazer um bom mandato e procurar atender à população e muitas vezes a falta de recurso, o acúmulo, ao longo dos anos, sob a responsabilidade dos municípios, o endividamento em alguns casos acarreta, às vezes, que os resultados não saem como o planejado, está certo?

Mas quero me colocar à disposição de vocês, me somo ao Deputado Laerte que é o nosso líder aqui nessa causa. Nós

estamos juntos e o que nós pudermos fazer para ajudar os Prefeitos rondonienses, para ajudar a contribuir para melhorar a atual situação em que vivem as Prefeituras. Dizer que nessa semana, na terça-feira, nós tivemos reunião, Deputado Laerte, com o Wagner, Secretário da SEFIN; o Secretário George Braga, do Planejamento, e dizendo da necessidade de a gente começar a discutir juntos, em conjunto com os Prefeitos, em conjunto com a Assembleia, alternativas. E dentre elas, Marinho, infelizmente alguns Estados da Federação já têm feito, que é a questão da revisão da carga tributária, têm recorrido a essa situação. Talvez a gente encontre outros caminhos em Rondônia também. Elevar a questão do IPVA, enfim, rediscutir a criação do Fundo de Combate à Pobreza, com a participação dos municípios, onerando aí alguns itens, que poderíamos citar o cigarro, a bebida, enfim. Temos que encontrar algumas saídas, se encontrarmos, que não seja o aumento de impostos, que a população brasileira, rondoniense sabe, nós sabemos que já está sobrecarregada demais e não aguenta mais ouvir falar sobre isso. Mas também a gente precisa estar atenta de que o que está acontecendo em outros Estados pode acontecer com o governo do Estado de Rondônia e que já está acontecendo com os municípios rondonienses. São medidas que nós precisamos tomar de maneira urgente.

Então agradeço a oportunidade e parabênzo, Deputado Laerte, pela iniciativa e nos colocamos à disposição de Vossa Excelência, como líder natural aqui nesta Casa, da bancada municipalista aqui. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. O Deputado Cleiton Roque teve sorte, perdeu a eleição por 300 votos em Pimenta Bueno e virou Deputado.

Mas eu gostaria agora de passar a palavra para o nosso ex-presidente desta Casa, para o nosso ex-governador Bianco, e antes do Bianco falar, eu só queria dizer que esta Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Assembleia, em todo Estado de Rondônia, através da internet. E que agora, Bianco, nós vamos votar uma PEC, sem ser na semana que vem, na outra, aqui na Assembleia, e 25% do valor das emendas vão ser obrigatoriamente ter que ser investido em educação e saúde, dos parlamentares estaduais. Então eu acho que nós vamos poder atender também a questão da educação e da saúde. Com a palavra o ex-governador Bianco.

O SR. JOSÉ DE ABREU BIANCO - Senhores, bom dia a todos. Quero saudar inicialmente, apesar de não estar neste momento presente, o Deputado Maurão. Quero cumprimentar o Deputado Maurão, Deputado Laerte, pelo dinamismo que ele está levando a presidência desta Assembleia, neste quase 01 ano que está à frente da Assembleia. Saudar o Deputado Laerte que está presidindo, neste momento, esta Sessão, esta Audiência Pública e também saudá-lo, parabenizá-lo pela iniciativa da realização e desta oportuna Audiência Pública, com a presença de tantos Prefeitos e Prefeitas, certamente atenderam o chamado da grande liderança aí, que é o Marinho, que compareceram hoje. Talvez também movidos pela angústia que os envolve neste momento. Eu que fui Prefeito durante três mandatos e que já passei essa angústia de que vocês estão envolvidos hoje, eu já vivi isso muitos anos da minha vida, principalmente nesses meses que antecedem a obrigatoriedade de pagamento de 13º,

fechamento do ano. Ou seja, aquilo que acabou de dizer o Presidente Marinho, com eleição ou sem eleição, na verdade, no dia 31 fecha uma conta e o Tribunal de Contas vai avaliar esses 12 meses.

Quero saudar o Marinho e parabenizá-lo pela condução dessa importante Associação, da qual, Marinho, eu já tive a honra também de ter sido Presidente, juntamente, igualmente ao Deputado Laerte, igualmente, mais para trás do que nós, o Carlos Magno. Quero saudar o Ono, que representa aqui a Secretaria de Finanças. O Ono que é funcionário de carreira, funcionário competente, certamente ocupando esse cargo hoje, Secretário Adjunto, pelos seus méritos. Eu que tive a honra de ter sido Governador deste Estado e o Ono foi assessor especial do meu governo.

Quero saudar ainda o Benetti que é Presidente, Vereador e Presidente da Associação dos Vereadores do Estado. E, além do Benetti, quero saudar também o Nilton César e o Vereador Júnior, que são Vereadores lá do meu município. E na pessoa dos três eu quero saudar a todos os Vereadores do Estado. As pessoas das Prefeitas Lurdinha, lá de Presidente Médici, vizinho nosso; da Sônia, lá de Jaru; do Josemar e do Varley lá de Novo Horizonte, me permito saudar a todos os demais Prefeitos. Saúdo as senhoras e os senhores.

Uma saudação muito especial eu quero fazer aqui ao senhor Osvaldo Rosalino, ele que hoje responde pela, está no exercício da presidência da Federação das Indústrias e que o Rosalino é pioneiro do município de Cacoal, liderança importante no meio empresarial que hoje então responde pela presidência da Federação e ele é bastante respeitado no meio empresarial. Eu quero cumprimentá-lo, Rosalino, aqui na presença de parcela da comunidade do Estado e parabenizá-lo e quero agradecer inclusive, quero justificar perante, principalmente os Prefeitos, que é o alvo principal desta Audiência Pública, na presença dos senhores quero saudar o Rosalino e dizer, até justificar a minha presença aqui hoje.

Eu tenho que manifestar aos senhores e às senhoras, que cada vez que ocupo esta tribuna eu sou envolvido um pouco pela emoção porque a minha vida pública começou por aqui, por esta tribuna, no ano de 1983, portanto há quase 33 anos. Aqui desta tribuna eu já tive, já participei de bons embates daquela cadeira que o Presidente ocupa agora, eu já presidi também bons embates e participei, sobretudo, da organização, da estruturação deste Estado, sobretudo no que diz respeito à primeira Constituição do nosso Estado, que certamente tem muita coisa, ou quase 80% do que nós votamos há 33 anos, quase 34 anos atrás, dirige os destinos de quase um milhão e oitocentas mil pessoas hoje. Isso me causa realmente um tanto de emoção.

Mas a minha justificativa, por que eu estou aqui hoje? Porque eu atendi a um desafio que me foi lançado pela presidência da Federação da Indústria e juntamente com o Presidente da Assembleia Legislativa para que eu coordenasse um grupo de trabalho, visando exclusivamente, não tem qualquer outro interesse que não seja isso, nós acelerarmos ou procurar desobstruir interrupções, dificuldades para o aceleração do desenvolvimento econômico do Estado. Este é o objetivo, nada mais do que isso e, portanto, eu tenho bastante satisfação hoje de fazer parte então deste convênio, que intitulou-se Termo de Cooperação, elaborado sobretudo

pelo Gilberto, que é o Superintendente da FIERO, onde, então, eu coordeno um grupo de trabalho onde o nosso objetivo é procurar dar caminhos, indicar situações aos governantes, no sentido de que se possa de alguma forma acelerar o desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, eu quero até aproveitar para reforçar o que já foi dito aqui, sobretudo por quem me antecedeu aqui, essas duas questões que foram trazidas aqui. Essa questão, Deputado Laerte, que nós já discutimos inclusive lá na Presidência, e foi amplamente discutido aqui, desse projeto que envolve hoje interesses, não é apenas interesses de Rovema, ou interesse de outro empresário, mas é interesse de todas as serrarias do Estado que estarão realmente com dificuldades, a partir do ano próximo, se esse projeto não for realmente, brevemente aprovado. Portanto fica o reforço aqui, no sentido de que isso é realmente de interesse da economia do Estado.

Eu quero também reforçar, o que o Marinho já fez aqui, essa questão, nós teremos no dia 29, e será lá no auditório da Federação das Indústrias essa reunião, Prefeituras, e aqui eu chamo a atenção dos Prefeitos e das Prefeitas, com os representantes da CAF. A CAF é a Confederação Andina de Fomento. Esta entidade, Deputado Laerte, quando eu estive no governo, e todos sabem que foi o governo mais difícil, administrei o Estado no momento de maior dificuldade da história do Estado de Rondônia, mas mesmo assim nós readquirimos credibilidade, o que permitiu que o Senado da República, naquela ocasião tivesse aprovado, e foi feito o primeiro empréstimo, fora PLANAFORO, foi o primeiro empréstimo internacional que o Estado de Rondônia recebeu, foi da Confederação Andina de Fomento, quando eu fui Governador, que executei muito pouco, mas deixei tudo licitado. Todas as estradas que hoje, todas ou quase todas, ou diversas delas, que nós temos hoje ligando a BR com os municípios, muitas delas iniciaram através desse financiamento da CAF.

A CAF está vindo para Rondônia e isso aqui é uma obra, nós temos que fazer esse agradecimento, eu quero agradecer aqui de público, cumprimentar, inclusive, por esta competência, esse atingimento de meta, o Deputado Federal Luiz Cláudio que assumiu a presidência da Frente Parlamentar Brasil, Peru, Bolívia. Então ele conseguir convencer, sensibilizar, está trazendo esses representantes da CAF para cá.

Aqui foi dito, acho que o Marinho disse, eu não tenho certeza, que isso será a fundo perdido. Eu creio que não, não será a fundo perdido nada. Mas virão propostas, eu creio, de financiamento que certamente nós vamos precisar, será preciso aprovação do Senado da República, que vai conseguir isso aí com certa facilidade.

Mas eu vejo, se nós tivermos, e nós já estamos fazendo algum trabalho no nosso grupo de trabalho lá, visando exatamente esta possibilidade, ainda que seja financiamento para os municípios. Mas neste momento de crise, Presidente, eu entendo que, evidentemente, nós teremos que ter a participação do Estado nesse processo. Eu não vou entrar em detalhes o que a gente pensa, mas eu penso que será uma saída para os municípios e, de repente, para o Estado de Rondônia como um todo, se nós conseguirmos frente de trabalho nos 52 municípios através de financiamento, Marinho. Certamente isso é financiamento de 10, 12 anos para pagar,

em condições que eu creio que todos os municípios poderão enfrentar isso. Mas fica aqui apenas o convite. Vamos ouvi-los no dia 29, está marcado para as 14:00 horas, lá no auditório da FIERO. Está aqui, então, o nosso convite. Certamente o senhor Osvaldo Rosalino estará lá presidindo esta reunião.

Eu quero aqui, caminhando para o encerramento, até respeitando aqui o que foi estabelecido de prazo, dizer da minha satisfação de ter participado mais uma vez aqui desta reunião, ter me dado a oportunidade de frequentar esta tribuna. Parabenizar o Marinho pelo grande trabalho que vem desenvolvendo à frente da AROM neste momento de dificuldade; parabenizar a presidência desta Casa e todos os Deputados, as Deputadas pelo trabalho que estão desenvolvendo; quero saudar aqui, em que pese não estar aqui também, o Vice-Governador Daniel, que tem tido realmente um desempenho muito bom e pedir ao Daniel que transmita ao nosso Governador Confúcio o nosso abraço e nosso desejo de muito sucesso. E desejar aos Prefeitos, apesar das dificuldades, mas é desse jeito mesmo. Eu já fui Prefeito lá em 1989, já era desse jeito, terminei em 2012 desse jeito e certamente vai continuar desta forma. Mas eu espero que tenham todos sucesso e consigam fechar as suas contas em 31 de dezembro deste ano. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, nosso Governador, Prefeito Bianco, Deputado. Esta Casa é que se sente honrada, Bianco, com a sua presença. E você, voltando a esta tribuna, nos motiva a trilhar um caminho, pelo menos, parecido com o seu, que foi de sucesso. Parabéns.

Gostaria de passar a palavra agora, representando aqui todos os Vereadores, Presidentes de Câmaras Municipais e as Câmaras Municipais, ao nosso companheiro, e agradecer pelo apoio que deu a esta Audiência, está sempre aqui na Assembleia nos cobrando o fortalecimento do Poder Legislativo nos municípios, o nosso amigo Vereador Jairo Benetti.

E também, quando o nosso Vereador está indo à tribuna, nós somos Presidente da Comissão de Habitação e Municípios aqui na Assembleia, eu presido, e toda terça-feira, às 9:30 horas, nós temos audiência, nós temos reunião ordinária e nós estamos ali à disposição para receber as demandas dos problemas municipais, para poder encaminhar dentro do parlamento.

Com a palavra o vereador Jairo Benetti.

O SR. JAIRO BENETTI – Primeiramente cumprimentar todos os Prefeitos e Vereadores que estão aqui nesta Audiência e cumprimentar também Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, que propôs esta Audiência Pública. Cumprimentar também o Presidente da AROM, Prefeito Marinho; Cumprimentar o Secretário Adjunto Ono, que também vem representando o Estado, através da Secretaria de Finanças; o senhor Rosalino, representando aqui hoje a FIERO, Presidente da FIERO; o Ex-Governador Bianco, e sempre Governador, porque tem história nesse Estado, o nosso cumprimento, e para nós é um prazer estar aqui.

Nós vereadores estamos fazendo um trabalho através da entidade, que muitos anos ficou muito esquecida e desacreditada E com a experiência que nós adquirimos com mandato e vendo as dificuldades dos municípios, nós temos

trazido para dentro da entidade, hoje temos o respeito dos Vereadores, que Câmara forte, não é Câmara com uma bela estrutura ou com um belo orçamento, a Câmara forte é o Vereador bem instruído. O Vereador bem instruído, ou na situação ou na oposição, ele tem como ajudar o Prefeito, é isso que nós estamos trazendo para os nossos Vereadores.

Eu estou aqui nesta manhã, até porque o Vereador convive, no dia a dia, com os municípios, senhores Prefeitos, e nós temos as nossas dificuldades. E nós sabemos hoje como é constituído o pacto federativo e como nós sobrevivemos. Os municípios são os pescadores. E pegam o peixe e mandam para a sede, que é o tributo, e só recebe a sardinha. O filé e outros ficam para a União e para o Estado. Nós ficamos com a menor parte.

Eu sempre, nos meus debates, anteriormente, eu já fui a reuniões de Vereadores, brigam por que diminui o repasse das Câmaras. Pelo contrário, hoje nós não temos que brigar porque caiu o repasse da Câmara. Nós temos que trabalhar para que o município arrecade, o município sobreviva e que não tenha essas quedas de receitas. Se tiver isso aí, a Câmara tem equilíbrio, não precisa mais do que isso que está aí, e têm algumas Câmaras que tem que ser revisto o repasse pelo tamanho do montante do recurso que foi. Isso é nossa filosofia hoje e nós temos que trabalhar isso aos Vereadores.

Os Prefeitos, muitas vezes, têm o Vereador de oposição e ele trata como oposição, mas não traz ele para um debate desses para mostrar a real situação dos municípios, e a real situação financeira que está.

Vou só dar um exemplo aqui hoje. É mais organizada uma associação de taxista, e os taxistas no Brasil, do que nós legisladores, do que nós executivos. Nós vamos comprar uma ambulância, nós temos que pagar todo o tributo; nós vamos comprar uma máquina, temos que pagar todo o tributo. Um taxista tem isenção do IPI, tem todas as isenções, tem todos os incentivos. Hoje, nós não estamos conseguindo comprar uma ambulância. O governo tributa até mesmo os 30% da merenda escolar. E isso, nossos Vereadores têm que saber disso e isso. Nós estamos tentando fazer com que os Vereadores entendam. É uma dificuldade reunir Vereador? É uma dificuldade, mas nós temos conseguido fazer reunião aí com 150, 160 Vereadores. Eu acredito que o Marinho, tenha essa dificuldade também, até pelas obrigações e os compromissos que você tem na tua cidade.

Vejam bem, num determinado município, um tempo atrás, um cidadão muito humilde, Prefeito da cidade, tem um apontamento nas suas contas. E ele visitou o Presidente do Tribunal de Contas e foi lá reclamar que ele era um produtor rural, que ele tinha vindo da lavoura e que ele tinha ganhado a Prefeitura e que, muitas vezes, ele não conhecia aquilo que estava ali. O Presidente do Tribunal, era o Dr. José Melo naquela ocasião, no Tribunal de Contas, disse a ele o seguinte: "pelo contrário senhor Prefeito, o senhor é um cidadão muito inteligente, o senhor é o cidadão mais importante naquele município, o senhor se elegeu com votos dos empresários, votos dos doutores, e o senhor ganhou de doutores aquela eleição, então, o senhor é uma pessoa muito importante". O que o cidadão disse para ele naquele momento, quando chamou a atenção dele, dizendo que ele era um cidadão tão importante? Que ele realmente era um cidadão importante e que ele deveria se cercar de pessoas com capacidade, para que as contas dele não tivessem aqueles apontamentos.

Nós hoje, vou dizer sobre o meu município, senhores Prefeitos, Rolim de Moura. E isso eu tenho feito cobrança e tenho feito uma crítica severa. A Secretaria de Ação Social, no meu município, tem um trabalho, todos os programas ela tem, tem todos os levantamentos que precisa para uma estatística, para um orçamento e para um planejamento. A Secretaria de Saúde cobre todas as residências, através dos agentes comunitários, tem todas as informações. A Secretaria de Educação tem toda demanda da educação e tem um trabalho constante permanente. Mas isso, no meu município, fica em cada Secretaria. Fica em cada Secretaria, parece que cada secretário é um Prefeito. Isso não é compilado para ser feito um planejamento. A CGU traz hoje para nós, o Marinho estava lá comigo, a gente participou, até o Presidente da Assembleia Legislativa de vários Estados estavam, tinham 22 Governadores lá, aqui estava representado pelo Daniel Pereira, no evento que nós estivemos. A CGU traz um dado importante, 11 milhões de servidores públicos municipais que nós temos no Brasil hoje, não dá 1% que são capacitados para responder a demanda.

Eu tenho dito que nós legisladores, nós somos representantes daqueles que não têm Sindicato, daqueles que não têm carteira assinada, daqueles que estão desempregados e daqueles aposentados e daqueles que estão chegando aí para essa batalha difícil, que é a sobrevivência hoje do Poder Público.

O Sindicato tem por quem briga por ele hoje, no meu município hoje, o Sindicato já está reunido defendendo os servidores públicos, porque o Prefeito baixou um Decreto cortando todas as gratificações, mas quem vai defender aquela população que precisa do serviço público, de saúde, a qual nós não estamos conseguindo dar esse serviço à população? Falta serviço de qualidade, falta o recurso, falta o remédio, falta o médico, e nós temos que estar debatendo isso constantemente.

Eu, muitas vezes, os Vereadores que me acompanham lá na Câmara, falam para mim por que é que eu não brigo por uma emenda. A emenda não resolve o problema do município de Rolim de Moura, porque muitas vezes ela é pontual, com interesse eleitoreiro, de cumprir aquele compromisso. E nós estamos esquecendo que o nosso ICMS está caindo, que o nosso FPM caiu, que os nossos IPTU não estão sendo cobrados, que a Prefeitura não cobra o ISS devido e aí nós não temos dinheiro para investir na educação, não temos dinheiro para investir na saúde, e até o duodécimo da Câmara municipal tem a queda. E nós Vereadores temos que ter essa consciência.

Eu respondi a um Presidente de Câmara, um dia, que ele estava fazendo uma defesa, eu disse: "você está errado, você tem que cobrar a Secretaria de Fazenda do teu município, e do teu Prefeito, porque se a arrecadação está caindo, o problema está na Secretaria de Fazenda".

E hoje Marinho, nós temos que trazer as pessoas para esse debate, os Vereadores têm que capacitar esses Vereadores para ajudar a cobrar. E até acompanhar a atuação dos nossos parlamentares até mesmo nessas isenções que estão dando.

Vejam bem os senhores Prefeitos, eu sou Vereador, mas eu tenho vivido a vida do meu município, porque se eu sou representante da minha população e não vivo a vida do meu

município, o que é que eu estou fazendo na Câmara Municipal? Quando o governo estadual dá o incentivo do ICMS para uma empresa, aquele município que recebeu o incentivo está tendo benefício, mas todos nós estamos perdendo.

Veja, hoje, Porto Velho, vai chegar aí no ano 2016, 2017 na casa dos 33, no bolo do ICMS do Estado de Rondônia. E de onde é que está saindo isso? Está saindo de todos os municípios, estão tendo as perdas. E nós temos que reverter isso. A Assembleia Legislativa tem que se fortalecer nesse debate, até porque está lá na Câmara Federal, através da CNM, dos Movimentos dos Municípios, para ser votado na Câmara Federal, à revisão do CONFAZ. A revisão do CONFAZ porque quem participa é o Estado e a União, e os municípios não participam da discussão da questão da construção e da distribuição do ICMS nos Estados para os municípios. Os municípios não estão participando, e muitas vezes nós aplaudimos os Senadores, nossos Deputados Federais quando vêm ao nosso município, colocamos tapete vermelho, mas não cobramos a nossa realidade do que são os nossos incentivos. De repente, ficamos satisfeitos com 500 mil reais de emenda, que recebe no nosso município, mas se foi dois, dois, três, quatro milhões de outros recursos, como o meu município hoje, que são 37 milhões de perda que hoje nós deveríamos estar com orçamento de 140 milhões e estamos com orçamento de 06 milhões e uma demanda reprimida lá de atenção para ser atendida, e o município não atende.

Quando eu falo do gerenciamento pessoal, eu faço um cálculo lá, até as pessoas ficam assustadas, divide a população pelo servidor público, tem que ter uma conscientização hoje nossa, política, e do Tribunal de Contas e até dos Ministérios Públicos, que não cabe mais concurso público. O Regime Jurídico Único dos Servidores está acabando com os municípios. Nós só estamos dividindo o orçamento para pagar somente aqueles servidores, os demais que arrecadam, os demais contribuintes não tem dinheiro para investimento e os Prefeitos estão falidos. E se não rever isso, nós vamos estar cada vez pior.

Mas como não fazer concurso público? Meus amigos, é só fazer uma comparação. Secretaria de Obras, eu limpo a cidade duas, três vezes por ano, a cidade fica limpa. Eu fico com 30, 40 homens no pátio, parados, olhando para o tempo, sentados, inchando o instituto previdência, inchando a folha sem saber o que faz. E isso tem que ser estudado, tem que ser debatido, senhores. E nós temos que nos fortalecer nesse debate.

Só para os Prefeitos que estão aqui, nós tivemos uma reunião, o Marinho não pôde estar com a gente, o Deputado Laerte foi convidado, também não pôde, mas o Daniel Pereira, o Vice-Governador esteve presente. As Câmaras estão assinando uma adesão com o IBAM, onde, por 04 anos, vai dar uma acessória jurídica com todos os pareceres para a realização e organização e aprovação das Leis ambientais nos municípios. Também está fazendo com a SEDAM, com o Governo do Estado, e vai fazer com a AROM também, para trabalhar essa questão da Legislação Ambiental.

É importante, nós tivemos 32 Câmaras presentes, é importante a Câmara que não esteve presente lá, procurar o UCAVER ou procurar o IBAM para que faça adesão. Todos os pareceres jurídicos e todos os questionamentos que precisa o IBAM, vai prestar uma assessoria gratuita, porque o Fundo da Amazônia e o BNDES estão financiado.

Para encerrar, Marinho, quero agradecer o convite da AROM e o convite do Deputado Laerte, do Presidente Maurão de Carvalho, para mim foi um prazer poder estar aqui e deixar o nosso posicionamento como entidade de Vereadores. Que hoje nós temos uma consciência que não devemos brigar, como já vinham só chorando o leite derramado pela queda das Câmaras Municipais, da emenda que foi revista. E hoje, isso não deve ser chorado mais, o que deve ser chorado é a construção dos municípios e a organização. Se nós tivermos a participação cada vez mais, e os Vereadores saberem como está o pacto federativo e o que nós estamos deixando de receber do nosso município, podem ter certeza, nós vamos ter oposição na Câmara coerente que vai ajudar o Prefeito, que vai espertar o Secretariado para o debate, para que nós possamos ter um município melhor, e ter uma administração, não com a dificuldade que nós estamos hoje, com escassez de recurso. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Presidente Jairo. Vossa Excelência tocou em pontos realmente que são importantíssimos, talvez no que esteja sangrando a maioria dos municípios, com sua experiência toda. Importante Vossa Excelência estar aqui. Às vezes, muitos Vereadores, estiveram mais Vereadores aqui e até alguns Prefeitos saíram, de repente porque não têm a noção da importância de se debater essa situação. É aquela história, vem aqui, pega diária para vir na Audiência, e vai na Secretaria atrás disso, atrás daquilo, mas não vira outro, não vira nada. Às vezes é muito mais importante estar aqui. Até porque nós vamos ouvir agora o nosso Secretário Adjunto da Fazenda, o Franco, o Ono, que vai dar algumas informações que é importante os Prefeitos estarem atentos. Ele vai desenhar um quadro do que está acontecendo hoje. Vão ser uns dez minutos, e vai desenhar, vai falar o quadro da nossa perspectiva para 2016. Nós sabemos que esse ano, o que ajudou muito os municípios, foi o crescimento do ICMS. Então ele vai passar, vai falar e depois tem três Prefeitos inscritos, a FIERO também está inscrita. Será dois minutos para cada um colocar, os inscritos, para depois a gente fazer o encerramento, porque já são 12:30 e nós temos outra Audiência aqui com o Senado Federal às 14:00 horas.

Queria agradecer aqui a presença do Prefeito de Nova Mamoré, chegou agora o Senhor Laerte. Obrigado, Prefeito, por estar presente.

Passar a palavra agora para o nosso Secretário Adjunto de Fazenda, o Ono. Muita atenção gente nesse, se quiser falar daqui, Ono, que é mais fácil para você.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO - Excelentíssimo Senhor Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa Legislativa, agradecer pelo convite. Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Vice-Governador, neste ato representando o Governador do Estado. Cumprimentar aqui o Deputado Laerte Gomes, proponente desta Audiência Pública tão importante, para discutir essa matéria de relevância. Em nome do Deputado Laerte, cumprimento todos os Deputados desta Casa. Gostaria de cumprimentar Excelentíssimo Sr. Mário Alves, Presidente da AROM, em nome de quem saúdo todos os Prefeitos aqui presentes. Saudar Excelentíssimo Vereador Jairo Benetti, Presidente da UCAVER, em nome de quem eu cumprimento

todos os Vereadores presentes nesta Audiência Pública. Cumprimentar todos os Secretários de Finança e Fazenda dos municípios presentes também, colegas de trabalho dessa árdua missão que é controlar as receitas e as despesas dos municípios. Cumprimentar o Senhor Osvaldo Rosalino, Presidente em exercício da FIERO. Cumprimentar Jose de Abreu Bianco, ex-governador, ex-deputado Estadual e Federal, e Senador da República, com quem tive a honra de participar da gestão, quando foi Governador deste Estado, como servidor de carreira nós fomos convocados a fazer parte da equipe técnica da sua gestão. Isso muito nos honra, Dr. Bianco, de ter participado e, de certa forma, contribuído para sua gestão.

Aproveitar a oportunidade aqui para agradecer as palavras carinhosas, recebidas do nosso Ex-Governador Bianco, como também as palavras dedicadas a minha pessoa, como também ao Secretário Wagner Garcia, pelo Deputado Laerte, e que pontuou, demonstrou a confiança sua como Deputado, e também deste Parlamento na gestão que nós estamos desenvolvendo frente à Secretaria de Estado de Finanças.

Pontuar que o fato de recebermos lá, sempre que possível, no momento que se apresenta, independentemente de Audiência ou de ter marcado uma reunião, todos que se deslocam até a Secretaria de Finanças, a gente procura receber e resolver, tentar resolver, os problemas que são apresentados no dia a dia. Então isso aí é uma obrigação de todo o gestor público e, na verdade, não é favor ou deferência para as autoridades que lá se deslocam, para contribuintes que lá se deslocam. Isso aí é uma obrigação nossa e nós fazemos com a maior satisfação.

Feitas essas ponderações, eu acho que quase todos os oradores que nos antecederam aqui, já fez uma panorâmica geral da situação que passa o país. E antes de adentrar na questão dessa dificuldade financeira, coloco como dificuldade, não como crise, como o nosso Governador Confúcio Moura sempre tem nos colocado, a crise é mais grave, eu acho que é uma dificuldade. Dificuldade a gente tenta superar. Então acho que a gente deveria tratar esse momento econômico como dificuldade. Como bem pontuou o Ex-Governador Bianco, na sua gestão, naquele período, o Estado realmente estava em uma situação bastante delicada. Eu acho que muito pior do que esse momento que a gente vive e que se avizinha aí para o próximo exercício. Tanto assim, com aquelas dificuldades, com coragem se procurou buscar as melhores alternativas. E, Dr. Bianco, eu sempre pontuo, toda vez que eu tenho oportunidade de fazer, que a gestão que Vossa Excelência realizou junto ao Executivo Estadual, foi bastante corajosa, que tomou algumas medidas administrativas que poucos políticos têm coragem de realizar. A exemplo também, que eu sempre ponto, não porque eu estou agora num cargo de gestão, mas algumas medidas que o Governador Confúcio tem adotado ao longo, adotou já ao longo do seu primeiro mandato e continua a fazer no início deste segundo mandato, são algumas medidas de ordem administrativa, que nem sempre são, diríamos, bem aceitas pelos administrados.

Então ele tem adotado algumas medidas de contenção de despesas que são bastante corajosas.

Mas como, tanto o Deputado Laerte como o Prefeito Marinho pontuou, a nossa Constituição Cidadã de 1988, veio para corrigir um malefício que existia na distribuição da renda,

na questão do pacto federativo. Porque até a Constituição de 1988, a arrecadação dos tributos era concentrada quase que exclusivamente na União. Então, Estados e municípios viviam de pires na mão junto ao Governo Federal para que pudesse realizar as suas ações.

E como pontuou o Presidente Marinho - Mário Alves -, a execução das atividades essenciais do Estado, seja na educação, na saúde, na segurança, é feita lá na ponta, Deputado Laerte. E quem mais sofre, quem mais vivência de perto são os Prefeitos e Vereadores, e os Governadores num segundo momento. Então, na Constituição de 1988, foram criados alguns mecanismos na repartição das receitas para que os municípios e os Estados tivessem uma maior autonomia financeira. É lógico que aquilo era uma situação nova, aonde os Estados e municípios, ampliando a sua competência tributária, deveriam adotar algumas medidas, algumas lições de casa, para que pudessem incrementar a sua receita e ter uma autonomia maior.

Infelizmente ao longo dos anos de 1988 para cá, os vários dirigentes da nação vieram de uma forma, não diríamos nem sorradeira, mas de uma forma disfarçada, fazendo o seguinte, concedendo a redução de alguns benefícios, de alguns tributos, mas apenas daqueles tributos que compõem a cesta de distribuição tanto do FPM como do FPE. Por outro lado, aumentando a carga tributária, daqueles tributos e contribuições que são de competência exclusiva da União. Então esse é o resultado que o Secretário Marinho expôs aí, que ao longo desses anos todos, tanto os Estados quanto os municípios perderam efetivamente, em percentuais significativos, essa receita, teve essa redução dessa receita. Então assim, são alguns mecanismos que acabaram tendo um reflexo negativo naquela iniciativa que os Constituintes de 1988 tiveram para tentar salvar e melhorar a situação financeira dos Estados e dos municípios.

Outra questão que eu acho que tem agravado a situação de Estados e municípios é que são adotadas algumas políticas no âmbito nacional, cujos encargos financeiros estão sob a responsabilidade dos Estados e dos municípios. A exemplo aqui, é lógico a gente teria que ter uma política de valorização de servidores da educação, é um exemplo que eu estou tomando aqui, tem vários outros, por exemplo, na área da educação. Na área da educação, adota-se um piso salarial nacional, e esse piso salarial é imposto tanto para os Estados, como para os municípios. E para a gente observar esse piso, que é discutido em nível Federal, não tem um recurso de contrapartida para amenizar a situação financeira dos municípios e do Estado.

Então, um exemplo aqui, prático, é que onerou agora recentemente os cofres do Estado, por exemplo, é a questão da elevação do teto do Judiciário. Aquele aumento que foi dado lá, ele tem cascata para Magistrados, membros do Ministério Público, os Procuradores de Estado, e vários seguimentos que são carreiras típicas de Estado. Então, elevando o teto do Judiciário, automaticamente aqueles Magistrados, que são vinculados aos tetos lá do Ministro do Supremo, o Estado vai ter que absorver esse custo. E para isso, a União não faz nenhum repasse extra para fazer essa compensação. Então são algumas medidas que a União toma e que Estados e municípios têm que arcar. Esses são alguns

exemplos que a gente pontua aqui, até para a gente contextualizar e que nos últimos, ao longo desses anos aí, ao longo desses vários anos, tem um efeito de sobrecarga nas despesas dos Estados e dos municípios.

Bom, feita essa ponderação aqui, eu gostaria de colocar a situação na panorâmica, no contexto mundial a questão dessa dificuldade financeira. Não vou, como já disse não vou utilizar a palavra crise, mas essa dificuldade econômica por que passam todos os países.

Então para vocês terem uma idéia, na Europa, com exceção da Alemanha, nós temos a recessão na Ásia com exceção da Índia, nós estamos em recessão, então é uma situação globalizada. Nós somos um país exportador de matéria prima, de commodities, em especial de ferro, soja, inclusive de carne bovina, e isso com certeza trará uma retração no consumo e, conseqüentemente, trará um reflexo imediato e direto para o país.

Tem um estudo recente agora, do Banco Santander, que fez uma análise com relação ao comportamento do produto interno bruto dos Estados e do país como um todo, onde aponta que os Estados da Região Norte, em especial Rondônia, terão um decréscimo, com exceção do Estado de Pará. E especificamente no Estado de Rondônia, eles chegaram a uma avaliação que nós teríamos um decréscimo no PIB em torno de 2,5 percentuais, o que é bastante significativo para a economia do Estado. Então o momento realmente é de controle dos gastos públicos, de fazer uma previsão orçamentária para o ano que vem, de forma bastante consciente, para que a gente evite a questão dos restos a pagar, como quem bem pontuou aqui o Presidente da AROM.

O cenário do comportamento, tanto do repasse constitucional do FPM e FPE, os Senhores já têm consciência, os senhores têm acompanhado, têm vivenciado em cada município e vocês perceberam que esse ano, no meu entender, pela análise que a gente faz, e acompanhamento do posicionamento de vários economistas, não só do Brasil, mas do exterior também, é que esse ano ainda foi um ano relativamente tranquilo. Mas para o exercício que vem, 2016, a situação de dificuldade tende a aumentar.

Então inclusive, aqui no orçamento do Estado, inicialmente nós havíamos feito uma projeção, houve muita discussão entre os Poderes e os órgãos, e o Tribunal de Contas, numa análise técnica, com os dados que a gente tinha coletado até então, com as projeções, a gente chegou a 5 pontos percentuais, mas que na nossa visão técnica, dificilmente a gente ultrapasse os 3 pontos percentuais de incremento para 2016. Inclusive, os senhores devem estar acompanhando, vários Estados, inclusive eles fizeram uma previsão comparada ao exercício de 2015, deficitaram para o exercício de 2016, ou seja, com decréscimo. Então eles estão prevendo que nem a receita de 2015 eles irão realizar no exercício de 2016. E posso afirmar para os senhores que, segundo a nossa expectativa, se o quadro dessa dificuldade econômica e também política não se resolver a um curto prazo, a situação, a tendência é de ser tornar mais difícil.

Então, só para concluir aqui, eu gostaria de colocar o seguinte, o que nós estamos fazendo para que a gente tenha as contas ajustadas. Para vocês terem uma ideia têm 04 Estados que obedecem a Lei de Responsabilidade Fiscal com

relação ao comprometimento com a Folha de Pagamento. E Rondônia, graças a Deus, se enquadra dentro desses quatros. Só que desses quatros, inclusive alguns desses 04 Estados aí, eles não se encontram numa situação financeira, com a sua situação fiscal no azul. Então, são três unidades apenas no país que estão no azul e dentre eles, Rondônia é um dos três desses que estão no azul.

Mas o que nós estamos fazendo para que, os ajustes que a gente fez para que a gente conseguisse essa situação até razoavelmente confortável? Confortável porque a gente está no azul, mas a gente também está em dificuldade. A gente tem pontuado isso, a gente tem trazido sempre essas informações ao Parlamento e a gente tem levando também para aqueles Prefeitos lá que nos tem procurado. O quê que é? A gente fez, desencadeou um trabalho junto com o Ministério Público e o Tribunal de Contas para gente fazer uma análise de conformidade da folha. Então, a gente está tentando regularizar todas as despesas.

O Governador Bianco lembra que a gente tinha um crescimento vegetativo, que ele já vinha de anos, e quando a gente assumiu lá, também isso continuava. Então, a gente adotou algumas medidas. Esse crescimento vegetativo, hoje, reduziu significativamente, são aqueles de reenquadramento automático, alguma coisa assim. Então, a gente tem um crescimento vegetativo, mas que não são mais nos patamares que vinham.

Outra coisa, nós fizemos um trabalho, contratamos a Fundação Getúlio Vargas, estão fazendo a recuperação da dívida fiscal. Então, só relativamente ao INSS, nós reduzimos uma dívida que o Estado tinha, um parcelamento de 148 milhões, nós eliminamos esse parcelamento e ainda conseguimos recuperar 60 milhões para fazer compensação com os débitos futuros.

Com a medida liminar que a gente obteve da dívida do BERON, que é em torno de quatorze milhões e trezentos, aproximadamente, mensal, a gente regularizou toda a contribuição previdenciária que estava em atraso. Os repasses de um e meio da receita corrente líquida de precatório, que quando a gente assumiu a gestão, ainda na época do Benedito Alves, a gente tinha dois parcelamentos em andamento.

Então, são algumas medidas que a gente usou, esse dinheiro.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Secretário só para contribuir, porque nós vamos ter que encerrar que tem mais três inscritos, por causa da outra Audiência. Seria interessante, Ono, você falar quais as medidas que o Estado está se preocupando em propor para receita, para arrecadar, dívida, com esse mutirão que vai ter... Porque aí interessa, realmente tudo interessa, mas esse mais especificamente aos municípios.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO – Então são algumas medidas que a gente tem estudado, uma, inclusive com a participação do Tribunal de Justiça, do CNJ. Nós tivemos a presença aqui da Ministra Presidente do CNJ e vamos fazer um mutirão fiscal na tentativa de alavancar a receita. Aqui na capital a gente já conta com a parceria do município de Porto Velho. Nós temos a intenção, junto com o Tribunal de Justiça, estender esse mutirão fiscal para algumas Comarcas do interior. E aí a gente

gostaria, acho que seria interessante a participação desses municípios, aonde a gente vai realizar esse mutirão, para que participem também para a gente alavancar a receita.

Inicialmente nós temos aí uma expectativa, segundo os dados que o Tribunal de Justiça levantou dos processos de execução fiscal e daqueles processos administrativos tributários já concluídos e inclusos em dívida ativa, a gente tem uma expectativa de buscar em torno de 80 a 100 milhões. Então, mas isso é uma mera expectativa, mas são medidas que a gente está buscando para que a gente tenha efetiva realização da receita.

Outra medida, como o Deputado Cleiton Roque já anunciou aqui, nós estamos fazendo a proposição, eu sei que é uma medida antipática, eu sei que a carga tributária que o cidadão já arca é bastante elevada, mas para que a gente possa assegurar, pelo menos os serviços essenciais na área de saúde, segurança e educação, nós estamos propondo aqui, e vamos encaminhar para a Assembleia Legislativa em breve, um pacote tributário. Nós pretendemos trabalhar com a majoração de alíquota da carga tributária de produtos eminentemente supérfluos como exemplo bebidas, cosméticos, dentre outros. Essa elevação terá uma destinação específica, que será a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza. Isso já está determinado pela Constituição Federal, a grande maioria dos Estados já implementaram, mas a gente não tinha implementado ainda, até para que não elevasse a carga tributária e onerasse mais os contribuintes e a população.

Então são algumas medidas que nós estamos adotando e que nós contamos com a colaboração e compreensão dos Deputados Estaduais. Têm algumas que serão de natureza transitória, é até a gente superar essa dificuldade financeira.

Então, nós contamos com colaboração de todos, inclusive do segmento produtivo, que gostaria de cumprimentar aqui o nosso amigo Gilberto, que também tem contribuído bastante para que a economia do Estado se mantenha pujante.

Outra questão que eu gostaria até de pontuar aqui, é que a gente, inclusive hoje o Secretário Wagner está reunido com o Governador Confúcio em Ariquemes, para a gente eleger algumas prioridades. Têm atividades novas que nós não vamos iniciar, mas para que a gente possa concluir aquelas em andamento e manter a economia rodando. Como eu já comentei algumas vezes com o pessoal da FIERO, é importante a gente manter a folha de pagamento em dia, a folha dos fornecedores em dia, para que esse dinheiro circule no Estado e a gente supere esse momento de dificuldade.

Então é só, eu agradeço o convite da Assembleia Legislativa para participar desse evento tão importante.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Ono. Acho que é importante esse quadro aqui. O Ono não quis falar, lógico até porque como Secretário da Fazenda ele tem que estimular, mas nós tivemos no mês passado e nesse mês, déficit. A receita caiu, referente aos mesmos meses do ano anterior. Então, nesse quadro já se desenha, para vocês terem uma noção para o próximo ano.

Essa questão do projeto de impostos Ono, eu acho que é complicado, principalmente se for específico, por que o que é que os municípios precisam? Dinheiro na conta corrente, dinheiro na conta única para cobrir as despesas correntes.

Então nós vamos ter que ter um grande debate sobre isso. Com certeza a Assembleia vai estar aqui para aquilo que for bom para o Estado, apesar de que eu sou eu sou contra aumentar impostos. Eu acho que a população está saturada de pagar imposto, mas é o que você falou, existem ações que são transitórias. E aí a gente está aqui no Parlamento, Bianco, para realmente fazer o debate.

Mas nós estamos já em cima da hora, nós vamos ter uma Audiência às 14:00 horas, com o Senado Federal e eu gostaria, aqui têm 04 pessoas inscritas, 03 para falar, e aí eu gostaria para gente vai dar 2 minutos para cada um. Então já pode abrir mão de cumprimentar a Mesa e já ir direto ao ponto, para gente poder encerrar, dois minutos, em 10 minutos porque eles vão ter que mexer no Plenário aqui para fazer a próxima Audiência Pública.

E eu gostaria de começar aqui com o Prefeito Jurandir de Oliveira. Aí tem microfone, o Senhor pode usar o microfone daí. Abriu mão da fala? Abriu mão, o Prefeito Jurandir. Então, o Prefeito Josemar Beatto, do Município de Colorado do Oeste. Josemar se quiser falar daí. Josemar, tem microfone aí. Se quiser vir aqui, também pode vir.

Registrar a presença de um grande Deputado aqui, Jesuíno Boabaid, Deputado combatente, Deputado de uma postura, aqui na Assembleia, firme em defesa dos direitos da população. Deputado Jesuíno é uma alegria tê-lo aqui conosco.

O SR. JOSEMAR BEATTO – Pessoal, bom dia a todos. A gente gostaria, com certeza, que estivessem todos os Deputados Estaduais, Federais, Senadores aqui, mas a gente vai transmitir o nosso recado.

Eu acho que se nós não atacarmos realmente a ferida, nós vamos ter que estar aqui mês que vem, no outro mês, e cada vez dia as coisas vai piorar. Não adianta..., as coisas estão aqui claramente, todo mundo está vendo que as coisas só tendem, eu sou muito otimista, mas coisas só tendem a piorar, entendeu? Então se nós não começarmos a atacar e buscarmos alternativas e criatividade, a gente só vai piorar as coisas daqui para frente.

Eu fiz um abaixo-assinado com todos os Prefeitos, os 42 Prefeitos assinaram, que 40% das emendas estaduais, federais, Senadores sejam divididas em partes iguais para todos os municípios. O restante, cada um coloca aonde ele achar melhor. Então, é uma alternativa de os municípios terem uma fatiazinha dessa parte. Então vamos trabalhar para isso, e conto com o apoio de todo mundo, então 40% das emendas estaduais.

Outra coisa que nós estamos perdendo, os municípios estão perdendo, o Estado está perdendo, que com certeza resolveria os nossos problemas, é hoje, não sei se vocês estão sabendo aí, criaram uma empresa no Estado, terceirizada, para cobrar vistoria de veículos. Antes era, 42 reais e o município tinha participação de 50%, e hoje cortaram isso, tem uma empresa terceirizada que cobra 60 reais para moto, 80 reais para veículos pequenos, automóveis e caminhonetes, e 120 reais para caminhões. Nem o Estado, nem o município têm participação. Só aí nós resolvemos o nosso problema dos municípios hoje. Se nós tivéssemos 50%, se o Estado estivesse fazendo esse serviço hoje, com certeza você credencia, você e vistoria mais de mil veículos por dia no Estado todo, entre

emplacamento, trocas, transferência, então isso aí já resolveria o nosso problema.

Então, nós temos que partir para esse ataque, buscar alternativas e receita, eu já comentei isso com o Deputado Laerte. Então, vamos rever isso aí. Eu até tinha pedido para a população cobrar o fim dessa taxa, mas eu acho que no momento, se nós tivéssemos só essa participação seria muito importante. Também outra coisa que vem atormentando aí, não adianta fazermos asfalto de qualidade, que estão fazendo na nossa região, se as balanças não estão funcionando. Na BR não tem uma balança hoje, não adianta o Governo gastar milhões e milhões e não ter uma balança hoje na estrada funcionando. No meu município lá, que tinha perto de Vilhena, tiraram a balança. Estão lá reformando o asfalto. Quer dizer, daqui a uns dias nada está funcionando, passa bitrens ali com 100 toneladas em cima.

Outra coisa que nós estamos perdendo é a questão da revisão da pauta da madeira. Tem gente aqui virando lenha porque a pauta da madeira em Rondônia aqui, tem madeira que é 30%, 40% mais cara que no Mato Grosso. Hoje aqui, uma pauta é 1.750, no Mato Grosso é 1.200, além do frete de lá ser mais perto. Então, se nós não revirmos essas partes aqui, está virando lenha.

As questões ambientais aí... Aquilo que o pessoal falou, a gente gostaria, a muito tempo, de debater, de conversar mais, entendeu? Viu, Deputado Laerte? Hoje enquanto nós estamos debatendo aqui tem centenas de PC's aí, enterrando madeira aqui no Estado, trabalhando dia e noite aqui, enterrando madeira. Fora o prejuízo que nós estamos tendo com isso. A burocracia, as coisas, entendeu? Então, nós temos tanta coisa para a gente comentar, que tem que ter... Também, quando fala os minutos a gente fica nervoso e...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pode falar tranquilo aí. Aqui você está em Casa, pode falar tranquilo aí, aqui é sua Casa. Só não acostuma aí nesta tribuna, mas aqui é sua Casa.

O SR. JOSEMAR BEATTO – Outra coisa que eu peço o apoio aqui dos Deputados Estaduais, do Governo, a situação do Hospital Regional de Vilhena. Está um caos lá. Hoje nós somos pactuados, todos os municípios estão aqui, os colegas de Cabixi, de Cerejeiras foram embora, entendeu? Hoje chega lá um doente lá, que a gente é pactuado, chega ali já encaminha para Cacoal ou Porto Velho. Aí o custo disso, para ter que acompanhar um médico, um técnico em cima disso, entendeu, então nós estamos sendo penalizados com isso.

Outra coisa que recentemente foi criada aí, e eu peço o apoio para os Deputados, vamos brigar em cima disso, criou um Decreto Federal liberando a pesca. No meu ponto de vista você tem que fechar 05 anos a pesca e fazer o trem produzir peixe aí. Agora fechar, liberou a pesca, quer dizer, dia 15 está liberado para todo mundo. Então, quer dizer, quem vai levar esse prejuízo? Somos nós no futuro também.

E outra coisa, se nós não mexermos na ferida, não batermos de uma vez em uma tecla e não nos preocuparmos, de modo geral, com os altos salários, nós nunca vamos conseguir... Está aí o que o senhor mostrou aqui, eu quero parabenizar o Marinho, acabou de falar o nobre colega desse aumento que dado aos salários.

Hoje um Procurador do meu município ganha dois mil e quinhentos reais. Como é que se consegue um serviço com qualidade, Office Boy de escritório ganha isso hoje. Então, é tanto compromisso, é tanta coisa, eu tanto ofício lá que eu não sei quem faz mais, eu não sei. Eu até inventei uma piada, "eu não sei se chupo o caroço primeiro ou chupo a calda da fruta", de tanta cobrança.

Comprei um caminhão custou quinhentos mil reais, um caminhão caçambão, trucado, turbinado, a coisa mais linda do mundo, está lá trabalhando, puxando pau, pedra, madeira. Achei uma mina de pedra, até que não me denunciam também, pedra, pau lá, voltei à antiguidade e estou resolvendo os meus problemas, entendeu. Aí vem aquele camarada lá cobrar: 'não, por que é que não investiu no tapa-buraco, por que é que não tampou o buraco?'

Outra coisa que eu cobre dos Deputados, o Governo Cassol fez 8 mil e 400 metros de asfalto, já denunciei no Ministério Público, na Assembleia, todo mundo, está lá pura buraco, a empresa não tirou uma colher para tapar os buracos e a culpa é do Prefeito, entendeu? Contrata essas empreiteiras aí, porcaria, e quem leva a culpa são os Prefeitos, entendeu? Do Confúcio agora, nem inaugurou, também está tendo problemas.

Então, nós temos que buscar alternativas, porque senão eu não sei o que vamos fazer daqui em diante mais. Como já diz, estamos no limite, entendeu? Aí é Ministério Público, é todo mundo em cima, batendo, então fica difícil. O FPM, que tem comentário aqui, se você perguntar hoje para 98% dos municípios brasileiros, ele não sabe como é que a receita do município, da onde é que vem a receita, de que forma vem, quanto vem, como vem, de que forma que eu devo gastar, onde eu deve gastar, quanto eu devo gastar, os percentuais, aonde que eu consigo gastar. Da mesma forma o Estado, nós não envolvemos a sociedade para saber como é que se administra hoje, como é que nós estamos administrando, eu fiz essa pesquisa lá no meu município.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir já, Josemar, por causa do tempo.

O SR. JOSEMAR BEATTO – Então, nós temos que buscar alternativa, colegas. Senão, infelizmente as coisas só complicam. Na saúde hoje 50% da emenda parlamentar é para saúde, mas você não consegue comprar medicamento, você não consegue comprar uma ambulância, você não consegue comprar uma van, um consultório móvel, nada, entendeu Bianco?

Então, só comprar o quê? Móveis e pilha de coisas. Então, desculpa aqui pelo desabafo, gente. Mas fica um convite para Colorado do Oeste, no mês de novembro agora, eu acho que facilita até o trecho, a gente fazer uma reunião lá, no Cone Sul ali, para a gente fazer uma reunião. E eu estou disposto a abrir as portas do meu município para receber todos os nossos colegas Prefeitos, nossos Senadores e Deputados para a gente fazer mais debates em cima disso. Vamos trabalhar visando o futuro, que o presente a gente está vendo as dificuldades.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Prefeito Josemar. Logicamente um desabafo, e alguns temas, Josemar,

que eu gostaria que a equipe da AROM, a Érica, a Dra. Ivonete e toda a equipe que está aí, encaminhasse essas demandas, Presidente, para a Comissão de Habitação e Município, da qual nós presidirmos, que nós vamos fazer lá uma pauta, encaminhar para os Estado, e trazer para o debate aqui na Assembleia.

Alguns temas importantes, esse negócio da inspeção, da pauta da madeira, têm alguns temas aí que a gente pode avançar.

O SR. VARLEY GONÇALVES PEREIRA – Questão de Ordem, aqui.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pode falar, Prefeito.

O SR. VARLEY GONÇALVES PEREIRA – Deputado, eu só queria fazer um questionamento de uma situação, aproveitando aqui o nosso Secretário Adjunto, eu gostaria que o Vice-Governador estivesse aqui ou o Governador, mas nós estivemos naquela, nessas reuniões que a gente faz com a CNM em Brasília, nós tivemos uma vitória quando o Governo Federal está nós ajudados com um incentivo, no FPM.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – 1% lá do FPM.

O SR. VARLEY GONÇALVES PEREIRA – Isso, 1%. Eu gostaria de saber, eu se não seria possível, eu sei que o Estado também tem as suas dificuldades, tem os seus problemas, mas será que não seria possível o Estado também criar um incentivo nesse final de ano agora para os municípios? Será que o Estado não poderia dar algum incentivo também para ajudar os municípios nesse final de ano, para que a gente possa fechar as contas em uma situação mais tranquila?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Beleza, colocado aqui o Secretário rapidamente vai responder, o Secretário Ono. E depois nós vamos encaminhar também de forma oficial, essa demanda.

O SR. FRANCO MAEGAKI ONO - Com relação a isso, nós estamos, nesse pacote tributário que a gente está trabalhando, para a gente mantenha a receita para o exercício de 2016, diretamente os municípios serão beneficiados, porque têm algumas linhas que a gente está trabalhando, que a maior, o volume seria mais ou menos destinado aos municípios. Então nós já está imaginando, prevemos a situação de dificuldade dos municípios e nesses pacotes aí, a gente fez para socorrer, principalmente a área de saúde, segurança pública, área social e, dentre eles, têm algumas medidas tributárias que a gente vai adotar que vão beneficiar, os municípios também serão contemplados nesse aspecto aí.

Nós não vamos estabelecer um percentual maior para fazer o repasse, mas quando a gente otimizar a nossa receita, automaticamente nós vamos estar fazendo para os municípios e aí de forma igual nos percentuais que já estão estabelecidos para distribuição do FPM.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Nós vamos fazer essa demanda também, vamos acatar ela, vamos encaminhar à Comissão. E só dizer que não pode ser específico esse recurso, porque o grande problema dos municípios é pagar q folha no final do ano. Esse é o desespero de todo mundo.

Então, nós temos que botar na conta corrente para, aliás, nós temos que botar lá para as despesas correntes.

Agora, como penúltimo orador inscrito, por dois minutos, o Superintendente da FIERO, o Gilberto. Aí, depois o Marcelo também se inscreveu, 2 minutos. Por causa do tempo, tem que cumprir agora, por causa da próxima Audiência.

O SR. GILBERTO BAPTISTA – Bom, Deputado Laerte, aqui um minuto é o suficiente. Bom, objetivamente, sem cumprimentar a Mesa, o que a Federação das Indústrias propõe realmente é unir os esforços e fazer girar a economia.

O Ono fez uma menção ali, da preocupação nossa de não deixar parar de girar a roda da economia, porque nós estamos passando por um momento de dificuldade, crise nós ainda nós não entramos, como não entrou naquela crise que teve, mundial e pouco pegou o Brasil. Nós não estamos preparados para enfrentar uma crise, o que nós precisamos é antever ela.

A discussão da Federação com o Governo do Estado é como nós fazemos para retomar essas obras, na hora que retoma obras, há contratação de mão de obra, a geração do ISS para o município, então faz girar a economia, entendendo as dificuldades e realmente buscando as alternativas.

Para com os Prefeitos, vamos pegar as compras governamentais, tenta fazer girar isso no seu próprio município. Começa chamar o comerciante, começa chamar os industriais lá e vamos girar, porque nós temos que fazer girar a economia no município, girar a economia no Estado.

O evento que nós estamos trazendo aqui junto com o Deputado Luiz Cláudio, com a CAF, é justamente trazer alternativas para Estado e para o município, então como é que nós vamos fazer? É concessão que é o caminho, que eu vou desonerar o município e ainda tirar uma receita disso? E essas alternativas que precisamos discutir: 'Não, é parceria público/privado, o município não tem condições realmente de fazer uma obra que seria uma obra pública. Eu tenho condições de fazer parceria público/privada? Através dessa parceirinha público/privada, quem vai buscar esse recurso na CAF? Quem é o responsável para pagar esse financiamento? - essa colocação do Marinho - Vai ser o empreendedor, aquele que pegou o recurso e pegou uma parte daquela obrigação do município para executar.

Então é isso que nós queremos realmente, pensar em como é que a gente faz girar essa roda da economia. Por último, só essa questão, temos vindo aqui, Deputado Laerte, realmente com o Deputado Maurão, com o Bianco, e tenta agilizar alguns Projetos de Lei, que faça girar a economia e, por outro lado também, não atravanque, que é o exemplo dessa questão desse Projeto de Lei, da questão de Meio Ambiente. Precisamos realmente que seja votado, porque senão, o ano de 2016, que já se acena para ser um ano mais grave que 2015, se nós pararmos a atividade madeireira, que é a única que está em ascensão por enquanto, essa questão do dólar ter subindo, nós conseguimos ainda exportar madeira. Então, precisamos realmente que todas as empresas estejam em plena operação.

Então, realmente pedimos, mais uma vez que seja votado com urgência esse Projeto, para gerar esses empregos desses empreendedores, mas, além disso, manter os atuais.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Gilberto. E a FIERO tem sempre estado conosco, o Presidente Marcelo, o qual eu quero que levem um abraço, toda a Diretoria, está

aqui seu Rosalino, nosso Vice-Presidente. A FIERO tem sempre estreitado essa parceria com o Poder Legislativo e agora o nosso Ex-Governador Bianco também fazendo esse elo, nós só temos que atender.

Esse Projeto está nas Comissões, é polêmico, é muito polêmico, mas com certeza ele vai transitar aqui na Casa e o plenário vai decidir como sempre, soberanamente, que o plenário é soberano. Mas nós vamos, com certeza vai ter uma atenção toda diferenciada, Gilberto.

Agora por dois minutos, o Secretário de Planejamento de Urupá, Marcelo dos Santos.

O SR. MARCELO DOS SANTOS – Obrigado, Deputado Laerte. Parabenizar a FIERO por essa atitude nas questões das PPPs, que é a solução para os municípios, ideia essa encampada desde o primeiro ano de mandato do Confúcio Moura, como Governador do Estado de Rondônia.

Eu elenquei algumas situações aqui, importantes. Hoje, o cenário atual de crise pode ser mais agravado ainda com a atuação, com essa atuação desenfreada da oposição junto ao Ministério Público, que toma o tempo dos gestores para ficar respondendo situações que eu acredito que um pacto com todos, seria importante para nós podermos superar essa crise.

Outro ponto interessante, é que essa atual política, nós conseguíssemos demonstrar mais confiança para a nossa população. Demonstrar mesmo, aberto ao diálogo, muita transparência para conseguirmos dar uma segurança jurídica aos nossos empreendedores que querem investir nos nossos municípios e no Estado de Rondônia.

O outro ponto aqui importante, que não pode deixar de ser falado, eu que sou da área de finanças também, área de planejamento, é a reorganização do gasto público. Ele precisa ser mais eficiente, muito embora a gente elenque todo esse cenário de crise aqui, mas dá para tornar ele mais eficiente. E que nós fizéssemos uma nova visão de orçamento público mais eficiente, com ações que tragam mais geração de emprego e renda para as nossas cidades, conseqüentemente nós vamos melhorar a arrecadação. Porque não adianta o Secretário Ono fazer todo o trabalho junto com a equipe dele de fiscalização, se o gasto está sendo mal feito.

Por último, se os municípios ainda não fizeram, é importante que se faça até dezembro, a devida revisão dos códigos tributários que nas suas maiorias estão arcaicos, e cobrem as dívidas que têm que ser cobradas de quem é devido ser cobrada.

A iluminação pública a exemplo dos municípios, ela tem que se pagar, se ela não se paga, você tira dinheiro lá daquele recurso que você utiliza para poder fazer recuperação das estradas, fazer asfaltos e outras situações.

Então, cada ação ela tem que se pagar e o gestor público se ter atitude e tem que se fazer o dever de casa. Lá em Urupá, nós estamos fazendo. Toda crise, alguns Vereadores já disseram, ela gera oportunidades, gera oportunidades e toda austeridade, gera resultados. A prova, do nosso mandato em Ariquemes lá, junto com o Dr. Confúcio Moura, gerou resultados, com o Márcio Raposo depois gerou resultados para a cidade e está gerando resultados em Rondônia. E lá em Urupá também está gerando resultados.

Descentralizar o Meio Ambiente, dois técnicos agrícolas, um engenheiro agrônomo, um biólogo funciona perfeitamente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Marcelo, por causa do tempo.

O SR. MARCELO DOS SANTOS – Obrigado, Deputado Laerte. E outra coisa importante, Deputado, que nós não podemos deixar de mencionar. Hoje, esses recursos que partem daqui para os municípios, que os gestores municipais tivessem a oportunidade de discutir junto com os Parlamentares, naquelas ações que vão de fato também fazer girar a economia. Tipo, hoje, para agricultura. Em vez de distribuir tratores, vamos criar novamente um programa de hora/máquina para os produtores, que em vez de mandar lá 150, 200, nós vamos conseguir mandar 200 mil reais, vamos atender mais de 500 produtores e vamos colocar de ICMS, na economia, mais de 500 mil reais. Temos esses cálculos já feitos lá no município de Urupá, que se tornam realidades.

E fecho a minha fala dizendo, gente, confiança é o que nós temos que exalar para os nossos municípes, que com certeza esse cenário vai ser modificado e nós vamos ter condições de superar essa crise. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Marcelo. E é verdade, eu acho que nós temos que ir mais à frente, não adiante hora/máquina também. O Governo, nós precisamos criar programas de Estado para fazer a produção, é dar o calcário, é dar a muda, é dar as máquinas para estocar, Cláudio, é financiar a irrigação, é produzir. Eu acho que nós precisamos produzir, precisamos fazer a roda da economia girar, e os pequenos e médios municípios, Ono, estão a beira do abismo, abismo, abismo, sob pena o ano que vem nós termos a maioria não pagando folha, nós precisamos criar alternativas.

Então, eu queria agradecer aqui a todos os Prefeitos que estiveram na Audiência, que permaneceram na Audiência, vai ter um coffee break para todos os Vereadores aqui, os Prefeitos. Agradecer aos nossos Vereadores, obrigado Jairo pelo apoio; ao nosso Secretário de Fazenda por estar aqui; ao Presidente do AROM, o Marinho; ao nosso Vice-Presidente, esse empresário, forte empresário, grande empresário lá da região de Cacoal, do Estado de Rondônia, o Senhor Rosalino que está aqui participando, importante. Ao Bianco, nosso líder que está aqui presente conosco; ao pessoal da FIERO, todos vocês. Nós estamos aqui nessa Assembleia para ouvir. Quem sabe as dificuldades lá da ponta são vocês, nos tragam, porque nós vamos estar aqui legislando para fortalecer os vossos municípios. Nosso mandato tem que ser, nossos mandato, e agora falando de mim um pouquinho, é direcionado para isso, para ajudar os municípios, ajudar a população.

As ideias das emendas vão ser discutidas, essa questão toda, mas o importante é nós estarmos aqui no diálogo, para conversar, porque a gente só vai superar tudo isso com muito diálogo e com muito trabalho.

Então, eu queria agradecer a todos e mais uma vez, de coração, à equipe da AROM, Érica, a Ivonete, a Lúcia, todos vocês da AROM, que mobilizaram todo o pessoal para vir. Muito obrigado a nossa equipe do gabinete também.

E, invocando a proteção de Deus, em nome do povo Rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia, aqui ao lado. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h23 min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº3402/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RELOTAR:

JACÓ MACHADO TEIXEIRA, matrícula nº. 100007965, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 21 de outubro de 2015.

Porto Velho, 10 de novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 520/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 08 a 09/12/2015 ao **Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO**, matrícula nº 200121898, para participar do lançamento da frente parlamentar em prol da BR 319 no Congresso Nacional, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº16829/2015-39.

Porto Velho - RO, 04 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 521/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Retificar o ATO Nº 476/2015-SRH/D/P/ALE, de 20.11.2015, que concedeu diárias ao servidor Aldo Dias Knightz, publicado no DO-e-ALE/RO nº194 de 20.11.2015, pag. 4299, promovendo a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

Conceder 07 (sete) diárias...

LEIA-SE:

Conceder 05 (cinco) diárias...

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 522/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/12/2015 ao **Deputado Estadual AELCIO JOSÉ COSTA**, matrícula nº 200160358, para participar do lançamento da Frente Parlamentar em prol da recuperação da BR 319, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº16863/2015-57.

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 523/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária para o dia 09/12/2015 ao **Deputado Estadual LEONARDO BARRETO DE MORAES**, matrícula nº 200160362, para participar do Fórum Comemorativo dos 20 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara dos Deputados na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº16828/2015-38.

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2015/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 0012229/2015-40**

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como finalidade o Registro de preços contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e fornecimento de carimbos, serviços de chaveiro, cópia de chaves, instalação de fechaduras e abertura de armários e gaveteiros, foi declarada FRACASSADA, por ausência de competição, conforme relatório acostado nos autos, ficando aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação recursal. Os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho-RO, 08 de dezembro de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382